



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第四立法會期 (二零一二—二零一三)
IV LEGISLATURA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

第一組 第 IV-105 期
I Série N.º IV-105

Data: 3 de Julho de 2013
4 de Julho de 2013

(Início e termo da reunião de 3 de Julho)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 19 horas e 28 minutos

(Início e termo da reunião de 4 de Julho)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 17 horas e 35 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

(Deputados presentes na reunião de 3 e 4 de Julho)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Fong Chi Keong e Vítor Cheung Lup Kwan.

(Convidados presentes na reunião de 3 de Julho)

Convidados:

Lau Si Io, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Jaime Roberto Carion, Director da Direcção dos Serviços de Solos,

Obras Públicas e Transportes;
Fong Soi Kun, Director da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos;
Shin Chung Low Kam Hong, Subdirector da DSSOPT;
Lo Chi Kin, Chefe dos Serviços de Saneamento, Vias e Manutenção Urbana do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais;
Leong Weng Kun, Chefe do Centro de Vigilância Sísmica da DSMG;
Tam Kuong Man, Presidente do Instituto de Habitação;
Chan Pou Ha, Subdirectora dos Serviços de Solos, Transportes e Obras Públicas;
Kuoc Vai Han, Vice-Presidente do Instituto de Habitação;
Iong Kong Io, Presidente do Instituto de Acção Social;
Choi Sio Un, Chefe do Departamento de Solidariedade Social do IAS;
Hon Wai, Chefe do Departamento de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência do IAS;
Lei Siu Peng, Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública;
Wong Sio Chak, Director da Polícia Judiciária;
Iva Cheong Ioc Ieng, Subdirectora da PJ;
Chan Pou Wan, Presidente substituta do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social;
Hoi Lai Fong, Chefe do Departamento de Produção Jurídica da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça;
Leong Vai Kei, Chefe do Departamento de Ensino Direcção dos Serviços de Educação e Juventude;
Ieong Iun Lai, Chefe do Departamento de Segurança Social do FSS;
Chow Pui Leng, Directora do Centro de Apoio Psico-Pedagógico e Ensino Especial da DSEJ; e,
Ruy Rey, Assessor do Corpo de PSP.

(Convidados presentes na reunião de 4 de Julho)

Convidados:

Lei Chin Ion, Director dos Serviços de Saúde;
Chan Wai Sin, Subdirector dos SS;
Chau Chi Hong, Coordenador da Direcção dos Internatos Médicos dos SS;
Leong Pui San, Responsável de U.T.L.A.P. dos SS;
Sou Tim Peng, Director da Direcção dos Serviços de Economia;
Tai Kin Ip, Subdirector da DSEJ;
Wong Hon Neng, Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Consumidores;

José M. P. Oliveira, Chefe do Departamento de Inspeção das Actividades Económicas da DSE;

Ao Weng Tong, Director do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo;

José Chu, Director dos SAFF;

Kou Peng Kuan, Subdirector dos SAFF;

Lo Veng Tak, Vice-Presidente do Conselho de Administração do IACM; e,

Ung Sao Hong, Administrador do Conselho de Administração do IACM.

(Ordem do Dia da reunião de 3 de Julho)

Ordem do Dia:

1. Interpelação apresentada pela Deputada Kwan Tsui Hang no dia 13 de Maio de 2013;
2. Interpelação apresentada pelo Deputado Au Kam San no dia 27 de Maio de 2013;
3. Interpelação apresentada pelo Deputado Mak Soi Kun no dia 15 de Maio de 2013;
4. Interpelação apresentada pelo Deputado Ho Ion Sang no dia 23 de Maio de 2013;
5. Interpelação apresentada pelo Deputado Chan Wai Chi no dia 24 de Maio de 2013;
6. Interpelação apresentada pelos Deputados Chan Meng Kam e Ung Choi Kun no dia 27 de Maio de 2013;
7. Interpelação apresentada pelo Deputado Lee Chong Cheng no dia 27 de Maio de 2013;
8. Interpelação apresentada pelo Deputado José Pereira Coutinho no dia 27 de Maio de 2013;
9. Interpelação apresentada pela Deputada Melinda Chan Mei Yi no dia 27 de Maio de 2013.

(Ordem do Dia da reunião de 4 de Julho)

Ordem do Dia:

1. Interpelação apresentada pelo Deputado Ho Ion Sang no dia 23 de Maio de 2013;
2. Interpelação apresentada pelo Deputado Lee Chong Cheng no dia 27 de Maio de 2013;
3. Interpelação apresentada pelo Deputado José Pereira Coutinho no dia 27 de Maio de 2013;
4. Interpelação apresentada pela Deputada Melinda Chan Mei Yi no dia 27 de Maio de 2013.

Sumário: Discussão de cinco interpelações orais no dia 3 de Julho e das restantes quatro no dia 4 de Julho.

Acta:

(Sessão de 3 de Julho)

Presidente: Sr. Secretário Lau, Srs. membros do Governo, Srs. Deputados:

Boa tarde.

Vamos dar início à reunião.

Esta é uma reunião plenária para interpelações orais. Temos um total de 9 interpelações orais. Vamos hoje proceder às primeiras cinco e as outras quatro amanhã.

A primeira interpelação oral é apresentada pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang. Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário, Caros Colegas:

Na noite do dia 8 de Maio registou-se uma forte chuvada que causou grandes inundações em muitas zonas de Macau, não só nos já considerados pontos negros mas também em muitas zonas novas, e até mesmo em zonas onde o sistema de esgotos foi recentemente alvo de reparações, por exemplo, na Estrada Governador Albano de Oliveira, em frente ao hipódromo da Taipa, onde as águas atingiram a altura do joelho e assim se mantiveram por muito tempo. Segundo a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, a precipitação atingiu os 140 mililitros entre as 19 e as 21 horas. De facto, entre as 18 e as 19 horas já as chuvas eram bastante intensas, mas o respectivo sinal de chuvas intensas só foi emitido às 19 horas. Os residentes questionam, então, a incapacidade daquela Direcção no que respeita às previsões e ao *timing* da emissão do referido sinal, pois não conseguiram preparar-se atempadamente, nem os donos de estabelecimentos comerciais, que sofreram grandes prejuízos.

Nos últimos anos têm-se investido muitos recursos no aperfeiçoamento da rede de esgotos, como por exemplo na Avenida de Horta e Costa, onde as respectivas obras demoraram um ano, na Rua do Pai Kok, na Taipa, onde decorreram obras nas bombas de água, etc.. Os residentes tinham esperança de que essas obras pudessem diminuir, em grande medida, a possibilidade de inundações, mas as chuvas intensas que se fizeram sentir - e que ocupam apenas o 5.º lugar do ranking das chuvas intensas registadas depois do retorno à Pátria - revelaram a completa fragilidade da rede de esgotos e causaram inundações de vários níveis nas diferentes zonas da cidade. Este facto alertou-nos para a capacidade de drenagem da rede de esgotos de Macau, e o mais preocupante é o que diz respeito às causas dessas graves inundações nas mais diversas zonas, pois os serviços públicos envolvidos estão a tentar esquivar-se da assunção de responsabilidades e de estabelecer a relação entre as inundações na Estrada Governador Albano de Oliveira e as grandes obras do metro ligeiro; cada serviço apresenta a sua própria explicação, o que leva o público a desconfiar das investigações que esses mesmos serviços vão ter de efectuar. Perante isto, o Governo tem de aumentar a sua atenção, no sentido de incumbir os serviços competentes de procederem a uma investigação conjunta e de apresentarem, posteriormente, sugestões viáveis e medidas provisórias para enfrentar a estação das chuvas e tufões que se aproxima.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A chuva torrencial registada no dia 8 de Maio causou inundações em diversas zonas de Macau. No entanto, cada serviço público apontou diferentes razões para justificar a origem dessas inundações. Qual foi então a principal razão? Quem é que vai averiguar? O Governo deve criar mecanismos e definir medidas para incumbir os serviços públicos de procederem, em conjunto, à averiguação das razões que levaram à ocorrência de inundações de tão grande dimensão em diversas zonas de Macau, bem como definir medidas estratégicas de preparação para enfrentar o período de tufões e chuvas que se aproxima. O Governo vai fazer isso?

2. Neste momento, o planeamento, a concepção, a construção, e a gestão rotineira da rede de esgotos são responsabilidade de

diversos serviços públicos, o que origina dispersão de responsabilidades e dificuldades de regulamentação. O Governo deve criar um mecanismo de coordenação, por forma a determinar, claramente, qual é o serviço responsável. O Governo vai fazê-lo? Vai ainda proceder a estudos sobre as diversas etapas, como a concepção, criação e manutenção rotineira da rede de esgotos, para averiguar se existem “fraquezas”?

3. A Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos registou, no dia 8 de Maio, entre as 19 e as 21 horas, uma precipitação máxima de 140mm. E no período entre as 18 e as 19 horas, chovia torrencialmente em toda a cidade de Macau. No entanto, aquele serviço competente emitiu o Sinal de Chuva Intensa apenas às 19 horas, portanto, este sinal de alerta não foi emitido com a devida antecedência. Perante isto, será que aquele serviço desempenhou bem as suas funções? Porque é que não previu a situação? Como é que vai, então, assegurar a eficácia das previsões sobre o estado do tempo e que as respectivas informações sejam atempadamente divulgadas, no sentido de que os residentes possam preparar-se e tomar as medidas necessárias? Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Lau.

Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io: Obrigado Sr. Presidente:

Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa,

Exmos. Srs. Deputados:

Relativamente à interpelação oral da Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, venho responder o seguinte:

Em 8 de Maio do ano corrente ocorreu uma chuva intensa, cuja precipitação máxima ocorreu, essencialmente, às oito horas da noite, tendo-se registado mais de 70 milímetros por hora, e foi a quarta chuva intensa com maior precipitação por hora desde o retorno de Macau à pátria. A chuva intensa, que ocorreu em 22 de Maio, registou uma precipitação máxima de cerca de 321 milímetros num determinado período de tempo, sendo a maior precipitação por dia desde o retorno de Macau à pátria, e estes casos ocorrem geralmente de trinta a trinta anos. A característica destas duas chuvas é o ocorrer de uma maior precipitação num curto período de tempo, sendo uma das razões das inundações.

Para as situações de mau tempo, como chuvas intensas, o Governo tem um mecanismo de contingência, que vai desde a divulgação de informações até à adopção de medidas e actuação interdepartamental dos serviços, com o objectivo de diminuir os impactos na sociedade. Quanto ao caso ocorrido em 8 de Maio, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos emitiu, às 18:27 horas, o sinal de alerta de 20 milímetros de precipitação para o comércio e serviços públicos pertinentes, avisando os estabelecimentos comerciais para procederem aos respectivos preparativos e os serviços pertinentes para iniciarem os mecanismos de contingência, adoptando medidas rápidas. Em seguida, às 19:00, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos emitiu o sinal de chuva intensa.

Para melhorar as medidas vigentes, reforçar a divulgação das informações e elevar segurança, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos adoptou três soluções: 1. Importar, de Hong-Kong, um Server, agora na fase de teste, que permite a

prestação de serviços meteorológicos através da website nos telemóveis; 2. A APPS da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos está na fase de teste, prevendo-se a sua utilização a título experimental no presente mês; 3. No website da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos vai ser acrescentada a previsão do tempo, incluindo informações sobre chuvas intensas, prevendo-se o início do seu funcionamento em Agosto. Através destas medidas, aumenta-se a transparência das informações, ajudando a população a enfrentar as situações de mau tempo.

Relativamente à previsão da chuva intensa, quando se prevê a aproximação de nuvens de chuva que eventualmente possam afectar Macau, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos reforçará a divulgação das informações, incluindo a comunicação prévia aos serviços pertinentes, e divulgará as informações através da Internet, para que todos os serviços públicos e a população possam antecipadamente proceder a uma boa preparação e tomarem as precauções adequadas. Quando ocorram inundações por causa de chuvas intensas, reforçar-se-á a comunicação entre os serviços, continuar-se-á a divulgação de informações através de SMS de telemóvel, diminuindo o impacto a provocar à população.

Após os pertinentes serviços públicos receberem as informações, imediatamente iniciarão os mecanismos adequados, tomarão medidas oportunas para os estaleiros, instalações de trânsito, drenagem, etc, nomeadamente nos locais que, frequentemente, são afectados por inundações, diminuindo o impacto provocado pela chuva intensa. Este caso de chuva intensa, provocou inundações mais graves do que no passado, em várias zonas das Ilhas, e não foi a única razão para a ocorrência desta situação. Uma vez que a precipitação foi grande e ampla, com o desenvolvimento da urbanização da Taipa, aumentou a área superficial de escoamento das águas pluviais.

Para faseadamente resolver o problema de inundações e aumentar a capacidade de escoamento da drenagem de Macau, o Governo tem vindo a melhorar a rede de drenagem da zona dos bairros antigos, nomeadamente a modificar a rede de drenagem, separando o escoamento das águas pluviais das águas residuais das habitações, acelerando o escoamento das águas pluviais; tem vindo a construir estações elevatórias no escoamento das águas pluviais para o mar; assim como a fazer a construção de “box-culvert” para escoamento das águas pluviais da Montanha da Guia, prevenindo que escoem para as zonas baixas. Com os esforços já envidados deram-se os primeiros passos para responder às situações de inundações de Macau. No passado, o Governo já procedeu ao reordenamento da rede de drenagem da Avenida Horta e Costa, com resultados positivos até ao momento presente.

Além disso, o Governo implementou um mecanismo de previsão de inundações, tendo instalado várias estações de monitorização para supervisionar as inundações e as cheias, sendo os resultados obtidos imediatamente transmitidos aos serviços pertinentes para que possam responder à situação e divulgar oportunamente as informações.

Conforme o rápido desenvolvimento de Macau e as variações meteorológicas mundiais, após estudos e análises, o Governo elaborou planos de melhoramento a curto, médio e longo prazo. Quanto ao plano a curto prazo, o Governo planeia instalar 8 novas estações de monitorização em vários locais da Península de Macau, Ilha da Taipa e da Ilha de Coloane, algumas serão instalados nos locais onde frequentemente ocorrem inundações. As novas estações

de monitorização, para além de supervisionar a inundação, farão também o registo da temperatura, humidade, direcção e velocidade do vento, e a quantidade de precipitação. Ao mesmo tempo o Governo vai acelerar a construção e aumentar a capacidade de drenagem da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental, cuja obra está em curso, e procurar que fique concluída no presente ano, para que possa aumentar a capacidade de drenagem das águas desta zona.

Quanto ao plano a médio prazo, o Governo vai efectuar o balanço e análise das chuvas intensas ocorridas recentemente, tendo em consideração o desenvolvimento contínuo de Macau, e vai incumbir uma entidade de consultadoria para proceder à avaliação da futura rede de drenagem de Macau, vai dar início a obras de aumento da capacidade e modificação das redes, articulando com as futuras necessidades da sociedade e do desenvolvimento económico, procurando resolver os problemas que prejudicam a população. Uma vez que recentemente as chuvas intensas provocaram inundações na Estrada Governador Albano de Oliveira, o Governo vai reforçar a inspecção da rede de drenagem desta zona, para assegurar uma capacidade normal de drenagem.

Uma vez que as chuvas intensas ocorridas no presente ano provocaram inundações em várias zonas de Macau, o Governo vai reforçar a verificação da capacidade das redes e as caixas de visita das águas pluviais, em algumas zonas onde frequentemente ocorre inundação e encontrar a melhor forma para a sua limpeza e escoamento.

Quanto à divisão dos trabalhos em concreto, relativos à rede de drenagem em Macau, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes é essencialmente responsável pelas obras de ampliação, construção e alteração da rede de drenagem pública e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais é essencialmente responsável pela reparação, manutenção e limpeza das redes de drenagem pública e dos respectivos equipamentos de funcionamento, bem como por supervisionar o funcionamento do sistema de drenagem. Todos os serviços têm mantido uma estreita comunicação e cooperação mútua.

Obrigado, Exmo. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Sim, Obrigada.

Sr. Secretário:

O Sr. Secretário respondeu mas acho que a sua resposta foi: primeiro, na opinião do Governo, foram feitos muitos trabalhos que deram bom resultado. Todas as gentes de Macau o acharam também, no início, mas a realidade diz-nos que nada disso aconteceu. Por isso, na minha interpelação oral, perguntei: em menos de dois meses, houve várias inundações. Pode perguntar aos comerciantes que ficaram muito desesperados e tristes. Não estamos a criticar nada, mas todos nós queremos saber, primeiro, para responder à próxima época das chuvas intensas, de que medidas imediatas e eficazes o Governo dispõe? Penso que as medidas são sempre estas: planejar a longo prazo. Mas esse planeamento demora anos e a água distante não apaga fogo próximo. Então, como enfrentar as eventuais inundações? Tem de aplicar medidas eficazes. Espero que o Governo tenha mesmo estas medidas. Há dois dias, os comerciantes sofreram inundações que foram iguais às inundações ocorridas há vários dias:

o nível de água chegou a mais de um pé na San Ma Lou. As pessoas afectadas lamentaram: nada podemos fazer, estamos a depositar a esperança no Governo, para que resolva estes problemas. Espero mesmo que o Governo tenha medidas que resolvam estes problemas.

Outra questão que quero colocar é, há pouco, o Sr. Secretário falou nas previsões de chuvas intensas. Sim, isso é muito importante. O Governo dispõe de um conjunto de mecanismos, mas a realidade provou que esse conjunto de mecanismos não funciona eficazmente, se funcionasse eficazmente, não causava caos. Por isso, não deverão os serviços públicos enfrentar estes problemas com medidas eficazes, especialmente no que diz respeito às previsões?

Agora, há um problema que não sei porquê, não sei porquê, faça o favor de me responder. Os comerciantes têm de requerer aos Serviços Meteorológicos e Geofísicos para receber previsões de chuvas intensas. Tendo requerido este serviço, eles então recebem previsões. Pergunto: por que razão exige que as pessoas requeiram para receber previsões de chuvas intensas? Por que razão não anunciava com antecedência previsões de chuvas intensas a todas as pessoas de Macau? Será que só os comerciantes precisam de saber as previsões? Mas todos os residentes se deparam com estes problemas. Por exemplo, para sair de casa, tenho de me preparar bem. Por isso, como resolver esse problema de previsões? Ficariam resolvidos os problemas bastando colocar previsões na Internet? Como as pessoas sabem quando as mesmas não vão à Internet? Há muitos canais podendo ser aproveitados, não deverá o Governo melhorar isto? Gostava de saber. Na Rádio, na TV fazem-se previsões de chuvas intensas. E nos telemóveis? Como fazer com que todas a gente fique informada das previsões? Quero saber isto.

Que medidas urgentes vai aplicar para aliviar inundações a ocorrer, diminuindo o seu impacto?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Lau.

Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io:
Sr. Presidente:

Em relação às questões da Sra. Deputada Kwan, nos meses de Maio e Junho, foram registadas cheias diferentes, cujas causas foram analisadas. A nosso ver, as inundações registadas na Taipa tiveram causas diferentes, especialmente na Estrada Governador Albano de Oliveira, porque não aconteciam antigamente. Quanto a isso, apurámos a situação. Naquela estrada, há um esgoto que drena água para o mar através do esgoto do Jockey Club. O referido esgoto tem muitos anos de uso, portanto, estamos a planejar a sua substituição, aproveitando a obra de construção do Metro Ligeiro. Descobrimos que quando caíram chuvas intensas em Maio, o referido esgoto estava afundado, de forma que a água não drenava bem. Face a este facto, estamos a acelerar a sua substituição, que já foi anunciada. A 1 de Maio, foi acelerada a velocidade da respectiva obra. Tal como referi no texto da minha apresentação, estamos a trabalhar para que seja concluída a construção do referido esgoto ainda este ano, substituindo o troço de esgoto que entra no esgoto do Jockey Club.

Por sua vez, continuamos a executar outras obras pontuais. Por exemplo, na Taipa Pequena, devido a vários estaleiros, há um troço de esgoto que era para colectar água e passou a servir para escoar água. Neste caso, é preciso desviar água. Quanto a isso, continuamos a fazer o seu planeamento.

Noutros locais, foram instaladas estações de monitorização que nos permitem saber o nível de água provocado pelas cheias. Por exemplo, no Porto Interior e na Avenida Horta e Costa, foram instaladas estações que nos permitem fazer comparação e ver se melhorou ou piorou a situação. Temos esses dados, e mais tarde o Sr. Director Fong vai apresentá-los. Na zona onde fica o Edifício “Nam San” não temos estação de monitorização instalada, de forma que não podemos fazer comparação. Bom, como as inundações foram tão óbvias, não precisamos de fazer comparação. Face a esta situação, iremos instalar estações de monitorização em várias zonas, para ficarmos a saber se, com as futuras medidas aplicadas, a situação vai melhorar ou não. Assim, em vez de avaliar a situação através de observação ou a olho nu, poderemos ter dados para proceder a uma análise. Portanto, no meu texto de apresentação, referi que em oito zonas iremos instalar estações de monitorização, especialmente nas ilhas.

As cheias ocorridas no dia 24 de Junho, no Porto Interior, coincidiram com maré astronómica, perto da madrugada. Foi uma situação especial. Cada cheia teve as suas causas diferentes. Quanto aos pormenores do melhoramento das previsões de chuvas intensas, vou convidar o Sr. Director Fong a fazer uma acheга.

Presidente: Por favor.

Director dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, Fong Soi

Kun: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto ao sistema das previsões de chuvas intensas, recebemos também queixas dos cidadãos, de forma que já fizemos uma revisão do mesmo.

Fizemos levantamento dos dados sobre o funcionamento do sistema das previsões de chuvas intensas noutros países. Fomos ver como preparar previsões de chuvas intensas noutros países. No estrangeiro, nos países europeus e americanos, fazem-se previsões das possibilidades de precipitação, numa determinada área do seu país: amanhã, a possibilidade de precipitação é x que é um sistema de alerta para chuvas intensas. Nestes países e nas regiões vizinhas, é publicada a quantidade de precipitação de chuvas registadas, através do sistema de alerta para chuvas intensas. Nos termos da legislação vigente de Macau, fazemos já previsões. Portanto, a situação é uma situação prevista.

Quanto à alteração do sistema de alerta para chuvas intensas, estamos a ponderar sobre melhoramento do papel das previsões. Portanto, vamos planear isto e abordar com os Srs. Deputados.

De facto, o sistema de alerta para chuvas intensas...

Presidente: Sr. Director Fong:

Esgotou o tempo. Pode continuar a usar da palavra depois de serem colocadas questões pelos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Directores:

Falando nas previsões de tempo, ou seja, não precisando das previsões, sabemos que o tempo está a piorar. Porque em todo o mundo, o tempo está a piorar. Portanto, conseguem prever-se chuvas intensas, mas o que nos preocupa mais é como prevenir! Porque vocês podem introduzir a quantidade de precipitação de chuvas que aconteça só uma vez em 50 anos ou em 100 anos no sistema informático da rede de esgotos básica da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes. O sistema informático já está concebido, não sendo necessário contratar especialistas e académicos, vocês podem aproveitá-lo para introduzir dados de água escoada. Assim, no caso de chuvas intensas que aconteçam uma vez em 50 anos ou 100 anos, podem ver quais as zonas que sofram menos inundações, e quais as que sofram inundações graves. Para estas zonas, vocês podem aplicar medidas e, a curto prazo, o resultado será eficaz. Por exemplo, antes do início da execução de um empreendimento, podem trabalhar de forma interserviços, o IACM envia robot para detectar primeiro, no local onde se inicia a obra, se há ou não entupimento de esgotos. No caso de entupimento, os mesmos devem ser desentupidos, e depois, informar-se o empreiteiro do estaleiro: o esgoto não está entupido, se ficar entupido, durante a execução da obra, a culpa será sua. As zonas que sofrem mais inundações devem ser inspeccionadas com regularidade, em vez de se fazerem obras depois das inundações.

Sabe-se que na área do Dynasty, todo o NAPE está a sofrer de subsidência do terreno. Daqui a 3 anos, a subsidência do terreno será de 80 centímetros, que é o valor de subsidência remanescente. Vocês só se preocupam com a superfície das vias públicas, mas os esgotos afundados não foram reparados. Estes são os factores a considerar. Os esgotos não são inclinados, mas sim com um formato de tigela, como é possível que não fiquem entupidos? Não deveriam resolver estes problemas de forma interactiva? Agora há lotes devolutos que foram recuperados, alguns deles destinam-se aos passeios para peões a cargo do IACM, que deve usar materiais de construção como tijolos que deixam passar a água, em vez de usar asfalto. Para onde vai a água se as vias públicas são de asfalto? Deve usar-se tijolos nos parques de estacionamento exteriores. No interior da China usa-se muitos tijolos ocos, neles crescem relvas que permitem a infiltração da água. Esta é uma sugestão a considerar.

Em Taiwan, Hong Kong, nos bairros antigos é comum haver inundações. Vejam a zona de Wong Kuok, onde os problemas foram resolvidos através de um tanque de conservação de água de inundações! Onde há mais inundações é no campo de futebol, não faz mal, pode abrir um tanque para onde a água das inundações é conduzida e, nos dias de bom tempo, a água das inundações é bombeada. Para proteger o ambiente, pode ainda usar esta água das inundações que seja infiltrada, para regar plantas, pois é mais limpa do que a água reciclada e sem que seja necessário ir tão longe para ir buscar água reciclada. Temos muitas instalações desportivas para construir um tanque de conservação de água das inundações, incluindo campo de futebol, basquetebol. Porque não fazem isso? Com este tipo de tanque, resolver-se-iam os problemas causados pelas chuvas intensas. É outro assunto se for o caso de passagem de água do mar. Podem visitar Wong Kuok e em muitas zonas de Hong Kong e em Taiwan onde se construíram tanques para armazenar água das cheias. O problema que se coloca é: as nossas sugestões serão aceites? Já falei neste assunto várias vezes, e o Governo respondeu sempre que tinha soluções, mas as inundações continuam.

Quero dizer mais... Ops, esgotou o meu tempo. No futuro, deve substituir as estacas moldadas.

Presidente: Bom, tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Sim, obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

A sua resposta, sinceramente, fez-me rir. Por que? Porque na primeira e segunda questão, a Sra. Deputada Kwan perguntou: os serviços públicos actuam à sua maneira, como coordenar os mesmos para que os trabalhos sejam efectivamente feitos com eficácia? Mas no último parágrafo da resposta, o Sr. Secretário respondeu: os trabalhos de saneamento de Macau são divididos por diversos serviços públicos da RAEM que se mantêm em ligação estreita com boa articulação. Então, pergunto: se fosse assim tão bom, então por que razão a situação está a piorar? A resposta do Sr. Secretário foi esta: Com anos de esforços, os problemas das inundações foram melhorados. Esta sua resposta mostrou a divergência óbvia entre os governantes e a população quanto a esta matéria. Na realidade, os problemas das inundações em Macau não foram melhorados, antes pelo contrário, estão a piorar. Porque antigamente, as chuvas intensas causavam apenas prejuízos a lojas do Porto Interior devido às inundações. Recentemente, as chuvas intensas foram diferentes das outras anteriores: o nível da água chegou ao nível dos joelhos, afectando gravemente peões e carros. É óbvio que os problemas não foram melhorados conforme afirmou, mas sim estão a piorar cada vez mais. O Sr. Secretário disse que cada inundações tem as suas razões especiais. Bom, se cada inundações tem as suas razões especiais, então, isso quer dizer que o Governo não consegue garantir que estes problemas sejam resolvidos. Isto é o mais importante! Afinal de contas, quais as soluções para estes problemas? Agora há um problema. Não falemos nas inundações referidas pela Sra. Deputada Kwan, falemos nas inundações ocorridas no dia 24 de Junho: segundo a DSMG, a precipitação registada foi superior a 100 milímetros, mas muitas zonas, especialmente várias vias públicas principais foram inundadas. As zonas das Portas do Cerco, túnel, Avenida Dr. Rodrigo Rodrigues foram inundadas, de forma que os automóveis não conseguiram andar, causando um engarrafamento total. As pessoas queixaram-se muito pois não conseguiram chegar ao trabalho. Para sair de carro da Areia Preta, levou-se uma hora. Problemas como estes, como resolver? Não podem justificar estes problemas desta forma: cada inundações tem as suas razões especiais. Se cada vez tem as suas razões especiais, então, estes problemas não têm solução. Ou seja, o Sr. Secretário continuava aqui sentado, depois de cada inundações e pronto, estão resolvidos os problemas. O que nós queremos saber é: quais as soluções para estes problemas? Não pode concluir que os problemas já estão a ser melhorados, encobrindo as causas para se sentir bem em relação a si. Acho que essa explicação é dificilmente convincente para o público.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Chamo a atenção do Sr. Secretário para encarar efectivamente os problemas. Em princípio, os problemas das inundações não foram resolvidos, mas sim estão a piorar, afectando os residentes. Portanto, os problemas são estes: não foram resolvidos logo no princípio.

Ao longo de anos, o Governo tem reparado esgotos, por isso, concordo com a afirmação de que a situação seria pior se não fossem feitas essas reparações pequenas ao longo de anos. Pode-se tirar esta conclusão, por ser verdade. Mas a situação agora é: primeiro, o

tempo está a piorar em todo o mundo; segundo, as actividades económicas de Macau estão a aumentar. Desde o retorno à Pátria, o PIB per capita aumentou 400%, um aumento muito forte. O aumento de habitantes, de actividades económicas fizeram aumentar as possibilidades de entupimento de esgotos, complicaram muito o ambiente, dando origem às inundações. Estas situações e a deterioração do clima pioraram gravemente as inundações. Do ponto de vista da ciência da Economia, esta cidade tem a responsabilidade de movimentar os recursos resultantes do crescimento económico para renovar a rede de saneamento, para que esta adquira capacidade de enfrentar problemas ambientais, o mesmo acontecendo também com os serviços de saneamento. Acho que o Governo tem feito reparações pequenas, sem ter determinação para movimentar recursos económicos abundantes para substituir a rede de esgotos na Península de Macau e nas Ilhas, com vista a ter maior capacidade de escoar chuvas intensas. Estes são os problemas verdadeiros. O Sr. Secretário disse que vai contratar especialistas para realizar estudos. Quero saber o calendário. Quando serão conhecidas as soluções concretas para substituir a rede básica de esgotos? Agora, os problemas não foram resolvidos, pois não foram movimentados os recursos económicos para a sua substituição. A situação presente não se tornou grave porque o Governo tem feito reparações pequenas. Espero que estes trabalhos sejam feitos sob a coordenação do Sr. Secretário.

Segunda questão. Devido às mudanças na vida na nossa cidade, as pessoas que vivem nas habitações públicas nas ilhas, incluindo alunos, perdem muito mais tempo nos transportes para ir ao local de trabalho ou escola, e o trânsito também está mais engarrafado. Nestas situações, o sistema de previsões de chuvas intensas deve dar previsões com antecedência. Antigamente, em Hong Kong, as previsões eram dadas com antecedência, mas em Macau não era preciso, pois o acesso era mais fácil. No entanto, agora, as gentes de Macau precisam de levar mais tempo para chegar ao local de trabalho ou à escola. Assim, poderá emitir previsões de chuvas intensas para que os alunos e os residentes possam preparar-se melhor, tal como em Hong Kong?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação ao sistema de previsões, pode a DSMG estreitar a articulação com a DSEJ para que os alunos não fiquem afectados ao ir para a escola?

Segunda questão é sobre as inundações na Rua da Praia do Manduco, bairro antigo. Em 24 de Junho, sim, houve maré astronómica, mas em 22 de Junho houve chuvas intensas, portanto, as inundações não foram originadas pela maré astronómica, que ocorreu apenas à tarde. Portanto, as causas não foram a maré astronómica, pois consultei o calendário lunar. Naquela altura, estava a conduzir o carro, da Rua do Padre António para a Rua do Peixe Salgado e, ao longo do caminho, a água estava a irromper das saídas dos esgotos. Se fosse maré astronómica, ficava preso naquela zona. Tal como perguntou a Sra. Deputada Kwan: conseguiram ter capacidade para escoamento de cheias? Li o seu relatório onde diz ter instalado mais bombas de escoamento de chuvas, mas obviamente não resistiram às chuvas intensas, causando logo inundações. Por que razão as bombas de água instaladas nas Portas do Certo não conseguiram produzir efeitos? Em relação à obra de

melhoramento de capacidade para escoamento de cheias, o que fizeram? Pode-nos fazer uma apresentação mais concreta?

Segunda questão. Na Estrada Governador Albano de Oliveira, Jockey Club, Taipa, está em curso uma obra de urbanização. Quero perguntar: tiveram medidas adequadas preparadas para dar resposta aos problemas emergentes do processo de urbanização? O Sr. Secretário disse apenas que o fluxo de água na superfície aumentou. Mas sabe-se que o nível de inclinação entre o Jockey Club e o edifício Nam San tem quase a altura de um andar. Com a obra de construção do Metro Ligeiro, a água escoar-se naturalmente para o local mais baixo: o Edifício Nam San e o edifício Happy Valley foram inundados. Não deve saber a existência destes problemas só durante a execução da obra. Há medidas para melhorar a situação? Após as inundações, descobriram que muitos esgotos instalados já estavam entupidos. Depois da verificação deste entupimento, foram passadas multas ao empreiteiro? Nos dias normais, sem chuvas, não sei porquê, perto de minha casa sai água de um esgoto situado no canto de uma estrada, à meia-noite. Como está o retorno de água na rede de esgotos na Taipa? Pode o Governo fazer uma apresentação sobre medidas de melhoramento, que sejam capazes para apurar as causas verdadeiras de inundações, verificar toda a rede de esgotos da Taipa, incluindo os bairros antigos?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Alguns cidadãos contaram-me: antigamente em Macau só algumas zonas eram inundadas, mas agora a Taipa também foi inundada. Os residentes que me contaram isto já residiam na Taipa há mais de uma década e foi primeira vez em que se depararam com inundações graves. Os prejuízos que eles sofreram foi a avaria dos elevadores. Para a sua reparação, todos tiveram de partilhar as despesas. Em algumas zonas, muitos automóveis ficaram também inundados. Todos os residentes de Macau querem saber quem lhes paga as indemnizações. Nesta interpelação oral, penso que a questão da Sra. Deputada Kwan é: já foram verificadas inundações, como é que o Governo as vai resolver? Li a resposta do Governo onde diz: há dois serviços públicos que executam trabalhos diferentes neste âmbito. O que os cidadãos querem é muito simples: a nível interserviços, quais as soluções para as inundações? Agora o Sr. Secretário disse que os serviços públicos fazem isso ou aquilo, mas aquilo que mais importa para os cidadãos é quando poderão ver os problemas resolvidos. A questão que se coloca é: de quanto tempo vão precisar para resolver efectivamente o problema das inundações em Macau? A tolerância dos cidadãos tem limite. Então, quanto tempo é que vocês querem que os cidadãos lhes dêem para resolver as inundações? Os residentes do Porto Interior precisam de conduzir os seus carros para outros locais, quando há tufão. Mas muitos autosilos estão nas caves. Como eles conseguem estacionar carros em locais mais altos? Se todas as zonas ficam inundadas, onde eles podem estacionar os seus carros?

Os governantes devem dar mais atenção a estes problemas e exijo hoje uma resposta: de quanto tempo é que precisa para resolver as inundações que afectam todas as zonas?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo:

Quero dar seguimento às três questões da Sra. Deputada Kwan. O Sr. Secretário disse que compete a diversos serviços públicos executar trabalhos relativos à rede básica de esgotos. A Sra. Deputada Kwan perguntou se pensaram em criar um mecanismo de coordenação. Pode o Governo explicar isto? As últimas chuvas intensas tornaram estes problemas mais notórios e que perturbam muito os nossos residentes. Os alunos e os pais andaram exaustos por causa disso. Mais logo gostava que nos explicasse melhor sobre as previsões de chuvas intensas por parte da DSMG.

Actualmente há cerca de 800 alunos que residem em Zhuhai e estudam em Macau, ou seja, quase 1.000 alunos. As vossas previsões de chuvas intensas não foram precisas e o sinal das telecomunicações falhou naquele dia, de forma que os pais só receberam sms pelas 9 ou 10 horas. Portanto, é muito importante fazer um bom trabalho na matéria de previsões de chuvas intensas, pois está em causa a segurança dos alunos do ensino infantil e primário.

Segundo algumas escolas da zona norte, antigamente não ficavam afectadas pelas chuvas intensas, mas nas últimas chuvas intensas, foram inundadas, incluindo as bibliotecas. Portanto, ficaram muito incomodados. Após ter baixado o alerta para chuvas intensas, à tarde as escolas não reuniram condições para abrir a porta. Tal como alguns Srs. Deputados referiram, devido ao desenvolvimento económico acentuado, executam-se frequentemente obras nas vias públicas, na área de rede eléctrica, dos serviços de saneamento, entre outros. Só que para essas obras, não há mecanismo de coordenação.

No dia 3 de Junho foi autorizada uma nova rede fixa e no espaço de 18 meses, será assentada a rede fixa. Quero saber se o Governo já anteviu isto. Agora urge resolver os problemas actuais, pois as medidas a médio e longo prazo não resolvem estes problemas.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Quero dar seguimento à primeira questão da Sra. Deputada Kwan. A pergunta dela foi muito clara, mas parece que o Sr. Secretário não respondeu. Ela disse: em 8 de Maio, muitas zonas de Macau foram inundadas e cada serviço público explicou com a sua própria versão. A pergunta dela foi muito clara: porque deram explicações com tantas versões diferentes? Porquê? Porquê tantas versões? Porque cada serviço público deu explicações com a sua própria versão?

Segunda questão. Fizeram investigação? Parece que o Sr.

Secretário não respondeu também a esta questão. A pergunta dela foi muito clara e explícita, mas o Sr. Secretário mandou-a passear. As inundações existem de facto há anos. Por exemplo, quando o tufão “Hagupit” nos atingiu, o auto-silo situado das Portas do Cerco ficou inundado, mais de uma centena de automóveis foram inundados e para isso cada serviço público deu diferentes causas, deu diferentes explicações, ou seja, ninguém assumiu a responsabilidade, nem a companhia de parques, nem os serviços públicos. A Lei Básica prevê garantia de vida e bens. Então como garantir? O Sr. Secretário deve assumir mais responsabilidade, porque todos os serviços públicos envolvidos são da sua tutela. Agora o mais importante é quem assume a responsabilidade. Estão em causa os bens, mais tarde seria risco de vida! Só depois de sucederem problemas nas passeadeiras é que os serviços públicos começaram a fazer alguma coisa. Só quando houve incidentes sérios é que começaram a fazer alguma coisa. Então estão à espera que morra alguém nas inundações e só depois é que vão fazer alguma coisa? O Sr. Secretário tem maior responsabilidade, se tem de se responsabilizar alguém deve ser você! Portanto, espero que responda directamente à pergunta da Sra. Deputada Kwan: investigaram as causas das inundações? Ficaram os esgotos entupidos? Cortaram esgotos do Jockey Club? Investigaram as causas? Os esgotos ficaram mesmo entupidos ou não? Foi muito engraçado, o Sr. Secretário não fez referência à obra de construção do metro ligeiro que está em curso na zona. Na frente do Jockey Club ergueram edifícios-biombo, como estão os esgotos? Não ficaram entupidos? O Sr. Secretário não explicou nada disso. Fiquei muito decepcionado com o seu desempenho. Se estivesse no seu lugar, já me demitia. Foi pena, não tive oportunidades. Espero haver um dia essa oportunidade, através do sistema “uma pessoa, um voto”. Assim teria mais oportunidade.

Esgotou o meu tempo. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

As minhas perguntas são mais simples. Penso que o Sr. Secretário investigou as causas das inundações, mas como será o resultado? Não sei em que fase está essa investigação. Queria que o Sr. Secretário nos apresentasse como funciona a Divisão de Hidráulica e Saneamento da DSSOPT. Nos termos da lei orgânica da DSSOPT, compete a essa divisão planear, conceber e executar obras no âmbito dos serviços de saneamento. Então como funciona agora? Gostava mesmo de me informar. Por quê? Acho que as inundações teriam a ver com a concepção e execução a nível técnico. Vejam a Avenida Horta e Costa: foi assentada novamente a rede de esgotos, mas a água saiu pelos esgotos laterais. Este problema teve a ver com a concepção, pois a água dos esgotos laterais não entrou nos esgotos principais. Porque sucederam estes problemas com a concepção? A obra foi adjudicada ou realizada pelo Governo? Feita a concepção, fizeram ensaio através de um sistema de modelo hidráulico, para avaliar se funciona ou não? Fizeram isso contando apenas com a experiência? Foi assim? Qual foi a companhia que concebeu essa obra que deu problemas? Não seria necessário avaliar se a companhia a quem foi adjudicada a concepção é qualificada? Estas são as dúvidas que pairam ao ar.

Segunda questão. Algumas zonas que nunca tinham sido

inundadas passaram agora a ser inundadas, algo contribuiu para isso. Por exemplo, na zona onde se situam os edifícios Nam San e Nam Kuai está em curso a obra de construção de metro ligeiro e nos bairros antigos, há o TN27, essas infra-estruturas não contribuíram para as inundações? Quais foram as causas? Sr. Secretário, no processo de investigação, descobriram problemas cujo tratamento seja urgente?

A nível da legislação, tal como referiu o Sr. Deputado Mak, em certos estaleiros, as medidas de protecção são poucas. Quais? Por exemplo, quando chove, a água com lodo sai para vias públicas. As pessoas do sector de construção civil não sabem como fazer, por exemplo, deitam entulho nos esgotos que ficam entupidos. Ficaram depois desentupidos? Não sabemos. Como são as multas? Como são feitas as inspecções? Ao descobrir problemas, como são as multas? Quando vai rever a legislação, especialmente no âmbito da protecção ambiental? Quando vai multar estaleiros que entupam esgotos? Quais são os critérios para escoamento de água para rede básica de esgotos? Quando vai rever a legislação? Pensaram em rever o Regulamento de Águas e de Drenagem de Águas Residuais? Todas estas questões relativas à rede básica de esgotos contribuíram para as inundações e são matérias muito técnicas. Agradeço que me dê uma explicação.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Chui Sai Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Lau,

Srs. membros do Governo:

Sr. Secretário, agradeço que mais logo o responsável da Divisão de Saneamento do IACM responda à minha questão.

A minha questão é muito simples. Devido a estas inundações, os meus amigos do sector da restauração fizeram-me uma pergunta engraçada. Perguntaram eles: não viram a realização de muitas obras de desentupimento de rede de esgotos por parte dos funcionários da Divisão de Saneamento. Espero que eles não se tenham enganado. Neste caso, agradeço que me esclareça isto. Porque esse problema pode relacionar-se com duas vertentes: se há falta de mão-de-obra, então, expliquem-no e deve contratar mais mão-de-obra; se eles não se enganaram e há mão-de-obra suficiente, vocês não fizeram um bom trabalho na matéria de drenagem de água de chuva e fossas. Se for esse o caso, espero que façam um bom trabalho. Não tenho segunda oportunidade de usar da palavra, porque para cada questão, só posso intervir uma vez, não podendo repetir-me. Assim, espero que me dê uma resposta. Apesar de me dar uma resposta, vocês devem também voltar a fazer um bom trabalho, para satisfazer as reivindicações - não as minhas, mas sim dos comerciantes e residentes prejudicados pelas inundações. Por isso, espero que o Sr. Secretário passe a palavra ao responsável da Divisão de Saneamento do IACM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Com esta interpelação oral, abordam-se apenas três questões.

Primeira é sobre como fazer um bom trabalho para emitir previsões de chuvas intensas, pois o sistema de alerta para previsões é antiquado, porque só depois de registada uma certa quantidade de precipitação é que se emite um sinal preto (antigamente o sinal era dividido em três cores: amarelo, vermelho e preto). Sinceramente digo, o sinal emitido tardiamente não serve para nada, porque já começaram as inundações. Deveria emitir o sinal com 2 ou 3 horas de antecedência das inundações. Como resolver este problema relativo à emissão de sinal de alerta? Esta é a primeira questão.

Segunda questão. Quando há chuvas intensas, a água não é drenada atempadamente e depois? Deixar a água acumular-se ou drená-la? Para as zonas onde se pode drenar a água não há problema; mas para as zonas onde a possibilidade é zero, não se devia drenar a água? No caso de drenar a água, como arranjava um PTU? Portanto, o problema mantém-se na mesma. É impossível ter uma solução, porque há zonas que têm um formato de panela, isto sucedeu com a zona perto da minha casa: antigamente não ficava inundada, mas agora, fica sempre inundada quando há chuvas. Porquê? Porque a zona tem um formato de panela. Não há solução, neste caso, mesmo com esgotos assentados. Então como? Única solução é drenar a água. Mas como arranjar bombas de água para o efeito? Onde vai buscar pessoas para drenar a água? Quanto a isso, temos de ter dados de drenagem de água. Portanto, poderá incluir as zonas de lista negra no âmbito da protecção civil. Quero colocar a mesma questão: pode incluir a matéria de inundações na protecção civil? Presentemente, quando é içado o sinal 3 de tufão, intervém o pessoal da protecção civil. Mas qual é o nível de inundações que obrigue à intervenção do pessoal da protecção civil? Tem esses dados? Pode pensar nisto? É preciso fazer estudos. A nossa cidade está constantemente a crescer, a modificar-se, tornando-se as coisas incertas. Por exemplo, uma zona tornou-se mais alta e a zona ao lado, mais baixa, fica inundada. As zonas que sofriam de mais inundações agora sofrem menos; ao passo que as zonas que não sofriam de inundações passaram a sofrer mais agora. Havendo alterações nas redondezas destas zonas, a água da chuva não tem saída, ficando acumulada. Para escoar a água de chuva, é preciso drená-la. Cito um exemplo muito simples, na via pública do subsolo das Portas do Cerco, se a água fosse drenada, teríamos uma via pública livre para circulação. Mas agora, com os esgotos entupidos, quando chove, a zona norte fica paralisada. Importa agora dizer como drenar água quando há chuvas intensas! Este é o problema-chave. Independentemente dos vossos trabalhos, o que vemos é: quando chove, há inundações.

Como resolver este problema?

Presidente: Bom, convido o Sr. Secretário Lau e os Srs. membros do Governo a responder de forma resumida às questões dos Srs. Deputados.

Faça o favor.

Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io: Ok, obrigado, Sr. Presidente.

Foram levantadas várias questões, resumindo-as: como fazer um bom trabalho para emissão de sinal de alerta; mecanismo de coordenação; quais as medidas a curto, médio e longo prazo para resolver inundações na Península de Macau e na Taipa. No meu

texto de apresentação, já falei nestes assuntos. Bom, aproveitando esta oportunidade, vou entrar em pormenor e os meus colegas também vão dar respostas detalhadas.

Antes de mais, respondo à questão sobre o mecanismo de coordenação; o Sr. Director Fong vai responder às questões sobre o mecanismo de alerta para chuvas intensas; o Sr. Low, subdirector da DSSOPT vai apresentar as obras e medidas a executar com vista a melhorar o combate às inundações em Macau; o responsável da Divisão de Saneamento do IACM vai responder à questão do Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Quanto à coordenação, o Governo da RAEM tem dois serviços públicos competentes para tratar de inundações que são a DSSOPT e IACM. No meu texto de apresentação disse claramente que compete ao IACM assegurar o funcionamento das estações de bombeamento; compete à DSSOPT o planeamento, ampliação e construção das mesmas. Estão claramente divididas as funções no âmbito de gestão, reparação e manutenção. Há uma relação entre estes dois serviços públicos, pois precisam de se reunir para discutir assuntos relativos à obra a realizar. Por exemplo, limpeza das estações de bombeamento pela Divisão de Saneamento, fiscalização do escoamento de água nos estaleiros, entre outros. Estas funções estão claramente previstas nas suas leis orgânicas. No que diz respeito à coordenação, no âmbito da obra, quando se executa uma obra, a obra é uma nova obra, como definir se é uma obra de reparação, de manutenção, de ampliação ou beneficiação? Isto merece ser discutido e existe verdadeiramente uma relação entre ambos. Ao longo dos anos, através de um mecanismo, os dirigentes da DSSOPT e do IACM juntam-se para dividir as obras a executar entre eles, com vista a evitar sobreposição ou inércia. Em relação às inundações em Maio, por instruções do Chefe do Executivo, compete a mim coordenar estes assuntos. Devido às últimas chuvas intensas, reuni-me com a DSSOPT, IACM, DSMG, IH, GDI e GIT para analisar juntamente as causas das inundações, o mecanismo ao qual chamamos mecanismo alargado de coordenação. Iremos constantemente proceder a melhorias neste sentido. Quanto ao mecanismo de coordenação e planeamento, mais logo vou convidar o subdirector Sr. Low e o meu colega do IACM a fazer uma apresentação, de forma que não vou repetir aqui.

Levantaram muitas questões sobre alerta e previsões para chuvas intensas, antes de mais, vou convidar o Sr. Director Fong a fazer uma apresentação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Fong.

Director dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, Fong Soi Kun: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às chuvas intensas, tal como expliquei antes, os critérios adoptados por outros países para avaliar chuvas intensas são a quantidade da precipitação registada. No âmbito das previsões de chuvas intensas, no âmbito meteorológico, há três problemas por resolver: previsões de chuvas intensas numa hora fixa, local fixo e precipitação fixa. Por isso, a precipitação registada serve para avaliar chuvas intensas, como critérios, noutros países. No entanto, a DSMG de Macau já adoptou este método: alerta para chuvas intensas. Continuamos a adoptar este método: emitir previsões do tempo sobre as próximas duas horas.

Nas previsões do tempo, se os sinais deve ser divididos em cor amarela, vermelha e preta ou de outra forma, estamos a estudar o

assunto. Antigamente, os sinais usados eram de cor vermelha e preta. Mas os residentes queixaram-se de que duas cores faziam confusão aos alunos, não sabendo se tinham aulas ou não. Em razão disso, passámos a emitir só sinal de alerta para chuvas intensas. Se voltaremos ou não a usar sinais da cor vermelha e preta? Teremos de estudar o assunto. Portanto, não se trata de um problema técnico, mas sim chegar ou não a um consenso na sociedade: como devemos emitir sinais de chuvas intensas? Mas, falando nas previsões, o mais importante é como fazer previsões e como emití-las. Após as últimas chuvas intensas, a DSMG aplicou uma série de medidas de melhoramento, porque estamos a pensar em emitir previsões na Internet, usando legendas móveis na Internet para chamar a atenção dos residentes para aguaceiros, tufão, mau tempo, quando os mesmos estiverem próximos. Estas informações são acessíveis.

Por sua vez, estamos a preparar uma aplicação para telemóveis que estará ao dispor dos residentes no próximo mês. Tendo a aplicação nos telemóveis, a DSMG emitirá informações do tempo aos residentes, de forma a que os residentes não terão necessidade de ir à Internet. Porque nos telemóveis, os residentes podem ver previsões do tempo. Esta série de medidas está em curso.

Tenho dito, Sr. Secretário.

Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io:

Tem a palavra o subdirector Sr. Low.

Subdirector dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, Shin Chung Low Kam Hong: Presto informações suplementares.

Nos últimos anos, o Governo tem feito muitas obras nos esgotos, por exemplo, na Colina da Guia, Avenida Sidónio Pais, Rua Nova à Guia, San Kio e Avenida Horta e Costa foram executadas muitas obras de ampliação e desvio. Um Sr. Deputado perguntou sobre a subsidência em alguns lotes do NAPE, reduzindo a capacidade de escoamento dos esgotos. Face a esta situação, nos últimos um ou dois anos, na zona do Dynasty, foram executadas obras de reordenamento da rede de esgotos e estradas em 12 fases. Todos se lembram de que nas estradas do NAPE houve de facto subsidência. Perto da Rua de Pequim, foram executadas obras em 3 fases de reordenamento das estradas e da rede de esgotos, estando a última fase na recta final. Apesar de ter executado muitas obras nos últimos anos, devido ao desenvolvimento acentuado da cidade de Macau bem como às mudanças climáticas, prevemos que o tempo extremo venha a aumentar, nomeadamente chuvas ou chuvas intensas. As últimas chuvas intensas causaram inundações em zonas que nunca tinham sido inundadas. Nestas zonas, foram executadas obras. Ou seja, além de examinar a rede de esgotos, a curto prazo... face ao problema referido por um Sr. Deputado, após a obra de reordenamento dos esgotos principais na Avenida Horta e Costa, os esgotos laterais tiveram um desempenho débil. Recentemente, na Rua do Almirante Costa Cabral, foram aplicadas medidas de desvio para aumentar a capacidade de desvio dos esgotos laterais.

Por sua vez, na Baixa da Taipa, foram executadas obras de desvio dos esgotos na Estrada do Desporto. Estas medidas de desvio ajudam a diminuir o deslocamento de volume de água para a Rua do Regedor e para a Baixa da Taipa. Esperamos que, com estas obras, as pressões de deslocamento de água sejam diminuídas. No túnel das Portas do Cerco, iremos executar obras de ampliação da capacidade dos esgotos. Estas obras serão executadas brevemente.

Está em curso a obra de esgotos perto do Jockey Club e da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental. Iremos acelerar o seu andamento para que a obra seja concluída este ano.

Tenho dito.

Obrigado.

Presidente: Sim, é a vez do IACM.

Chefe dos Serviços de Saneamento, Vias e Manutenção Urbana do IACM, Lo Chi Kin: Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado ao Sr. Deputado Chui pela questão.

Apresento aos Srs. Deputados o trabalho decorrente dos serviços de saneamento, executado pelo IACM.

Sendo o serviço específico responsável pela limpeza de esgotos de Macau, compete à Divisão de Saneamento do IACM assumir a responsabilidade de limpeza e manutenção de todos os esgotos de Macau. Desde a constituição do IACM, a Divisão de Saneamento teve entre 100 a 97 trabalhadores. Actualmente, a Divisão de Saneamento tem 97 trabalhadores. Portanto, o número de pessoal mantém-se estável. 75 trabalhadores são das equipas de desentupimento de esgotos, divididas em 12 grupos responsáveis pelo trabalho de esgotos. Como funciona o mecanismo de trabalho de esgotos? Nós tomamos a iniciativa de verificar o estado de utilização de todos os esgotos em Macau. Sempre que seja detectado entupimento, enviamos as nossas equipas para a limpeza de esgotos e de colectores de água. De acordo com os nossos dados estatísticos, os esgotos em Macau têm 400 quilómetros de comprimento e incluem 20 mil colectores de água nas vias públicas.

O Sr. Deputado Chui Sai Cheong disse que, na opinião dos cidadãos, não limpamos os esgotos com tanta frequência como antes. De acordo com os nossos dados, a frequência do nosso trabalho não foi reduzida. Se calhar, os cidadãos não vêem os nossos trabalhos a serem executados, de dia. Devido ao aumento de trânsito resultante do desenvolvimento da cidade de Macau, devido ao facto de os esgotos se situarem na zona central das vias públicas, se os nossos trabalhos fossem feitos de dia, aumentariam as pressões sobre o tráfego. De forma que, nos últimos dez anos, os nossos trabalhos de limpeza de esgotos passaram gradualmente a ser executados após a meia-noite, especialmente depois de os autocarros pararem de circular. A execução dos nossos trabalhos concentra-se neste período. Assim, os cidadãos não vêem os nossos trabalhos a serem executados durante o dia, porque trabalhamos mais à noite. Os nossos trabalhos aumentam muito mais à noite, assim é natural que a frequência de nos verem seja menor.

Houve Srs. Deputados que perguntaram sobre o mecanismo de fiscalização de estaleiros. Sim, temos esse mecanismo. Temos 12 inspectores responsáveis pela fiscalização mensal dos estaleiros onde estejam em curso obras. Sempre que seja detectado escoamento anormal de águas residuais, informamos o estaleiro em causa para limpar os esgotos afectados.

Presidente: Bom, Terminamos a 1ª interpelação oral. Agora passemos à 2ª interpelação oral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

O Governo da RAEM não conseguiu honrar o seu compromisso de construir 19 000 fracções de habitação pública até 2012, e uma das razões apontadas pelo Secretário Lau Si Io é a seguinte: “construir não é difícil, o que é difícil é encontrar terrenos”. Todavia, com a declaração de caducidade da concessão dos terrenos localizados na Avenida Wai Long, com uma área superior a 80 mil m², o Governo já tem ao seu dispor os terrenos necessários para acabar com aquela dificuldade de “encontrar terrenos”. Em conformidade com o plano original definido pelos promotores do empreendimento, os referidos terrenos, com mais de 80 mil m² representam uma área bruta de construção que pode ir até 730 mil m², e uma área útil de mais de 500 mil m². E se forem aproveitados para a construção de habitação pública, podem construir-se, mesmo com base numa estimativa conservadora, mais de 10 mil fracções. Pelo exposto, o Governo deve proceder, o mais rápido possível, ao planeamento destes terrenos, para que sejam aproveitados para a construção de habitação e instalações públicas. Entretanto, em resposta à pergunta levantada durante a sessão de perguntas e respostas que teve lugar no passado mês de Abril, o Chefe do Executivo afirmou que, por agora, ainda não era adequado proceder ao planeamento dos referidos terrenos, uma vez que, apesar de a concessão já ter sido declarada caducada, ainda está em curso o respectivo processo judicial. Parece que esta afirmação carece de ponderação aprofundada. E assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A concessão dos terrenos com uma área superior a 82 mil m², localizados na Avenida Wai Long, foi declarada caducada pelo Governo da RAEM por envolvimento no caso Ao Man Long. Em relação à caducidade dos cinco terrenos, declarada numa fase anterior, de facto, os promotores do empreendimento apresentaram recurso junto do tribunal de Macau. Mas caso não tenha sido interposta providência cautelar, o referido recurso não produz efeito suspensivo sobre o replaneamento dos referidos terrenos. E mesmo que tenha sido interposta providência cautelar, é ainda necessária a autorização do juiz antes que aquela produza qualquer efeito suspensivo. Mas caso tal não se tenha verificado, não existem então quaisquer obstáculos que impeçam o Governo de proceder ao replaneamento dos terrenos reavidos. O Governo da RAEM alegou que, por agora, ainda não podia proceder ao desenvolvimento dos terrenos em questão. Porquê?

2. O Governo prometeu reabrir, integralmente, os concursos para habitação económica no quarto trimestre deste ano. É a primeira vez desde há oito anos, por isso, prevê-se uma grande quantidade de candidaturas. De acordo com a Lei da habitação económica, o Governo só abre concurso quando há planos para estas habitações, e a respectiva lista dos candidatos mantém-se válida até à atribuição de todas as fracções postas a concurso. Por isso, é bastante importante o número de fracções postas a concurso, e se o Governo apenas disponibilizar alguns milhares de fracções, como a procura é maior do que a oferta, a maioria dos candidatos acaba por fazer pedidos em vão, pois nem sequer vão conseguir ter acesso ao sorteio. Isto constitui um desperdício de trabalho para os candidatos, e um aumento da pressão para o Governo. Se este vai, ao fim de oito anos, reabrir o concurso para a habitação económica, deve então dispor de número suficiente de fracções para demonstrar a sinceridade da sua

acção governativa. Se os terrenos com cerca de 80 mil m², localizados na Avenida Wai Long, forem destinados à construção de habitação pública, poderão ser disponibilizadas mais de 10 mil fracções públicas. Se estas 10 mil ou mais forem destinadas à habitação económica, será possível atenuar a pressão da procura. O Governo prometeu reabrir, integralmente, os concursos para habitação económica no quarto trimestre deste ano, então, de que planos dispõe para o efeito? Quantas fracções vão ser postas a concurso? Os referidos terrenos na Avenida Wai Long vão fazer parte daquele concurso? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Lau.

Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io:
Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa

Exmos. Srs. Deputados:

Relativamente à interpelação oral do Sr. Deputado Au Kam San, venho responder o seguinte:

Uma política de habitação pública a longo prazo necessita de uma eficaz articulação que se desenvolve em várias vertentes com vista à implementação das suas medidas. O Governo tem envidado esforços sistemáticos na promoção do desenvolvimento da habitação pública, tendo em consideração as necessidades reais da sociedade, o desenvolvimento económico e a actual situação objectiva dos recursos referentes aos terrenos, procurando assegurar deste modo uma oferta ordenada e contínua de habitação pública, protegendo também assim o direito à habitação da população, com o objectivo na utilização eficaz dos recursos de terrenos disponíveis.

À medida que se concretizava o processo de conclusão do projecto de oferta das 19 000 habitações públicas, o Governo desenvolveu todos os esforços para pôr em funcionamento um mecanismo eficaz de execução paralela de “reserva” e “construção”. Com a chegada da fase final do projecto das 19 000 habitações públicas, o Governo iniciou ao mesmo tempo trabalhos de planeamento e construção de mais habitações públicas, tendo já sido iniciadas as obras de construção do empreendimento de habitação pública da Estrada Nordeste da Taipa e do empreendimento de habitações públicas dos Lotes 1 e 2 do Bairro da Ilha Verde. Estes empreendimentos simbolizam o primeiro avanço na construção de habitação pública depois do designado projecto das 19 000 habitações públicas. O Governo prevê iniciar os procedimentos para atribuição antecipada das fracções dos Lotes 1 e 2 do Bairro da Ilha Verde na primeira quinzena do presente mês, mais tarde o Instituto de Habitação irá divulgar os pormenores sobre o assunto. Paralelamente, outros dois empreendimentos, os Lotes E e F, no Fai Chi Kei, os Lotes L4 e L5, estão em fase de planeamento.

Relativamente aos outros terrenos de reserva, na 2.^a fase de auscultação pública do Plano Director das Novas Zonas Urbanas, foram apresentados dois anteprojectos para serem discutidos pela sociedade. Os anteprojectos têm previsto uma parte de terrenos reservados, onde poderão ser construídas fracções autónomas com a área de construção cerca de 700 pés quadrados (incluindo habitações privadas e públicas), no anteprojecto I, está prevista a construção de cerca de 33 mil fracções autónomas e no anteprojecto II prevê-se a construção de cerca de 43 mil fracções autónomas. O Governo está empenhado em reservar uma quantidade adequada de terrenos onde se localizam os anteprojectos referidos como reserva para construção da habitação pública. Na presente fase foram concluídas

preliminarmente o projecto básico do plano das Novas Zonas Urbanas. Uma vez que a sociedade está atenta à construção da habitação pública, o Governo deseja através da 3.^a fase de auscultação pública, continuar a auscultar as opiniões da população. Depois de obter o consenso geral da sociedade poderá clarificar quais os terrenos destinados à construção da habitação pública nas Novas Zonas Urbanas.

Paralelamente, o Governo tem presente o princípio do aproveitamento dos terrenos e uma boa utilização dos recursos públicos, de modo a permitir construir uma quantidade apropriada de fracções para se atingirem os objectivos da política de habitação e assim se concretizar a estratégia relativa à oferta da habitação económica. O Governo também está a ponderar demolir algumas instalações públicas, e construir no mesmo local empreendimentos mistos constituídos por habitação e instalações públicas e recreativas. Quanto à abertura do novo concurso para várias tipologias de habitação económica, recentemente foi concluído o concurso para a aquisição das 1 544 fracções autónomas de habitação económica de tipologia T1 do Edifício Ip Heng, forma recebidas 15 038 candidaturas, iremos acelerar os trabalhos de apreciação, prevendo-se o sorteio e a publicação dos resultados no 4.^o trimestre deste ano.

Actualmente está a decorrer o novo concurso de habitação social, ao mesmo tempo está-se a proceder à atribuição das fracções para os familiares da lista de espera do designado projecto das 19 000 habitações públicas, após a sua conclusão, planeia-se a abertura do novo concurso para diferentes tipologias de fracções de habitações económicas, nesse momento o Governo pode obter um conhecimento exacto da quantidade de pedidos de habitação económica, quando tiver conhecimento exacto do número dos pedidos, poderá proceder a um ajustamento adequado na utilização dos recursos de habitação pública para o futuro. O Governo irá esforçar-se por realizar um bom trabalho em cada fase, e divulgará o número das fracções de habitação pública logo os conheça.

Quanto ao terreno situado junto à Avenida Wai Long e Estrada da Ponta da Cabrita, embora já tenha sido declarado a nulidade dos actos de transmissão dos direitos resultantes da concessão e os actos praticados na sua revisão, mas para além de estar a decorrer a acção judicial, existem alguns procedimentos legais obrigatórios que ainda não estão concluídos, por isso de momento não se deve pensar em nenhum plano concreto para estes terrenos.

Obrigado, Exmo. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

A sua resposta não disse nada de concreto.

A minha primeira pergunta foi muito clara: a concessão dos lotes com área de 80 mil metros quadrados situados na Estrada Wai Long foi declarada caducada. Caso não tenha sido interposta providência cautelar, o recurso não produz efeito suspensivo. Mesmo que tenha sido interposta uma providência cautelar, é ainda necessária autorização do juiz antes que esta produza efeito suspensivo. Bem, a concessão já foi declarada caducada, por que razão os lotes não podem ser novamente planeados? Mesmo que esteja a decorrer o procedimento judicial, tal como referiu o Sr. Secretário, tal facto não

impede o Governo de fazer um novo planeamento. Quero tornar bem clara esta questão, pois é o ponto-chave desta interpelação oral. Mas o Sr. Secretário não respondeu a esta minha questão. Espero obter uma resposta sua.

Segunda questão. Os dados fornecidos pelo Sr. Secretário foram dados desactualizados, não trouxe nada novo. O Sr. Secretário disse que após as “19 mil”, há 4 lotes, mas sabemos que nesses lotes, apenas se podem construir 6 mil fracções autónomas. Das 6 mil, 2.350 fracções dos lotes 1 e 2 da Ilha Verde serão para os candidatos da lista das “19 mil”. Então, quantas fracções autónomas restam? Ainda falou nos aterros urbanísticos?! Os aterros urbanísticos estão ainda na fase de consulta pública, quando é que começam a fazer os aterros? Findos os aterros, quando é que os terrenos estarão disponíveis para construir edifícios? De acordo com a Lei da Habitação Económica, quando for reaberta a candidatura à habitação económica no 4.^o trimestre, quantas fracções autónomas estarão disponíveis? Esta é a minha segunda pergunta. Quantas fracções autónomas estarão disponíveis para os candidatos? Se o número de casas disponíveis não for suficiente, estaria a gozar com os cidadãos. Agora, a situação é simples, das 6 mil fracções autónomas, segundo o número das fracções autónomas referidas no 2.^o parágrafo do seu texto, penso que estarão disponíveis apenas 3 mil fracções autónomas. Neste caso, quando for reaberta a candidatura no 4.^o trimestre, como é que o Governo conseguirá saber com precisão a procura efectiva da habitação económica? Não seria uma candidatura em vão? Porque para esta candidatura, 15 mil residentes, 15 mil agregados familiares candidataram-se, mas o número de casas foi de 1.500. Agora, o número de casas será apenas 2 mil ou 3 mil. Haverá mais de 10 mil candidatos, a lista será inválida. Levantei duas questões que são muito importantes. Primeira, porque é que os lotes situados na Estrada Wai Long não podem ser novamente planeados para construção de habitação pública? Segunda questão. Quantas fracções serão colocadas a concurso, quando for reaberta a candidatura à habitação económica, nos finais deste ano? De que planeamento dispõe? Quantas casas serão postas a concurso para as novas candidaturas dos residentes, para satisfazer as necessidades dos residentes?

Obrigado.

Presidente: Bom, tem a palavra o Sr. Secretário Lau.

Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io: Em relação aos lotes situados na Estrada Wai Long, tal como referi no meu texto de apresentação, a concessão destes lotes foi declarada caducada. Agora, só há dois lotes cujo recurso está em curso. Após avaliação integral, o Governo correria riscos legais se decidisse agora a finalidade dos referidos lotes. Após avaliação integral, o Governo ainda decidiu não tomar decisão. Mas não foi afastada a hipótese de servirem para a reserva da habitação, depois de eliminados os riscos legais. Na nossa opinião, agora não é oportuno declarar a sua finalidade, tendo em conta a existência de riscos legais. Esta é a nossa decisão, neste momento.

O número de habitação pública a construir consta dos projectos publicados. Desse número, as 19 mil fracções autónomas estão a ser ocupadas sucessivamente e as fracções autónomas “após 19 mil” estão a ser construídas. Quanto aos projectos a longo prazo, sabemos que os terrenos disponíveis são apenas os novos aterros urbanísticos. E até lá como faremos? Vamos aproveitar os terrenos existentes, por exemplo, iremos pensar em reconstruir instalações sociais que tenham baixa taxa de utilização, deixando ainda espaço para

construir mais casas. Ainda temos projectos em planeamento e estudo que serão publicados oportunamente. Quando o estudo destes projectos for finalizado, iremos publicá-los. De acordo com o nosso planeamento de habitação pública, logo que tenhamos novidade, divulgamo-la imediatamente à sociedade e prosseguimos o trabalho correspondente.

Segundo as nossas experiências obtidas nos últimos anos, expliquei várias vezes que as nossas maiores dificuldades são encontrar terrenos disponíveis. Mas sempre que tenhamos um terreno disponível, iremos dar a conhecer ao público de forma clara. Por enquanto, só temos divulgado o projecto para “após as 19 mil”. Outros projectos já estão divulgados, por exemplo, o novo posto transfronteiriço, mas este projecto não vai ser concretizado a curto prazo. Prometemos que, na sequência da candidatura à habitação social e económica, iremos dar a conhecer ao público oportunamente o resultado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à disponibilidade de terrenos, além dos lotes com uma área de 80 mil metros quadrados situados na Estrada Wai Long, referidos pelo Sr. Deputado Au Kam San, recentemente houve uma associação que fez o levantamento dos lotes devolutos, incluindo os lotes devolutos já divulgados pelo Governo que se encontram em processo de recuperação.

De facto, o Governo tem na mão a quantidade dos terrenos disponíveis. Qual a quantidade da habitação pública em falta? Vejam: houve 15.038 pedidos para 1.544 de tipologia T1 do edifício Yip Heng. Qual o estado do espírito dos candidatos? Recearam ficar a ver o navio a passar! Mesmo que seja reaberto concurso no 4º trimestre deste ano, para várias tipologias de fracções autónomas, como fazer, se os pedidos forem muitos? Nos termos da Lei da Habitação Pública, a lista com a ordenação dos candidatos mantém-se válida até à venda de todas as fracções postas a concurso. Sr. Secretário: já pensou que esta disposição pode produzir pânico psicológico aos cidadãos com necessidade de habitação? Vai pensar em equilibrar esta situação, através da fixação de um prazo de espera pela atribuição da habitação social ou da habitação económica, com o objectivo de assegurar a estabilidade dos cidadãos? O Sr. Secretário, referiu na sua resposta, a necessidade de obter consenso na sociedade. Mas qual a política do Governo? Como ajudar os residentes a resolver os seus problemas? Aqui os “residentes” são os que têm necessidades urgentes de habitação, não são os que já têm habitação. Então se houvesse falta de consenso na sociedade, o Governo nunca aplicaria as políticas? Quero perguntar ao Sr. Secretário: que política vai divulgar a longo prazo e mais concretamente anunciar, para consolidar a confiança dos residentes, no âmbito da disponibilidade de terrenos e planeamento de construção de habitação pública?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Secretário Lau:

Quando o Sr. Chui Sai On, Chefe do Executivo estava presente

na sessão de perguntas e respostas na AL, V. Exa. também estava presente. Naquela altura, levantei uma questão sobre o plano de construção de habitação pública no âmbito de “Terras de Macau para as suas gentes”. O Chefe do Executivo respondeu que a matéria iria ser estudada. O Chefe do Executivo deixou claro que, nos novos aterros urbanísticos, tendo como base as 43 mil fracções cativadas, iria ainda estudar uma solução para resolver eficazmente os problemas relativos à habitação e à construção de habitação em Macau. Mas hoje, ao falar nos novos aterros urbanísticos, o Sr. Secretário Lau Si Io apresentou-nos duas propostas: primeira, cativar 33 mil fracções autónomas; segunda, cativar 43 mil fracções autónomas. O que nos parece ser um “marcar passo”, nada avançou! Sugiro a V. Exa. Sr. Secretário que pergunte ao seu patrão se afinal ainda está válida ou não a promessa deixada aqui pelo Sr. Chui Sai On, Chefe do Executivo: após consulta pública, além das 43 mil fracções autónomas, iria definir um mecanismo permanente de atribuição de habitação pública, através de um planeamento de construção de habitação nos novos aterros urbanísticos?

Dou um estímulo ao Sr. Secretário, para que marque uma calendarização. Ou seja, realizar uma consulta pública no 3º trimestre para chegar a consenso, com o objectivo de definir uma proposta de construção de habitação pública das dezenas de milhares, nos novos aterros urbanísticos. Pode-nos dizer hoje que a consulta pública vai ser realizada ainda este ano? Quando será a sua implementação? Porque já foi muito, muito tempo passado, desde a realização das consultas públicas da 1ª e 2ª fase. Quando terá lugar a sua implementação? Não deve disponibilizar metade ou a maior parte dos novos aterros urbanísticos para construir habitação pública, com vista a satisfazer as necessidades de todos?

Para terminar, foi fria a resposta dada pelo Sr. Secretário à interpelação oral do Sr. Deputado Au Kam San: nada de concreto, bem, os lotes em causa serão recuperados, mas agora, não queremos fazer novo planeamento, só o fazemos quando for oportuno. Foi este o estado de espírito do Governo. Afinal, para onde foram as linhas orientadoras do Governo que visam resolver os problemas habitacionais dos residentes? O número dos lotes devolutos já recuperados totaliza 40 lotes, este número foi anunciado à AL há mais de 3 anos e agora, que progresso foi feito? Segundo a sua resposta hoje dada à interpelação oral, parece que nada avançou, e todos têm de ficar à espera da sorte. Será esta a vossa ideia, para decidir o que vai fazer: ficar à espera de como será a reacção dos candidatos, quando estiver concluído o sorteio da habitação económica, a realizar nos finais deste ano?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: V. Exa. Sr. Secretário:

Na interpelação oral referiu planear mais de 10 mil fracções autónomas da habitação económica. No entanto, tendo em conta o número de candidatos às fracções autónomas T1 no último concurso, mesmo que sejam construídas mais de 10 mil fracções autónomas de habitação económica, não seria possível satisfazer os mais de 10 mil pedidos.

A política de habitação do Governo é orientada pelo princípio de “tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário”. O que quer dizer claramente que o Governo pretende resolver os problemas de habitação, mas não os problemas de aquisição de habitação própria. É importante tornar clara esta meta, antes de analisar a procura da habitação económica.

Como é a procura da habitação pelas gentes de Macau? Antes, de acordo com o relatório sobre análise do mercado de habitação elaborado pelo Gabinete de Estudos das Políticas do Governo da RAEM, apresentado à AL, o número de habitações em Macau era de 200 mil em 2012, excluindo 13 mil fracções devolutas, há 187 mil fracções autónomas que estão habitadas. De acordo com os dados, em cada fracção autónoma vivem 3 pessoas, em média. 3 vezes 186 mil dá 560 mil pessoas que têm habitação para viver. Pode-se concluir que em Macau todas as pessoas têm habitação para viver.

Falando na aquisição de habitação própria, dos compradores de imóveis no 1º trimestre de 2013, 97% são gentes de Macau. Dos 97,9% de proprietários, 85,7% já tinham outras propriedades. Portanto, é óbvio que as gentes de Macau compram imóveis não para fins habitacionais, mas sim investimento. Nos candidatos à aquisição de T1, no edifício Yip Heng, mais de 70% são candidatos solteiros. O que espelha o seu estado: é melhor comprar agora antes que seja tarde e não têm necessidade urgente de comprar casas. Para os chineses, é normal e racional comprar imóveis como um investimento de valorização. Só que não há nenhum Governo no mundo que consiga garantir ao seu povo: todos podem adquirir habitação própria. Quantas casas seria necessário construir para considerar suficiente? Esta é a minha questão colocada ao Sr. Secretário Lau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Quero dar seguimento a uma questão.

Vimos que o plano de 19 mil fracções autónomas está a ser concretizado este ano. Apesar das muitas dificuldades, no espaço de alguns anos, o Governo concluiu vários projectos de construção da habitação pública, evidenciando a determinação do Governo para resolver os problemas de habitação dos habitantes locais necessitados. O que é bem visto pela sociedade.

Este ano, o Governo anunciou o trabalho de acompanhamento de habitação pública a ser feito em 4 fases. A partir da entrada em vigor da Lei da Habitação Económica, no âmbito do plano de 19 mil fracções de habitação pública, foram concluídas a atribuição do Edifício da Alameda da Tranquilidade, Edifício do Lago da Taipa e em Coloane. Há dias foi concluído o concurso para a candidatura às fracções autónomas T1 em Seac Pai Van. Recentemente, o Instituto de Habitação actualizou oportunamente os dados dos candidatos em lista de espera das 19 mil fracções autónomas, para dar a conhecer ao público o andamento. Ouvi dizer que a taxa de ocupação de alguns fogos de determinadas zonas é baixa. Não sei se é verdade. Agradeço que o executivo explique, fazendo uso desta oportunidade: como está o ponto de situação da atribuição das 19 mil fracções de habitação pública? Sobre tantos pedidos dos agregados familiares para a habitação económica e social, os serviços competentes fizeram um balanço dos dados? Caso seja verdade a baixa taxa de ocupação de algumas fracções autónomas, se as pessoas não vivem

nas casas atribuídas, neste caso, haverá urgência em construir habitação pública? Como o executivo entende esta situação? O executivo deve analisar, estudar de forma científica, as necessidades da habitação por parte dos residentes, em vez de confiar nas necessidades através do número dos candidatos, com o objectivo de traçar melhor o planeamento a longo prazo para a habitação pública.

Agradeço que o Sr. Secretário responda às questões acima mencionadas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Parece que a AL é dividida em dois mundos, um deles é apoiar o Governo da RAEM: Paz e harmonia e felicidade para todos. No entanto, na AL, há vezes representativas dos cidadãos. É verdade que não se conseguem comprar casas, quer do sector particular, quer da habitação económica. Muitos residentes pediram apoio ao meu escritório, dizendo que não conseguem sequer ter dinheiro para pagar o primeiro sinal. Como resolver isto?

O Sr. Deputado Au levantou a questão sobre os lotes com área de 82 mil metros quadrados envolvidos no caso Ao Man Long. Onde está a autoridade do Governo da RAEM? Porque tem tanto medo? Não tem política para tratar dos tais lotes? Porque se mostrou tão medroso? Porque não... quero levantar esta questão: onde está o livro de capa azul ou branca da política da habitação pública do Governo da RAEM? Levanto todos os anos a mesma questão: há ou não uma política da habitação económica a longo prazo, de acordo com o número dos habitantes? Não há, aplica-se apenas a política tipo paliativo. Em todos os anos, estando presentes na AL, levamos a passear e pronto. Segunda questão. O Sr. Deputado Au falou nos lotes com área de 82 mil metros quadrados. Quero saber qual o número de lotes devolutos que o Governo da RAEM tem na mão? Quantos lotes devolutos? Porque não disponibilizam estas informações na Internet? Falamos nisto há anos e nada. E por isso, esta questão voltou a ser colocada pelo Sr. Deputado: hoje, estão em causa os lotes com área de 82 mil m², e amanhã serão de 108 mil m², e depois? De quantos lotes o Governo dispõe? Como vai o Governo usá-los? Tem de nos dizer, tem de nos dizer, para que fiquemos informados sobre o que o Governo anda a fazer. Obrigou-nos a adivinhar, mas ao fim e ao cabo, ficaram lesados os direitos e interesses dos residentes. Que alternativas têm? Sem alternativa, são obrigados a pedir habitação social; não sendo possível comprar casas no mercado imobiliário, são obrigados a pedir habitação económica! Querem comprar habitação económica, porque não têm alternativas, Sr. Secretário! Por isso, gostava que o Sr. Secretário pensasse duas vezes em como fazer no futuro. Não sei se vai ser nomeado ou não pelo novo Chefe do Executivo, mas pelo menos, deve ter um livro de capa branca: como vai fazer com os lotes disponíveis? Não faz sentido se não soubesse como fazer com aqueles lotes com uma área de 82 mil m²! Qual a sua ideia? Tem medo de perder em tribunal?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Quero dar seguimento à 2ª questão que é sobre a reabertura de concurso para candidatura à habitação económica no 4º trimestre. Qual o planeamento? Qual a quantidade de fracções de habitação económica postas a concurso para os residentes se candidatarem? Com esta pergunta, quero saber qual a determinação do Governo para construir habitação económica? Deve dizer aos cidadãos qual o planeamento a longo prazo. Na resposta, o Sr. Secretário disse cativar terrenos nos novos aterros urbanísticos. Mas, mesmo que sejam construídas casas nos novos aterros urbanísticos, acredito que se levem 5 ou 6 anos. Na realidade, os cidadãos estão à espera por uma resposta afirmativa do Governo. Mesmo que tenham de esperar por 6 anos, pelo menos ficariam preparados psicologicamente. A calendarização é de 5 ou 6 anos, mas o Sr. Secretário pode dar-nos um planeamento a longo prazo? Diga-nos: estarão prontas as casas depois de 6 anos? Destas casas, 40 mil serão para habitação económica? Quero saber tudo isto.

Por sua vez, o Sr. Secretário disse ter dificuldades em encontrar terrenos disponíveis. Já ouvi isso várias vezes. Levanto outra dúvida. Antes os cidadãos ficaram muito preocupados, porque iriam ser construídos edifícios num lote em Coloane, podendo estragar as montanhas. Porquê escavar a montanha para construir edifícios? Se foi autorizada a construção de edifícios particulares escavando a montanha, não estando posta em causa a protecção ambiental, porque o Governo não fazia o mesmo construindo habitação pública e habitação económica? Se não está posta em causa a protecção ambiental, porque não pensou em escavar a montanha para construir habitação económica, habitação pública? Como equilibrar isto? Gostava de ouvir a justificação do Sr. Secretário.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Fiquei de facto decepcionado com a resposta do Sr. Secretário. Porque não vi planeamento da habitação pública, nem programa das políticas a aplicar. Nada disso vimos. O Sr. Secretário só voltou a bater na mesma tecla: a médio prazo, temos 6.300 casas no Bairro da Ilha Verde, 1ª e 2ª fase, na Estrada Nordeste da Taipa. Com a candidatura às 1.544 fracções autónomas do edifício Yip Heng, acredito que foi dado um sinal de alerta ao Sr. Secretário e Srs. membros do Governo. Acredito que na reabertura de concurso para candidatura a casas de outra tipologia, no 4º trimestre, o número dos candidatos será superior ao desta vez. O Sr. Secretário realçou a carência de terrenos, pois é impossível fazer tijolos sem palha. Antes, o Instituto de Habitação anunciou que há 30 lotes devolutos que se encontram em processo de audiência. Não sendo possível pedir à DSSOPT informações sobre os recursos de terras, recentemente, fiz uma pesquisa juntamente com uma associação: em Macau, incluindo nas ilhas, há 375 lotes devolutos que têm áreas diferentes, alguns são do direito privado, alguns são terrenos concedidos. Isto revela a falha de gestão de terrenos por parte do Governo. Anda a queixar-se da falta de terrenos, porque não foram aproveitados devidamente os mais de 300 lotes? Deve reflectir sobre isto, sendo tutela da área dos

solos e obras públicas. Anda a dizer que há falta de terrenos, se ficássemos apenas à espera pelos novos aterros, o tempo seria demasiadamente longo. Pode gerir melhor estes 370 lotes? Gostava de ouvir a opinião do Sr. Secretário e do director da DSSOPT. Pedi que fosse marcada uma reunião comigo, mas ainda não me responderam quando é que terão tempo para me receber, embora já tenha sido recebido por outros serviços públicos relevantes. Acho que isso foi uma falha no exercício das funções. Uma associação cívica fez um levantamento dos recursos de terras, mas foi tratada pelo Governo com aquela atitude, de facto, devem reflectir sobre isto. O Sr. Secretário deve responder se tem ou não determinação para gerir eficazmente estes lotes devolutos, construindo habitação pública, de forma a aliviar as necessidades urgentes de habitação dos residentes. Fico à espera da resposta do Sr. Secretário.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Em relação às questões da interpelação oral, acredito que não vai ter mais novidades a dar. Então, quero dar seguimento às questões da sua resposta.

No penúltimo parágrafo da sua resposta disse: nos finais deste ano, vai ser aberto o concurso para candidatura às casas com várias tipologias; o Governo vai fazer um bom trabalho, para obter mais informações sobre a quantidade disponível de fracções de habitação pública que serão divulgadas oportunamente. Queria que nos explicasse mais logo: afinal o que é que o Governo pretendia fazer? A meu ver, o número de candidatos será superior ao número desta vez, porque neste concurso para candidatura a casas da tipologia T1, candidataram-se 15 mil agregados familiares. Para casas de várias tipologias, o número de candidatos será muito maior. Com tão poucas casas postas a concurso, a possibilidade de ter uma casa será extremamente reduzida. Acho que os cidadãos terão todo o prazer em fornecer dados ao Governo para definir o futuro planeamento de habitação pública. Por isso, quando obtiver os dados, no final do ano, vai ou não procurar a satisfazer as necessidades dos residentes? Isto é muito importante. Embora a Lei da Habitação Económica esteja em vigor há muito tempo, só foi aplicada efectivamente quando começou o concurso para a candidatura a casas T1. O Governo ainda não tem informações sobre as necessidades dos residentes. O Governo andou a queixar-se das dificuldades de encontrar terrenos. Além dos lotes situados na Estrada Wai Long, os nossos colegas já referiram que há muitos lotes que se encontram devolutos. Além destes lotes, ainda há terrenos ocupados ilegalmente. Acho que não há litígios com terrenos ocupados ilegalmente, podendo ser recuperados para traçar um planeamento de menor dimensão. Ou seja, construir habitação pública mais pequena. Acho que o Governo deve divulgar mais informações à sociedade. Gostava que respondesse a esta minha questão. As opiniões divergem sobre as necessidades da habitação pública, mas quero dizer que não olhem mais para a aquisição da habitação pública como um investimento. Porque não há mais condições de o fazer, pois a candidatura é feita de acordo com a Lei da Habitação Económica. Tenham esta ideia mais clara, parem de insistir nestes problemas.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Levanto questões em torno da 2ª questão da interpelação oral sobre o planeamento da habitação económica.

Na resposta à interpelação oral, o Sr. Secretário referiu alguns dados relativos aos projectos “após 19 mil” a executar ou já executados; referiu a consulta pública pronta a realizar sobre 33 mil ou 43 mil fracções autónomas a construir nos novos aterros urbanísticos; referiu também os dados dos edifícios particulares e da habitação pública. Antes de mais, quero saber: no planeamento dos novos aterros urbanísticos, serão cativadas 33 mil ou 43 mil fracções autónomas, então quais as estimativas do Governo sobre a proporção entre a habitação particular e a habitação pública?

Por sua vez, ainda queria que o Sr. Secretário me esclarecesse umas questões. Não me recordo bem se foi em 2002 ou 2003, no território vizinho foi aplicada uma política... Acredito que além de responder às questões sobre a habitação pública, o Sr. Secretário queria apresentar também a política da habitação do Governo da RAEM, para avaliar a política da habitação económica. Em 2002 ou 2003, no território vizinho foi aplicada uma política da habitação disponibilizando 85 mil casas. Ou seja, a ideia foi concebida tendo em conta a proporção dos habitantes. Naquela altura, a política “85 mil” causou prejuízos graves ao território vizinho. Agora, se usarmos estes dados, política demográfica ou mercado de arrendamento imobiliário para... embora haja muita procura, mas, se usarmos todos estes dados, os imóveis a construir serão comprados? Porque no futuro serão construídos mais edifícios particulares. A política de habitação tem por objectivo resolver dificuldades de habitação de toda a sociedade, no entanto, qualquer erro pode causar falha na política da habitação, bem como desestabilizar gravemente o sector financeiro. A construção da habitação social e económica implica recursos da sociedade. A falta de cuidados na política da habitação pode causar maior choque à sociedade. Espero que o Governo da RAEM possa reflectir sobre isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Hoje estou indisposto, não estava no meu plano usar da palavra, mas depois das intervenções dos colegas sobre a habitação pública, decidi usar da palavra.

Quando uma política definida é má, as consequências provocadas podem ser numerosas. De facto, na sociedade, as necessidades da habitação pública ou da habitação não são facilmente apuradas. Para o concurso de candidatura a 1.500 fracções autónomas T1, houve 15 mil pedidos! Se analisarmos estas necessidades olhando apenas para os dados, compreende-se porque os Srs. Deputados ficaram atentos

às reivindicações dos residentes. O que quero dizer, no fundo? Porque a política do Governo... voltando para trás: na altura de aprovação da proposta de lei da habitação económica, manifestei as minhas opiniões. Hoje, acho que as minhas opiniões manifestadas merecem ser repensadas. Na altura, disse: depois de definir o carácter da habitação pública, habitação económica, mercado particular e mercado público, poderia vender aos residentes necessitados fracções autónomas a preços inferior aos custos: \$200 mil ou \$300 mil por uma fracção. Neste caso, o Governo da RAEM não tinha dor de cabeça de procurar terrenos de área grande, especialmente quando há falta de terrenos. Assim, quem tiver 18 anos de idade poderia comprar, independentemente de ter pais ricos. O Sr. Secretário deve reflectir bem sobre estas consequências negativas. Gostei das opiniões de alguns Srs. Deputados. Por exemplo, há falta de terrenos, mas para os lotes cujo litígio ainda esteja resolvido, ou o Governo ainda não saiba se o seu aproveitamento é legal ou não, não deve mexer-se em tais lotes devolutos. Mas os lotes ocupados ilegalmente devem ser recuperados para construir de imediato habitação pública, com vista a satisfazer as reivindicações da população. Foi isto que queria dizer, servindo ao Sr. Secretário para referência.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

A questão da habitação é, de facto, da atenção de todos. Porque desde os tempos antigos, as roupas, alimentação, habitação e transporte são os assuntos mais importantes na vida quotidiana. Há pouco, muitos colegas fizeram saber os seus pontos de vista. Quero também apresentar as minhas opiniões sobre as medidas para resolver as dificuldades de habitação, contidas no texto de resposta do Sr. Secretário.

Ficar sem tecto, porque os preços dos imóveis são inacessíveis, no fundo isto tem a ver com a relação entre a oferta e a procura. Sabemos todos qual é a disponibilidade de terrenos. O nosso colega também fez levantamento dos terrenos disponíveis. Estive a pensar, se os edifícios da habitação pública fossem construídos mais altos? Isto é totalmente viável, desde que se faça avaliação do impacto ambiental, estudo nos lotes onde sejam construídas habitações públicas. Assim, as fracções autónomas seriam aumentadas, os terrenos seriam plenamente aproveitados. Pergunta-se: com edifícios altos, não estaria posto em causa os raios solares e a circulação do ar? Agora esta prática é muito comum, no mundo, ou seja, fazer ensaio dos ventos, introduzir os dados no computador, isto é viável. Ou seja, para saber qual é o limite da altura de edifícios. Com isso, tornar-se-ia necessário fazer ajustamentos adequados ao Regulamento Geral da Construção Urbana. Assim, podíamos usar esta potencialidade, fazer uso pleno dos terrenos, ficando resolvida a falta de terrenos para construir habitação pública. Este é o primeiro ponto de vista.

Segundo, os nossos colegas mostraram-se mais atentos à oferta da habitação pública de T1 ou de outras tipologias. Mas o que mais me preocupa é a qualidade das instalações. Cito um exemplo, efectuei uma visita à Praça Jade do bairro Iao Hon, descobri que não há instalações para deficientes na habitação pública antiga. Há falta de acessibilidade para deficientes. Já não falo nos deficientes, os idosos com dificuldades de mobilidade que usam cadeiras de rodas

não têm também acessibilidade. Por que razão há essa diferença tão extrema entre a habitação pública nova e antiga? Se quer servir melhor o cidadão, não deve preocupar-se apenas com a habitação pública nova, esquecendo-se de que na habitação pública antiga há falta de instalações para deficientes. Devem reflectir sobre esta falta. Não deve olhar apenas para a habitação pública nova, dado que na habitação pública antiga as pessoas que nela vivem eram jovens, mas já se tornaram velhas e continuam a viver na mesma habitação, precisando de acessibilidades destinadas aos deficientes. É preciso melhorar as instalações, não devem apenas preocupar-se com habitação pública nova. Os passeios para peões são muito inclinados dificultando a acessibilidade dos deficientes. Temos de dar mais atenção a este aspecto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Lau.

Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io:
Sr. Presidente:

Vários Srs. Deputados levantaram as questões sobre a habitação pública. De facto, este foi sempre o tema do debate nas LAG em cada ano. Os Srs. Deputados podem achar que aquilo que vou dizer não é nada de novo, mas sinceramente é muito difícil ter algo de novidade.

A questão da habitação foi sempre uma necessidade dos residentes. Não podemos criar imediatamente mais terrenos através de magia. No concurso para a candidatura à habitação económica T1, recebemos 15 mil pedidos novos. Os nossos colegas procederam à sua análise: 11,300 são pedidos em nome individual, ou seja, cerca de 70% dos candidatos são em nome singular. Os Srs. Deputados levantaram esta questão: perante tantos pedidos, deve o Governo construir mais habitação pública? Tal como referiram que se trata de uma necessidade. Isto quer dizer que temos de satisfazer estas necessidades? Temos de compreender que a nossa política da habitação pública é “tendo a habitação social um papel principal, a habitação económica um papel secundário”. O Governo faz tudo para aproveitar terrenos para construir habitação pública, o que é visto por todos.

Levantaram a questão sobre os lotes situados na Estrada Wai Long, que já respondi antes, de forma que não vou repetir agora. Se os terrenos devolutos vão ser reservados para habitação pública? O Chefe do Executivo foi muito claro: esta possibilidade não será afastada, quando o procedimento judicial destes lotes estiver concluído. Quanto à ocupação ilegal de lotes, por exemplo TN27, foi um lote ocupado ilegalmente que foi recuperado pelo Governo. Uma parte dos lotes em Seac Pai Van foi também ocupada ilegalmente e foi recuperado. Quanto aos restantes lotes, os mesmos não foram ocupados ilegalmente, porque a sua finalidade não é para habitação. O Governo aplica critérios iguais à construção de habitação pública bem como à habitação particular, o Governo quer construir habitação pública, mas não pode ignorar a protecção ambiental, destruindo as montanhas. Para isto, o Governo só tem um único critério, não tendo critérios diferentes. Isto é muito claro. O Governo tem todo o prazer de usar como reserva os lotes ocupados ilegalmente que forem recuperados, desde que não esteja posta em causa a protecção ambiental, a conservação ambiental.

O Sr. Deputado Ho disse ter encontrado mais de cem lotes devolutos. Temos todo o prazer de ouvir a sua boa ideia. Se esses

lotes forem terrenos públicos, não estiverem envolvidos em outros problemas, fico-lhe agradecido. Mas segundo os meus colegas, a maioria dos lotes que encontrou poderá estar envolvida em problemas de propriedade. O facto de se encontrarem devolutos pode ter envolvido em problemas com herança. Eu e o Sr. Director Carion vamos marcar o mais cedo possível um encontro com o Sr. Deputado Ho, espero que nos sejam fornecidas as respectivas informações.

O que faremos no 4º trimestre? Deixei muito claro: no 4º trimestre iremos abrir concurso para candidatura à habitação económica de várias tipologias. Como será a quantidade e tipologia? Por enquanto, não temos ainda os dados. Já deixámos a promessa de abrir o concurso no 4º trimestre, antes disso, vamos fazer análise e divulgá-la. Porque ainda temos de atribuir fracções autónomas aos candidatos inscritos no projecto “19 mil”, depois disso, vamos ver quantas fracções autónomas vão sobrar. Por isso, temos de fazer o levantamento destes dados.

Falando no projecto “19 mil”, este assunto já está quase arrumado. Vários Srs. Deputados solicitaram os dados. Bom, tenho comigo os referidos dados e apresento-os para a vossa referência.

Quanto à lista de espera das 19 mil fracções da habitação pública, os dados indicam que até 30 de Junho, 93,5% pedidos para habitação social foram tratados. Destes 93,5%, a taxa de ocupação não chega a 50%. Quanto à habitação económica, até 30 de Junho, a taxa de ocupação é de 68%. Os dados sobre a lista de espera de 19 mil fracções da habitação pública são até 30 de Junho; os dados sobre o alojamento na habitação social são até 30 de Junho. Este é o ponto de situação da ocupação das 19 mil habitações públicas. Estes dados serão decisivos para o futuro? Não podemos dizer, mas através dos dados, pode-se dizer que a taxa de ocupação não corresponde a 100% dos pedidos tratados. Portanto, com estes dados, qual seria a procura? Iremos proceder à sua análise. Teremos de construir mesmo mais habitações públicas, tendo em conta estes 15 mil pedidos para T1 ou os pedidos para o concurso a abrir no 4º trimestre? Para isto, temos de analisar. No entanto, apresentámos um problema real: não temos tantos terrenos. Em função desta realidade, na “Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública”, tivemos em conta os dados estatísticos sobre o aumento demográfico, as necessidades das habitações. De acordo com o planeamento de curto, médio e longo prazo e o planeamento dos novos aterros urbanísticos, teremos 40 mil a 30 mil habitações públicas. Os dados indicam que as necessidades serão satisfeitas. Então por que razão surgiu tal fenómeno? Os motivos foram vários. Teriam ficado em pânico: ou comprar agora ou nunca? Os motivos foram diversos. Não tirei conclusão antes de analisar e estudar os motivos. Daqui a 5 ou 10 anos, as necessidades serão satisfeitas, agora em 1 ou 2 anos? Seria impossível para o Governo atender às necessidades. Mesmo que tenhamos encontrado terrenos, iremos fornecer habitações gradualmente, em cada ano. Para qualquer cidade, qualquer território, não é possível, de alguma forma, disponibilizar de repente todos os terrenos de reserva só para construir habitações públicas. Se fosse assim, e depois como seria? Bom, de qualquer forma, não temos as condições para tal, pois não temos tantos terrenos! Só podemos afirmar que temos uma determinação de aproveitar terrenos disponíveis. Perante tantas necessidades, estudaremos o planeamento com critérios científicos; a seguir, aproveitaremos na medida do possível os terrenos para satisfazer as necessidades dos residentes, quer habitação social, quer habitação económica. Posso deixar aqui a minha promessa, mas não posso prometer construir um número de habitações iguais aos números dos pedidos. Na realidade, não vimos esta possibilidade, devido à disponibilidade de terrenos. Voltando à

taxa de ocupação, tenho comigo os dados para apresentar aos Srs. Deputados. Por exemplo, em 2011, foi emitida a licença de ocupação ao edifício da Praça da Alameda da Tranquilidade, as chaves de todas as fracções foram distribuídas, a sua taxa de ocupação é de 94%; no Edifício do Lago na Taipa, todas as chaves dos 2.545 fogos foram distribuídas, e tudo está pronto, mas a taxa de ocupação é de 16,3%; no edifício Koi Nga de Seac Pan Vai, em Coloane, todas as chaves de 1.163 fogos foram distribuídas, a taxa de ocupação é de 2,4%; no edifício Yip Heng, Seac Pai Van, Coloane, as chaves de 413 fogos foram distribuídas, a taxa de ocupação é de 10,7%. Apresentei estes dados para a vossa referência.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Bom, Srs. Deputados:

Terminou a 2ª interpelação oral.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos e a seguir, é a vez da 3ª interpelação.

(Intervalo)

Presidente: Bom, Sr. Director Iong, Srs. membros do Governo, Srs. Deputados:

Começamos com a 3ª interpelação oral apresentada pelo Sr. Deputado Mak Soi Kun. Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Caros Colegas:

Em primeiro lugar, coloco apenas as perguntas, pois o texto é bastante extenso.

Assim, hoje interpelo oralmente sobre, primeiro, os residentes acham que a grave insuficiência de vagas das creches é facilmente conhecida através dos dados da Internet, por isso é impossível que a Administração não o saiba. Assim, porque é que não pode ser resolvida a dificuldade de entrada nas creches? Há omissão por parte dos dirigentes ou nunca foi dada atenção a essa dificuldade dos residentes? Porquê? Pode a Administração apresentar a respectiva explicação e esclarecimento?

Segundo, quem tem pena dos grandes esforços penosos dos pais? Será que o Governo não sabia a gravidade da inquietação social provocada pelas “regras subtis” no seio da sociedade que são “quem não entra em creche, não será admitido em jardim-de-infância”? Mesmo que o Governo consiga assegurar o aumento de vagas em creches para satisfazer a procura, como é que consegue garantir o número suficiente de profissionais qualificados para tomar conta das crianças?

Terceiro, a maioria dos residentes entende que o problema da insuficiência de vagas das creches afecta os pais com bebés recém-nascidos, designadamente, as famílias em que o pai e a mãe desempenham funções por turnos. Como a procura é maior do que a oferta, isto resulta necessariamente em que “todos os residentes vão querer arrebatar lugares de creches” e em situações irregulares, o que aumenta desnecessariamente a pressão da vida dos habitantes. O

Governo concorda com isso? Tem o Governo medidas ou projectos a curto, médio e longo prazo para resolver este problema?

Espero que o Governo não responda a estas três questões lendo a sua resposta preparada à risca, mas sim responda com a verdade.

Por que razão apresento esta interpelação oral? O nascimento de um bebé é sempre uma alegria para todos e, com o bom desenvolvimento económico, após o retorno de Macau à Pátria, o número de nados-vivos tem crescido anualmente. De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em 2003, nasceram 3.000; em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 registou-se um aumento; em 2010, nasceram 5.114; em 2011, nasceram 5.852; em 2012, nasceram 7.315. Os dados que acabei de referir podem ser obtidos, por qualquer um, no *website* da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, e acredito que as autoridades têm estes dados, mas por que razão não aplicaram medidas correspondentes para atender às necessidades em questão? O bom estado da economia implica o aumento do número de bebés, a reconversão do modelo económico, bem como a subida do custo de vida, implicam o aumento do número de famílias em que ambos os cônjuges se encontram a trabalhar, não se registando um aumento significativo do número de vagas para o acesso às creches, por isso, o problema em causa torna-se cada vez mais grave. Cito um exemplo. A dificuldade de acesso às creches apareceu pela primeira vez em 2010. Na noite de 6 de Maio daquele ano, uma noite de chuva, cerca de 200 familiares formaram uma fila na zona Norte, a fim de aguardar pela inscrição numa creche. Quase uma semana depois, no dia 10 de Maio é que conseguiram vagas. Na altura, recebi chamadas telefónicas dos residentes, portanto, fui ao local, verificando a dura situação em que os familiares se encontravam, todos molhados naquela noite com vento e chuva. Telefonei, de imediato, para o então Presidente do Instituto de Acção Social, Ip Peng Kin, comunicando-lhe a situação, e o mesmo mandou logo montar toldos contra a chuva, WC móveis, protegendo os mesmos da chuva e vento, durante os dias da espera na fila.

A dificuldade de inscrever-se em creches torna-se recentemente mais grave. Os números falam por si. Todos ficaram a saber os dados acima referidos através da Internet, e por que razão vocês não sabiam? Não se esqueçam que apesar da grave falta de vagas nas creches, não é possível limitar o nascimento dos bebés, pois isto viola o artigo 38.º da Lei Básica: o direito de livre procriação é legalmente protegido. Assim, ninguém poderia recorrer a quaisquer políticas ou medidas, nem a outros meios, para reduzir significativamente o número das famílias onde os seus pais necessitam de trabalhar fora de casa, a fim de resolver este problema. Gostava de saber a resposta do Governo a estas três perguntas.

Obrigado.

Presidente: Bom, tem a palavra o Sr. Presidente Iong.

Presidente do Instituto de Acção Social, Iong Kong Io: V. Exa. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal como disse o Sr. Deputado Mak Soi Kun, desde o retorno à pátria em 1999, o número dos bebés recém-nascidos aumenta anualmente desde 2003, neste ano eram 3.212, mas em 2012, passaram para 7.315. No entanto, os destinatários potenciais dos serviços das creches, ou seja, o número das crianças com idade até aos 3 anos começou a aumentar em 2005, ou seja do número total de 10.191 nesse ano passou para 18.281 em 2012. Mas, é de notar que

nos finais de 2008, em comparação entre o número das vagas em creches e o número das crianças inscritas nas creches, havia 550 vagas em excesso. Assim, a tensão entre a procura e a oferta dos serviços das creches só começou a agravar-se dramaticamente a partir de 2009.

Sendo o serviço público competente para supervisionar o serviço de creches, este instituto está muito atento às alterações da relação entre a oferta e a procura do respectivo serviço. Ao longo de anos, em colaboração com os respectivos serviços e instituições cívicas, procuramos proactivamente aumentar a oferta de vagas em creches. De acordo com os dados estatísticos, em 2009, o número total da população infantil era de 14.018; em 2012, passou para 18.281, um aumento de 30%. Quanto às vagas em creches, em 2009, o número total das creches de Macau era de 3.548; em 2012 passaram para 5.074, um aumento de 43%. Os dados acima referidos indicam que as vagas em creches aumentaram 13% face ao aumento total da população infantil no período homólogo.

Sinceramente acho que não foi nada fácil ter conseguido este aumento das vagas em creches nos últimos anos. Com colaboração de várias partes, este instituto adoptou várias medidas, incluindo, mudança, ampliação e construção de creches, maximizando os espaços existentes das creches para admitir mais bebés; foi alterada a lei aumentando o número máximo de bebés autorizados em cada sala de actividades em creches; foi introduzida o serviço de as creches admitirem bebés em regime de meio dia, para responder às necessidades da sociedade, quanto ao serviço de creches. Este instituto irá aumentar a oferta de serviço de creches, a curto, médio e longo prazo, através das seguintes medidas:

1. Nos futuros projectos de concepção e construção de habitações públicas, serão criadas creches com garantia de qualidade, para disponibilizar mais vagas, através da optimização de espaços na concepção dos referidos projectos;

2. Zelar por negociações com instituições cívicas e escolas, aumentar serviço de cuidado de bebés nos seus espaços adequados;

3. Em creches, prestar serviços diversificados incluindo em regime de meio dia, actividades para famílias, serviço nos feriados, serviço urgente;

4. Em colaboração com instituições cívicas, elaborar projectos específicos para promover a prestação de serviço a crianças no seu bairro;

5. Incentivar e apoiar, através de medidas adequadas, empresas de grande dimensão a prestar serviço de creches para os seus trabalhadores;

6. Estudar a viabilidade de aumentar 1 a 2 vagas em cada sala de actividades, maximizando os espaços existentes dos creches;

7. Optimizar procedimento de emissão de licença para creches, prestar colaboração inter-serviços, de forma a facilitar aos cidadãos o pedido de licença;

8. Manter colaboração e comunicação com os serviços competentes, com vista a cativar espaços para criar creches nos projectos a implementar nos novos aterros urbanísticos.

Através de várias medidas, através da aplicação proactiva de

medidas e planos, este instituto prevê um aumento significativo das vagas em creches nos próximos anos. No entanto, para as medidas e projectos acima referidos, teremos ainda de discutir com vários serviços públicos, instituições cívicas, escolas e concessionárias de jogo; além disso, está em curso o estudo sobre o plano específico do serviço de creches nos bairros, sobre a alteração da lei para aumentar vagas nas salas de actividades nas creches. Este instituto irá divulgar oportunamente o número das vagas em creches em 2014 e o seu aumento, quando tivermos os dados concretos. Presentemente, várias entidades particulares manifestaram a este instituto a intenção de criar creches particulares. A nossa Divisão de Licenciamento está a acompanhar este assunto. Este serviço de creche a prestar por particulares poderá atender às necessidades parcialmente dos pais.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun levantou uma questão sobre a contratação de profissionais de creches. Nos termos da lei que regula o licenciamento e as respectivas disposições legais, os profissionais que uma creche deve contratar são directora, educadoras e auxiliares. Segundo a situação actual, não há dificuldades de contratar os mesmos. Embora haja perda desses profissionais, a sua falta é suprida em tempo racional. Por exemplo, em 2012, as 28 creches subsidiadas pelo Governo perderam 11 educadoras. Mas no mesmo ano, foram contratadas 20 educadoras. No futuro, enquanto se esforça para aumentar as vagas de creche, este instituto irá apoiar creches na contratação e manutenção dos profissionais para cuidar de bebés.

V. Exa. Sr. Presidente:

Ao longo de anos, sendo igual em todo o mundo, o objectivo de criação de creches em Macau é partilhar a responsabilidade básica dos pais, em termos de cuidados dos seus bebés, por motivos de trabalho ou por outros motivos, ou por não ter ninguém para cuidar dos seus bebés. Portanto, em termos de natureza, é um serviço suplementar de apoio às famílias. De acordo com os censos de 2011 publicados pela Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos, havia naquele ano 6.817 fogos onde os bebés viviam com os pais, dos quais, 4.089 fogos onde os bebés estavam entregues aos cuidados do pai, mãe, empregada *stay-in*; 2.728 fogos que necessitavam de outros meios, incluindo creches, para cuidar dos seus bebés, em vez de contar com os três tipos de pessoas acima referida. Em 2011, o número total das vagas de creches em Macau eram de 4.584, evidenciando-se o facto de a oferta ser superior à procura. Podemos afirmar que os motivos do aumento rápido da procura de creches não foram originados pelo facto de os pais terem de trabalhar ou não terem ninguém para cuidar dos seus bebés.

Srs. Deputados:

De acordo com a observação, nas práticas, por este instituto e os feedback das creches, uma boa parte dos bebés que estão por se inscrever em creches ou que estão já em creches não é por causa de falta de pessoas em casa para cuidar deles, mas sim porque os pais querem que os seus filhos adquiram capacidade de auto-cuidado, de convívio social e de adaptação em grupos, para se prepararem melhor, o mais cedo possível, antes de entrar no ensino infantil. O conceito acima referido fez mudar a natureza original de creches. E mais: andam rumores dizendo que quem não esteja em creche não é admitido na escola, o que levou a que os pais de Macau aumentassem a sua vontade de inscrever os seus bebés em creches. O aumento de natalidade e o aumento de famílias onde ambos os pais trabalham fizeram aumentar rapidamente as necessidades do serviço de creches.

Quanto à prestação de serviço, de acordo com as linhas de acção governativa para 2013, o número total das vagas das creches em Macau aumentará nos finais deste ano para 6.591, representando 30% da população infantil com idade até aos 3 anos. Este rácio não está muito longe em comparação com outros países. Cito um exemplo com os membros da OECD, em 2008, 30% dos bebés com idade inferior a 3 anos usam instalações de creches, dos quais, no Japão, o número é de 28,3%, na Coreia Sul é de 37,7%. Além disso, consultando os dados semelhantes de HK em 2011 e Taiwan em 2012, ambos têm a mesma percentagem, que é 12%.

V. Exa. Sr. Presidente:

O Governo está aberto às opiniões dos Srs. Deputados e de todos os sectores sociais, sobre o posicionamento e configuração de creches. O ponto de vista básico deste instituto é, os bebés e crianças, nomeadamente com idade inferior a 2 anos, devem ser cuidados pelos pais ou pelos parentes, para garantir que os mesmos possam obter e criar laços, segurança, confiança, intimidade e amor de que eles necessitam, na relação com a família. Antes de os bebés com 3 anos de idade entrarem no ensino infantil, devem ser escolhidas actividades educativas, de acordo com as suas necessidades de desenvolvimento e a realidade. E este serviço deve ser prestado na medida do possível por meios diversificados, para atender às necessidades diferentes dos bebés e crianças. Tendo em conta estas ideias, o papel principal das creches continua a ser este: partilhar a responsabilidade básica das famílias que não tenham ninguém para cuidar dos seus bebés, prestar o serviço de educação às crianças especialmente dos 2 aos 3 anos de idade. Além disso, para as creches é necessário ter horários flexíveis, incluindo prolongamento do horário, tomar conta dos bebés nos feriados, em situações urgentes etc. Entretanto, através do serviço comunitário-base aos cuidados de bebés, as instituições cívicas ricas em experiências especializadas em serviço de creche contratarão educadoras, bem como dar-lhes-ão formação e supervisão, para prestar aos pais, com necessidades, um serviço adequado.

V. Exa. Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Esta foi a resposta dada por este instituto à interpelação oral do Sr. Deputado Mak Soi Kun. Agradeço a vossa atenção e preocupação com o serviço de creches.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado ao Sr. Presidente, pela apresentação de tantos dados. Mas temos de ver isto de forma integral, dado que Macau está muito longe de HK e dos países desenvolvidos, como o Japão. Macau é um pouco “disforme”, onde o sector do jogo manda, de forma que muita força laboral trabalha em turnos.

E mais: a esperança de vida em Macau está no segundo lugar em todo o mundo. Antigamente, os idosos podiam tomar conta das crianças, mas agora, os idosos têm 70 ou 80 anos de idade, necessitando de ser cuidados. Com esta mudança, se a vossa política fosse conduzida por critérios científicos, deveria olhar também para as mudanças demográficas e socioeconómicas, em vez de olhar só para os dados dos outros países. Macau é de facto diferente dos

outros: antigamente, os familiares idosos podiam tomar conta das crianças, e os mesmos, agora, precisam de ser cuidados, assim os pais têm de pôr os seus filhos em creches. Os idosos precisam ainda de ser cuidados. E quem toma conta das crianças? Então, precisam de creches para cuidar das crianças. Vocês devem dar mais atenção, se querem servir melhor o cidadão e conduzir a acção governativa baseada em critérios científicos.

E mais: ouvi o Sr. Presidente a dizer que uma das medidas a aplicar é ajustar o número das vagas das 28 creches, ou seja passar de 29 para 30 numa sala de actividade. Acho que essa medida é um paliativo sem critérios científicos. E porque não aumentar para 40? Porque fiz esta pergunta? Porque em 2010, o Sr. Presidente respondeu à minha interpelação com a mesma medida: aumentar o número de vagas de 25 para 28 numa sala de actividade. Ou seja em 2010, perguntei como aumentar e respondeu-me em 31 de Maio com a mesma medida: baixar a qualidade, aumentar de 25 para 28. E agora de 28 para 30. Então, se não chegar, passa para 40. A isso se chama condução da acção governativa por critérios científicos? Vocês têm muitos dados, estes dados foram vocês que nos forneceram. Então, ou os dados que nos deram foram por engano ou não têm dados actualizados. E mais: se esse aumento for em média, se uma creche já está lotada, passaria a ficar superlotada. Os vossos dados são contraditórios. Por isso, pedi antes que não lesse a resposta à risca, devendo ter-se em conta as suas respostas dadas anteriormente ao cidadão, ter-se em conta a promessa feita perante o cidadão. Porque voltou a usar a mesma técnica? Quanto a isso, temos de debater com calma para resolver os problemas. Sabemos obviamente que seria melhor se os bebés fossem cuidados pelos pais, e ainda seria melhor se fosse dado aleitamento materno aos bebés. Mas a sociedade mudou! A esperança de vida das gentes de Macau está no segundo lugar, em todo o mundo. Os idosos precisam dos cuidados de jovens, e o Governo incentiva os jovens a ter piedade filial. As crianças são o nosso futuro. Para o desenvolvimento sustentável, é preciso cuidar bem das crianças. Porque é que as vossas respostas às interpelações dos meus colegas foram sempre apresentar dados, em vez de tomar acções? Quanto a isso, gostava de ouvir mais a vossa explicação.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente Iong.

Presidente do Instituto de Acção Social, Iong Kong Io: Os dados que acabei de apresentar foram os dados dos países desenvolvidos. Sim, Macau tem a sua própria realidade, sendo difícil comparar-se com outros. Mas os dados servem para vossa referência.

Tal como eu disse antes, temos medidas preparadas para colmatar a falta de vagas em creches. Temos 8 medidas a aplicar, com a esperança de atingir bons resultados, de forma a aumentar o número de vagas nas creches em Macau no futuro ou nos próximos anos. Portanto, não estamos inertes.

Quanto à medida referente ao aumento, em cada turma, de 28 para 35, esta medida aplicada na altura era para servir de referência, pois não queríamos prejudicar o serviço de creches baixando a sua qualidade. Mas, após este aumento, nos últimos anos, fomos visitar as creches *in loco*. Em relação ao ponto de situação das creches, temos dados que apontam que as vagas foram preenchidas em 72%. Por outras palavras, nas creches apenas cerca de 70% vagas foram preenchidas. Tendo em conta este facto, estamos confiantes, ou seja, se aumentarmos mais vagas, só aumentamos apenas 1 ou 2 vagas,

tendo em conta a realidade. Mesmo que sejam aumentadas 1 ou 2 vagas, a taxa de utilização será apenas de 85%. Claro que não se pode aumentar muito. Portanto, com estes dados, não vamos aumentar vagas sem limite, assim sendo as creches ficariam superlotadas. Não faríamos isto. A nossa decisão foi bem calculada e ponderada.

Tenho dito.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

Em relação às creches, é de facto um problema que estamos a encarar, tanto a quantidade das creches como o número das vagas das creches. Temos de dar mais atenção à qualidade. Gostava de saber mais sobre como o IAS supervisiona a qualidade das educadoras, auxiliares, pessoal das creches? Qual é a frequência da vossa deslocação às creches para supervisionar o seu funcionamento? O aumento de vagas não afectaria mesmo a qualidade? Espera-se sinceramente que as creches tenham condições harmoniosas para que as crianças fiquem bem preparadas para se matricular numa escola. Portanto, quero saber se vocês têm pessoal suficiente para supervisionar a qualidade das creches. Têm o pessoal para tal? Como foi o vosso trabalho? Gostava que me fornecesse dados, nesse sentido.

Ouvi dizer que quem não foi para uma creche não é admitido na escola. Para isso, vocês devem reforçar a divulgação para que eles não tenham de andar tão atribulados a procurar creches. Vocês devem incentivar mais investimento particular em creches. Mas não é incentivar em operar creches em modelo de negócio, pois o que importa é a qualidade. Espera-se que eles tenham as condições reunidas. As vossas formalidades administrativas devem ser simplificadas, para que eles não tenham tantas dificuldades de requerer licença. Por outro lado, vocês devem apertar mais em termos de qualidade. Quanto a isso, que ideia o Sr. Presidente tem? Qual é a sua ideia sobre as medidas a aplicar face à futura taxa de natalidade prevista? Actualmente há falta de vagas em todas as creches, vai apenas equilibrar o número das crianças admitidas? Não seria necessário introduzir educadoras com qualidade para melhorar o nível? As crianças são o nosso futuro. Quanto a isso, qual a sua ideia?

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente:

Quero dar seguimento a umas questões. Não ter acesso a creches tem sido de facto um problema da vida quotidiana. Muitos pais jovens começaram mesmo a ficar preocupados com um ano de antecedência. Por isso, em cumprimento do princípio “servir melhor o cidadão”, acho que este problema deve ser resolvido efectivamente.

Ao responder ao Sr. Deputado Mak, o Sr. Presidente mencionou muitos dados. Pode-nos dar esses dados por escrito? Porque falou com muita rapidez e quero ficar melhor esclarecida. Acho que assim seria melhor.

Por sua vez, o Sr. Presidente apresentou há pouco várias medidas. O que me chamou mais a atenção foi exigir às empresas de jogo que criassem creches próprias. Quero saber com quais delas vocês estão a negociar? Pode-nos revelá-lo mais logo?

Haverá muitas habitações públicas a ficar prontas, como será o serviço de creches tendo em conta o princípio dos cuidados de bebés na zona onde residem. Especialmente na Taipa, o número de habitantes vai aumentando, mas segundo o meu conhecimento, na Taipa há apenas 4 creches, podendo apenas disponibilizar 300 a 400 vagas. Para esta questão, será necessário um planeamento a traçar com base em critérios científicos. Não seria melhor criar mais creches tendo em conta as vagas das creches já distribuídas? O que ainda me preocupa mais é a qualidade de educadoras das creches. O Sr. Presidente já referiu que os profissionais são directora, educadoras e auxiliares. Vocês querem aumentar a qualidade, desejando que os da área do ensino infantil venham a desempenhar as funções principais em creches. Então qual será o número exigido de directoras e educadoras que uma creche deve ter? Aqui, está um problema a encarar. Segundo muitos directores de creches, são muitas as dificuldades para contratar educadoras. Mesmo que o salário seja de 18 mil patacas, há perda de educadoras. Porquê? Porque com a entrada em vigor da Lei que aprovou o “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior”, os professores do ensino infantil preferem dar aulas nas escolas, dado que com a referida lei, os tais docentes terão melhores perspectivas profissionais em termos de acesso. Quanto às educadoras de creches, o subsídio atribuído pelo Governo não vai directamente para a conta das mesmas, tal como aconteceu com os docentes das escolas particulares. Acho que deve dar mais atenção a este aspecto.

Quero ainda dizer que as escolas não viram as costas às crianças que não tenham andado em creches...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente:

Quero colocar umas questões. Primeira é sobre o “hardware”. De acordo com os dados de 2014, registaram-se 19 mil pedidos de inscrição em creches. Segundo os dados publicados pelo vosso instituto, há apenas 6.500 vagas. Perante estes números, pode-se ver há um grande desafio para equilibrar entre a oferta e a procura. Em relação ao “hardware”, o Sr. Presidente referiu medidas a aplicar em 8 vertentes. Quero saber se, dessas 8 vertentes, há algumas que não sejam da sua área. Há uma calendarização? Porque já referiu 8 medidas, mas ficámos apenas com os números. Ou seja, quando ficará resolvido o problema urgente? Gostava de ouvir a resposta do Sr. Presidente.

Quanto ao “software”, acho que o Sr. Presidente deve dar mais atenção ao pessoal das creches. Quero saber se o Sr. Presidente tem dados sobre a idade média do dito pessoal? Segundo o meu conhecimento, no futuro haverá um pico de reforma. O Sr.

Presidente apresentou antes muitas ideias, mas como garantir a qualidade do serviço prestado pelo pessoal das creches? Referi-me à qualidade de serviço. Porque o Sr. Presidente disse aumentar área e vagas em creches. Não sei se o Sr. Presidente pode revelar os dados, ou seja, quantas crianças por uma pessoa? Gostava que nos esclarecesse isto. Se uma pessoa cuidar de muitas crianças, na minha opinião, será duvidosa a garantia da qualidade de trabalho.

Como atrair pessoas a trabalhar em creches? Nas conversas com os profissionais da área, eles disseram não ter garantias suficientes. Antes, ouvi o Sr. Presidente a dizer que será atribuído um subsídio nas áreas do serviço social. Então, como está o andamento disso? Gostava de ouvir a resposta do Sr. Presidente.

Quanto ao acesso a creches, muitos pais contaram-me: se o meu filho não estiver numa creche, terá dificuldade em matricular-se numa escola. Este assunto está relacionado com duas áreas: as creches são do vosso Instituto ou seja, o IAS, mas o ensino infantil é da DSEJ. Segundo muitos pais, as crianças que não estiverem em creches, terão dificuldades de entrar numa escola. Gostava de saber como vocês ambos coordenam este assunto.

Como ainda tenho tempo... já esgotou o tempo? Não tenho mais tempo.

Agradeço que me forneça esse relatório.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Sim, obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente:

Tendo ouvido a sua apresentação fiquei com a ideia de que o IAS trabalhou muito em preparar a resposta a esta interpelação, e também apontou a origem dos problemas. Estou de acordo com a sua afirmação: a alteração dos conceitos das necessidades de creches foi a verdadeira razão dos problemas. Fiquei bastante satisfeita com o IAS que conseguiu localizar a origem dos problemas. É lamentável, porque vocês conseguiram perceber a alteração dos conceitos, as famílias em que os pais trabalham em turnos aumentaram, mas o mais importante é as crianças precisarem de estudar no ensino infantil. A luta de vagas no ensino infantil foi responsável pelo aumento da procura de creches, especialmente para entrar em algumas escolas desejadas pelos pais. Há pouco, alguns colegas perguntaram: vocês perguntaram às escolas se é verdade que quem não estiver em creches não será admitido na escola? Acredito que pode não ser verdade. O mais importante é, em creches, as crianças podem receber educação diferente face à educação em casa. As crianças podem ter mais vantagens no exame de admissão à escola, se tiverem uma vida em colectivo e receberem algum treino. Foi por isso que a procura aumentou dramaticamente. Segundo a resposta do Sr. Presidente, as crianças até 2 anos de idade devem ser cuidadas em casa, pelos pais. Está certo, obviamente. Com as mudanças sociais, com a mudança do conceito na sociedade, que medidas correspondentes é que o IAS vai aplicar? Não deviam dizer aos pais: isto não é verdade!? O problema mais prático é como as crianças são admitidas na escola. Levanto outra questão: o IAS consegue falar com a DSEJ para que as pessoas percebam que se temos condições de manter os bebés em casa, não precisando de ir à creche, poderão ser admitidos os mesmos na escola? Agora não dá, porque mesmo

que eles tenham prometido, há falta de vagas no ensino infantil. Neste caso, as crianças começam a concorrer entre elas, a partir da creche até ao ensino infantil. Portanto, coloco esta questão: vocês chegaram a... ou seja, os serviços públicos competentes estudaram bem como resolver estes problemas? Isso é o mais importante.

Coloco segunda questão. Desde o ano passado, o IAS atribuíu subsídio a directoras das creches, mas outros trabalhadores não recebem nada. Então, como aumentar a qualidade deles? Para manter pessoas qualificadas, o mais importante é o tratamento. Numa creche, não é só a directora que trabalha. Por isso, acho que a qualidade das creches só será aumentada se o Governo resolver estes problemas.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Srs. membros do Governo:

Na sequência das intervenções dos meus colegas, não falo mais na questão sobre pessoas qualificadas, uma vez que o tempo é limitado.

Ouvi a resposta do Sr. Presidente com muitos dados detalhados. Quero também partilhar as minhas opiniões com vocês. Acho que esta interpelação oral em debate tem a ver com a política da Educação do Governo da RAEM. Este é o meu raciocínio.

O Sr. Presidente acabou de referir uns problemas, ou seja, analisando os dados, as vagas de creches são mais que suficientes. Não diria o contrário, admitindo esses dados. Mas não devemos analisar bem as coisas? Esta é uma situação estática, uma situação estática. Devemos analisá-lo de outro ponto de vista. Numa sociedade, uma creche tinha apenas mais de 100 vagas, mas houve milhares de pessoas na fila para conseguir vagas. Esta é uma situação dinâmica, então como analisá-la? Acho que o Sr. Presidente deve dar mais atenção a estas duas situações: estática e dinâmica.

Os dados dos outros países são factuais. Mas os meus colegas perguntaram e bem: em Macau, onde predomina o sector do jogo, chegou a tomar conhecimento do número das famílias em que os pais têm bebés e trabalham ambos? Apreciei o que o Sr. Presidente disse e que os meus colegas também disseram: agora, as necessidades do serviço de creches são diferentes do conceito que as pessoas tinham antigamente. Para conduzir a acção governativa em prol do interesse do cidadão, é preciso ter-se em conta esta realidade. Espero que o Sr. Presidente tenha o raciocínio... como já apontou a origem dos problemas, não deve então apresentar umas boas sugestões ao seu superior, para se desenvolver a par dos tempos? Sendo assim, os problemas ficarão resolvidos. O que manda é a realidade. Em termos estáticos, os dados apontam haver vagas suficientes. Mas, pensou por que razão se formaram filas para conseguir vagas? Voltando para a questão que referi no início da minha intervenção: esta é uma questão relativa à política. Há necessidades reais, os pais com criança de dois anos de idade que trabalham ambos têm esta necessidade; mesmo que não seja por este motivo, a sociedade também exige que as crianças muito pequenas sejam educadas para aprender, para construir uma base boa para a futura educação.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente:

A falta de vagas em creches foi um tema falado durante anos. No fundo, há dois problemas: primeiro, as crianças não têm ninguém que tome conta delas; segundo, os pais querem meter os seus filhos em creches, porque acham que estando em creches, os seus filhos terão mais facilidade em conseguir vagas na escola. Portanto, estes dois problemas devem ser resolvidos. O Governo disse que as vagas em creches terão em conta a taxa de natalidade. Acredito que, no espaço de um ou dois anos, será muito difícil que o Governo venha a conseguir isso, tendo em conta a falta de milhares de vagas disponíveis. Pode o Sr. Presidente reforçar a sensibilização junto dos pais, dizendo-lhes: para ser admitido numa escola, não tem de estar em creche? Na realidade, muitos pais acreditam que se os seus filhos não estiverem em creches, não há escolas que os admitam. Ou seja, quanto a este conceito, o Governo deve redobrar a sensibilização. Quais os critérios para as crianças serem admitidas no jardim-de-infância? Deve dizê-lo aos pais. Estando em creches, as crianças têm uma vida social, e não choram nas creches. Acho que os pais conseguem isso, pois muitos têm empregadas para tomar conta dos seus filhos. Devem educá-los para resolver este problema. Acredito que o Governo não consegue resolver este problema daqui a um ou dois anos. Mesmo que lhe façamos aqui na AL, sempre, a mesma pergunta, continuo a achar que o Governo não consegue resolver o problema. Ficamos satisfeitos com as 8 medidas a aplicar pelo Governo. Para as referidas medidas, deve divulgá-las. Quero dar uma sugestão: pode dar prioridade às crianças a entrar em creches que tenham os pais a trabalhar ou sejam de famílias monoparentais? Ou seja, cada creche tem ou não um certo número de vagas reservadas para dar prioridade a este tipo de crianças, ajudando os pais a resolver o problema de não ter ninguém para tomar conta dos seus filhos?

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente:

Há pouco, os meus colegas entrevistaram com razão. Uma coisa que o Sr. Presidente disse está certa: a mudança do conceito alterou as necessidades. No entanto, o conceito alterou-se, mas está errado? É óbvio que não está errado, pois foi a sociedade que formou o conceito. Os pais acham bem que as crianças recebam educação infantil mais cedo, através da educação colectiva. Há esta necessidade, independentemente de ser necessário ou não entrar em creches para serem admitidos no ensino infantil. Este é outro problema. A realidade agora é esta, não vale a pena agora discutir isto. Pelo menos, este conceito está correcto. Parece que agora os respectivos governantes não estão a par deste conceito da sociedade. O conceito alterou as necessidades, mas o conceito dos nossos governantes mantém-se no passado, de forma que não conseguem satisfazer as necessidades. Este é o maior problema.

A Sra. Deputada Chan acabou de dizer que, a curto prazo o Governo não conseguiria resolver estes problemas. Olhando para as chamadas medidas a curto, médio e longo prazo, é verdade que a curto prazo, os problemas não ficariam resolvidos. A questão que se coloca é: não conseguirão mesmo? Se calhar não, porque há instalações existentes aproveitáveis. É pena, porque hoje está ausente o Secretário. A presença do Secretário teria uma vantagem. Por exemplo, recebemos agora uma notícia da DSEJ que o jardim-de-infância Veng Tim fechou as suas portas. Com o jardim-de-infância Veng Tim fechado, o mesmo poderia transformar-se numa creche, podendo resolver os problemas de muitas famílias na zona Norte. Mas foi pena, o Sr. Presidente é do IAS, e o jardim-de-infância Veng Tim pertence à DSEJ, entre os dois há uma separação de áreas. Seria bom se estivesse presente o Secretário, mas ele está ausente hoje. Para responder a esta interpelação, estão presentes amigos da DSEJ, espero que vocês comuniquem com o Secretário para pensar na ideia de que o jardim-de-infância Veng Tim possa servir de creche a entrar em funcionamento este ano. Porque segundo os dados estatísticos, há falta de mais mil vagas. Pode pensar nesta sugestão para resolver uma parte dos problemas?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente Iong Kong Io.

Presidente do Instituto d Acção Social, Iong Kong Io: Muito obrigado aos Srs. Deputados pelas opiniões proferidas sobre a falta de vagas em creches.

Primeiro, vamos apresentar o ponto de situação da aplicação das 8 medidas, bem como os respectivos dados. Ao longo dos anos, especialmente em 2008, quando a oferta era superior à procura, havia 25% da população infantil com idade até 3 anos inscrita em creches. Desde 2009, em relação à prestação de serviço de creches, ou seja, devido à diferença entre a oferta e a procura, foram aumentadas mais vagas com os esforços dos últimos anos. Actualmente, as vagas para as crianças até 3 anos de idades atingiram 30 %. Tendo em conta as necessidades dos pais de Macau, tal como disse antes, devido à mudança do conceito, o IAS precisa de trabalhar mais para aliviar a falta das vagas, mobilizando os recursos sociais, tendo em conta a tendência da evolução social, e as experiências dos outros. Estamos a planear aumentar anualmente, ou seja nos próximos anos, até 2016, ter entre 40% a 50% das vagas para crianças até 3 anos de idades, o que representa entre 8.000 a 10.000 vagas. Esta é a nossa meta definida. Atingir ou não esta meta depende da aplicação das 8 medidas. O IAS está a trabalhar com esforço para aumentar, na medida do possível, as vagas em creches.

Em relação à situação das empresas do jogo, através do grupo do jogo afecto ao IAS, a cinco das seis empresas do jogo de Macau foi apresentado o problema de falta de vagas em creches de Macau, exigindo-lhes que criassem creches para cuidar dos filhos dos seus empregados. As tais cinco empresas deram respostas proactivas. A curto prazo, iremos discutir o assunto com as mesmas. Espera-se que as empresas venham a prestar o serviço de creches para os seus trabalhadores. Mais tarde, iremos discutir com as mesmas as questões técnicas, no sentido de concretizar o plano o mais rapidamente possível.

Quanto aos espaços existentes, o Sr. Deputado Au Kam San acabou de se referir ao jardim-de-infância Veng Tim. Quanto a esta matéria, houve já comunicação entre a DSEJ e o IAS: o jardim-de-infância Veng Tim já tem destino definido, não dá para aproveitá-lo.

A DSEJ pode disponibilizar um espaço que é uma escola, por enquanto não posso revelar o nome. Algumas escolas precisam de mudar, devido à remodelação. Em 2015, haverá uma escola que será atribuída ao IAS para servir de creche. Quanto a esta matéria, mantemos comunicação com a DSEJ. A DSEJ já tem planos para o destino do jardim-de-infância Veng Tim. Outra escola vai passar para nós em 2015. Tal como disse há pouco, aproveitamos as instalações das escolas em desuso para servir de creches.

Em relação à ideia de não estando em creche, as crianças não serem admitidas na escola, a DSEJ fez muito trabalho de divulgação. Penso que devemos ainda reforçar a divulgação junto das escolas juntamente com a DSEJ. A DSEJ falou connosco muitas vezes, porque já tinham lembrado muitas escolas sobre isto. Se continuar a haver escolas exigindo que as crianças tenham andado em creches antes de serem admitidas, então isto não está correcto. A DSEJ vai ainda trabalhar mais neste sentido. De qualquer forma, o IAS vai também reforçar a sua divulgação.

Perguntaram se é viável adoptar a integração das creches e dos jardins-de-infância. Bom, posso apresentar-lhes algumas situações. O serviço de creches tem a ver com o ensino infantil. No processo de crescimento das crianças, entre ambos, há duas fases. Assim, ao longo de anos, em colaboração com as instituições sociais e escolas, o Governo da RAEM tem-se esforçado para garantir que os pais e seus filhos menores possam desfrutar adequadamente deste serviço. No entanto, tendo em conta a diferença significativa do desenvolvimento psicológico e fisiológico das crianças nestas duas fases, o serviço de creches tem por objectivo cuidar das crianças. O ensino infantil tem um objectivo de desenvolvimento educativo muito claro. Exactamente por causa disso, em muitos países e territórios, o serviço de creches é da área do serviço relativo à vida quotidiana, não estando integrado no sistema educativo formal. Isto é mais favorável para o crescimento das crianças, evitando produzir pressões sobre as crianças com idade até 3 anos. O Governo da RAEM fará ajustamentos tendo em conta a realidade, com vista a se articular com as necessidades do desenvolvimento social.

A Sra. Deputada Ho Sio Kam falou na necessidade de criar creches nas ilhas. Na realidade, estamos a trabalhar com esforços para arranjar espaços para criar creches em complexos de habitações públicas. Basicamente, em complexos grandes de habitações públicas foram já criadas creches. Nós já apresentámos propostas ao Governo para que sejam atribuídos mais recursos para prestar serviço de creches. Já reparámos nesta necessidade. Estamos a aguardar pela autorização para criar mais creches nas ilhas para atender às necessidades dos residentes.

Em relação à atribuição de subsídio do pessoal das creches, incumbimos o Instituto Politécnico de Macau de realizar estudo e revisão sobre a atribuição de subsídios pelo IAS às instituições dos serviços sociais que foram iniciados há quase 3 meses e cuja conclusão leva um ano. Com este estudo concluído, ser-nos-ão apresentadas boas sugestões para a atribuição de subsídios ao pessoal que presta serviços sociais incluindo o pessoal de todos os níveis das creches. Espero que, com as novas sugestões, sejam dados mais incentivos ao pessoal das creches.

Quanto à qualidade do serviço prestado pelo pessoal de diferentes níveis em creches, quanto às necessidades de pessoas qualificadas com o aumento de mais creches, perguntaram como será a formação. Gostava que o Sr. Presidente me autorizasse a convidar o meu colega do IAS, Sr. Choi Sio Un, chefe do Departamento a fazer uma

apresentação.

Chefe do Departamento de Solidariedade Social do IAS, Choi Sio Un: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Levantaram questões sobre a garantia de qualidade das creches. Actualmente, temos mecanismos diferentes para este aspecto.

Primeiro, a instalação e funcionamento das creches sujeitam-se ao Regime de Licenciamento dos Equipamentos Sociais, bem como às Normas Reguladoras da Instalação e Funcionamento de Creches. Por isso, o licenciamento das creches sujeita-se à fiscalização de 4 serviços públicos, a DSSOPT, Corpo de Bombeiros, Serviços de Saúde e Instituto de Acção Social, a nível de funcionamento, instalações. A nível operacional, as condições físicas concebidas e equipamentos devem satisfazer os requisitos relevantes. Além disso, cada creche deve ter um director detentor de grau de bacharel ou superior na área do ensino. Exigimos ter uma educadora em cada duas turmas, em duas salas de actividades, que sejam professoras de Educação Secundária que é uma formação especializada com duração de 2 ou 3 anos após o 10º ano da escolaridade. Em cada duas salas de actividade, deve dispor-se de um professor e um ajudante que tenha o 10º ano de escolaridade e formação ocupacional. Além de ajudantes, ainda é preciso dispor de auxiliares que tenham ensino primário e formação relevante. De um modo geral, numa creche, para o funcionamento de cada turma, cada sala de actividades, é preciso 2,5 pessoas para assegurar os cuidados e educação, incluindo 0,5 educadora, um ajudante e um auxiliar. No caso de uma creche com regime de meio dia, o IAS atribui subsídio a um outro ajudante para assegurar o funcionamento do regime de meio dia. Numa creche, em cada sala de actividade em regime de meio dia, há 3,5 trabalhadores que asseguram os cuidados e educação.

O IAS tem duas subunidades competentes para fiscalizar a qualidade das creches que são a Divisão de Gestão e Licenciamento dos Equipamentos Sociais, que efectua pelo menos uma vez em cada trimestre uma inspecção às creches sem aviso prévio, com o objectivo de verificar se o funcionamento e a instalação das mesmas satisfazem ou não as exigências da licença e do regulamento; para as creches subsidiadas, temos outra subunidade de apoio (Divisão de Infância e Juventude) que enviam as suas educadoras e assistentes sociais para comunicar periodicamente com as creches sobre o seu funcionamento e qualidade do serviço, bem como tratar de eventuais problemas.

O exposto é o exigido, em matéria de fiscalização, pelo IAS às creches, em termos de licenciamento, instalação e pessoal, sendo uma garantia de qualidade.

Quanto ao pessoal das creches, o IAS presta-lhes pré-formação e formação ocupacional, para que o pessoal tenha conhecimentos suficientes e oportunidades para actualizar a sua capacidade de trabalho. Além das acções de formação realizadas pelo IAS, o IAS ainda proporciona recursos, através do Plano de Desenvolvimento Especializado para Pessoal dos Serviços Sociais, ao pessoal das creches, para participar em acções de formação, tendo em vista as necessidades de cada creche.

O exposto é o nosso trabalho visando apoiar e fiscalizar a qualidade de funcionamento das creches.

Falo na questão da atribuição de subsídios. A Sra. Deputada

Kwan perguntou sobre a atribuição de subsídios às chefias das creches. A verdade é que, além das chefias, o IAS atribuiu também subsídios às creches para assegurar o funcionamento e a manutenção do seu pessoal. Por exemplo, em 2012, nas 28 creches subsidiadas pelo IAS, por cada criança, as despesas médias mensais foram de 2.500 patacas, e o IAS atribuiu-lhes 1.500 patacas. Por outras palavras, o subsídio representa 60% das respectivas despesas. Cada uma das 28 creches cobra mensalmente apenas 1.300 patacas. Através dos recibos entregues pelas creches, sabemos que 75% das creches, ou seja, 21 das creches têm lucros; 7 precisam de subsídio do IAS para o seu funcionamento. Todas estas creches têm o mesmo objectivo que é prestar serviço, por isso, cobram um preço baixo para operar as creches. Há uma parte das creches que reforçaram o seu investimento para melhorar o seu funcionamento; há 25% das creches, ou seja as 7 creches que acabei de referir, que precisam de subsídios para seu funcionamento.

Para terminar, quero falar suplementarmente no fenómeno do serviço de creches. Presentemente, as creches operam até às 19h00. Mas entre as 16h00 e 17h00, os familiares ou “*babysitters*” vão buscar as crianças; poucas crianças ficam na creche após as 17h00. Há também creches com o horário prolongado até 20h00, mas este serviço é muito pouco aproveitado, nos últimos dois anos. Este é o fenómeno que revela: tal como disse antes, a maior parte das crianças matriculadas nas creches não é por falta de alguém para cuidar delas, mas sim porque os pais querem que lhes seja dada alguma formação, através da creche.

Tenho dito.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Presidente: Vamos agora entrar na 4ª interpelação oral. Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Em conformidade com os critérios fixados pela Organização Mundial de Saúde, a qual está subordinada às Nações Unidas, uma sociedade de envelhecimento populacional é aquela em que 7% da população tem idade igual ou superior a 65 anos. De acordo com os resultados dos Intercensos 2006, da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, já nessa altura a população de Macau com idade igual ou superior a 65 anos atingia este critério. Segundo os dados constantes das Projecções da População de Macau 2011-2036, o ritmo de envelhecimento em Macau vai acelerar-se nos futuros 20 anos. Todos estes dados foram retirados das informações da página electrónica do Fundo de Segurança Social (FSS), o que confirma a premência do tratamento do assunto da segurança social de Macau.

O Governo da RAEM tem o dever inalienável de cuidar dos idosos e de os respeitar, pois deram um grande contributo para a nossa sociedade. Assim, é necessário envidar esforços para assegurar que todos os idosos recebam os cuidados devidos e que tenham uma vida estável e condigna, mantendo a respectiva qualidade. Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No Relatório das LAG para 2013, o Chefe do Executivo propõe elevar, no próximo ano, a pensão para idosos e o subsídio para idosos, respectivamente para 3.000 e 6.600 patacas por mês e, paralelamente, estudar a atribuição conjunta desses dois benefícios,

permitindo que o nível de protecção pós-aposentação fique superior ao valor do risco social. Gostaria de perguntar: a fim de garantir que o montante da pensão para idosos seja superior ao valor do risco social, quando é que se põe em prática o referido estudo de atribuição conjunta? Além disso, tendo em conta a situação económica e a estrutura demográfica da RAEM, para garantir aos idosos condições básicas de vida e dar resposta à situação social da actualidade, haverá a possibilidade de se alterar a idade de 65 para 60 anos, para auferir a pensão para idosos, em vez da actual atribuição antecipada?

2. Segundo o relatório anual do FSS de 2011, o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos aptas a receber a pensão para idosos era de 30 899, enquanto 25 286 pessoas com 60 ou mais anos de idade têm direito a receber essa pensão por antecipação. Como Macau já é uma sociedade com envelhecimento bem visível, o Chefe do Executivo referiu, nas LAG de 2013, que irá ser injectado no FSS, entre 2013 e 2016, um total de 37.000 milhões de patacas, para assegurar o funcionamento do regime de segurança social durante os próximos tempos. Mas, futuramente, o Governo da RAEM deve ser responsável pela criação de um mecanismo eficaz e permanente que sustente o regime de segurança social, pois necessita de aumentar a percentagem da dotação das receitas do sector do jogo, regulado pela Lei n.º 16/2001, para o FSS, conjugando as verbas adicionalmente injectadas, no sentido de criar um fundo específico para o lançamento da pensão para idosos, com vista à estabilidade do FSS. A 13 de Novembro passado, referiu também o Chefe do Executivo, nas LAG de 2013, que ia ponderar um aumento moderado da percentagem de dotação das receitas brutas do jogo para o FSS. Quanto a isto, de que planos e medidas concretas o Governo dispõe para este efeito?

3. Na proposta da “Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade”, divulgada em 2008, sugeria-se a injeção de verbas do Governo para as contas individuais da Poupança Central, cujo valor ia variar consoante a faixa etária em que o indivíduo elegível se encontrasse (aos que tivessem idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos, devia ser atribuído 1,5 do montante do original, e aos que se situassem entre os 55 e os 64 anos de idade, seria atribuído o dobro do montante original). Em resposta à minha interpelação escrita apresentada no dia 18 de Novembro de 2010, o Governo da RAEM afirmou que ia realizar estudos e tomar por referência esta sugestão, a fim de decidir sobre a forma de injeção de capitais, mas, lamentavelmente, já se passaram três anos e até agora o assunto não teve qualquer andamento. Neste momento, ainda não foi criada a previdência central não obrigatória, nem foi estabelecido o regime de previdência central obrigatório. Com vista a assegurar que o Regime de Poupança Central, activado em 2009, possa desenvolver verdadeiramente as suas funções e suprir as deficiências do actual regime, é necessário executar plenamente a sugestão constante na proposta de “Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira idade”, que diz respeito à atribuição de diferentes montantes de subsídio, consoante a faixa etária. Os serviços competentes vão assumir uma atitude séria e responsável, no sentido de pôr em prática a referida sugestão? A seguir à elaboração da Lei n.º 14/2012, intitulada “Contas individuais de previdência”, quando é que o Governo da RAEM vai assumir uma atitude séria e responsável, para avançar rapidamente com os trabalhos de produção legislativa sobre o segundo nível de protecção social? Obrigado.

Presidente: Faz favor.

Presidente substituta do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social, Chan Pou Wan: Obrigada Sr. Presidente.

Relativamente à interpelação oral do Sr. Deputado Chan Wai Chi, venho responder o seguinte:

O envelhecimento demográfico já se tomou num problema globalizado, alguns países e regiões estão a analisar, activamente, o adiamento da idade da reforma, no sentido de atenuar os impactos sócio-económicos, nos quais o envelhecimento demográfico, a baixa taxa de natalidade bem como a diminuição da força de trabalho podem resultar. Segundo os dados constantes em “Projeções da População de Macau 2011-2036” da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), prevê-se que a velocidade de envelhecimento da população local fique acentuada nas próximas duas décadas, a proporção populacional de idosos com idade igual ou superior a 65 anos irá aumentar, de 8,5% em 2011 para 11,2% em 2016, e até para 23,7% em 2036, ou seja, naquela altura, já há um idoso em cada 5 pessoas. Contrariamente, a proporção da população activa que oscila, principalmente, nas pessoas com a idade entre 15 e 64 anos irá ser reduzida de 77,9% em 2011 para 61,4% em 2036, os encargos vão elevar-se com cada 2 até 3 trabalhadores no activo a alimentarem 1 idoso. Assim, o adiamento da idade de reforma ou de recebimento de benefícios para idosos, não fazem efeitos na resolução do problema do envelhecimento demográfico, acelerando ainda os fenómenos derivados da sociedade envelhecida e desfavorecendo o desenvolvimento geral da sociedade e o interesse pessoal de longo prazo.

Alcançar a protecção na vida pós-aposentação de indivíduos deve cair no aperfeiçoamento do regime da segurança social. O regime da segurança social do primeiro nível, funciona conforme o modelo de seguro social, “pay-as-you-go”, ainda assim, implementar um regime da segurança social eficiente e de longo prazo, prende-se, necessariamente, com a estabilidade das fontes de receitas para este regime, a fim de assegurar a sua capacidade de suporte financeiro e garantir aos membros do regime (beneficiários) o gozo de protecções devidas. O Governo da RAEM já prometeu a injeção extraordinária de 37 mil milhões de patacas ao FSS durante o período compreendido entre os anos 2013 e 2016, por outro lado, segundo o objectivo político nas Linhas de Acção Governativa do ano 2013, irá ainda aumentar a percentagem das receitas brutas dos jogos a atribuir ao FSS, de 60% para 75%. Contudo, a injeção de capital e o aumentar da verba a atribuir ao FSS não podem resolver, radicalmente, entre outros problemas, a demasiada dependência das fontes de receitas deste regime da atribuição da dotação do Governo ou alterar a consciência das partes laboral, patronal e de indivíduos sobre a falta de responsabilidade pela sua protecção pós-aposentação, sendo que, para um regime da segurança social estável que a sociedade tem vindo a prosseguir, os riscos invisíveis decorrentes das deficiências deste não podem ser negligenciados. Neste contexto, ultimamente, o Governo tem aludido a realização de reforma no regime da segurança social, isto é, aumentar gradualmente o montante de contribuições para que a proporção das contribuições represente nas despesas dos benefícios um nível razoável, e as despesas debenefícios possam ser suportadas conjuntamente por contribuições de trabalhadores e empregadores (ou indivíduos) assim como a verba atribuída pelo Governo. Ao mesmo tempo, pretende constituir, activamente, o regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, com vista a providenciar aos residentes uma protecção pós-aposentação

mais estável e de longo prazo, pela qual o Governo da RAEM está a esforçar-se.

No entanto, para aliviar, de imediato, a pressão que os idosos sentem na sua vida quotidiana, o Governo da RAEM, sob o pressuposto de vários suportes e protecções, procedeu, no corrente ano, a um aumento significativo das prestações no âmbito do regime da segurança social, incluindo o aumento da pensão para idosos e de invalidez para 3.000 patacas a partir de Janeiro, representando uma percentagem de 50 %; e de 5 subsídios (Subsídio de desemprego, Subsídio de doença, Subsídio de casamento, Subsídio de nascimento e Subsídio de funeral) a partir de Junho, respeitante a um aumento médio de 70%; Também foi iniciado o estudo sobre a integração entre a pensão para idosos e o subsídio para idosos. A equipa de trabalho interdepartamental, composta pelos FSS e Instituto de Acção Social, já procede à análise e discussão relativas a dados executórias das prestações do regime da segurança social e do subsídio para idosos, bem como a diferença verificada nos processos de distribuição destes dois benefícios, estando, actualmente, a discutir ainda mais sobre a redacção legislativa, prevendo que seja possível entregar um relatório de estudo sobre a exequibilidade dentro do corrente ano.

Relativamente à atribuição de verba a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais para contas individuais de previdência (antes foi a atribuição da dotação para contas individuais do regime de poupança central), o Governo da RAEM pondera que, na actual atmosfera social, é mais apropriado aplicar a forma de valor fixado na atribuição de verba, com vista a evitar a disputa, entre os indivíduos de diferentes camadas etárias, sobre a desigualdade do montante de verbas atribuídas e consequentemente, uma diferenciação social.

Quanto aos trabalhos legislativos do regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, tendo em conta as experiências das zonas vizinhas para serem servidas de referência e estudadas, e atento ao facto de cerca de um terço dos trabalhadores em Macau já ter comprado planos privados de pensões, o FSS elaborou uma proposta preliminar. Devido a que o respectivo regime terá uma influência profunda na protecção pós-aposentação dos residentes, a sua implementação tem de ser efectuada de forma cautelosa, depois de atingido o consenso social. A proposta elaborada pelo FSS vai, seguindo os procedimentos administrativos regulamentados, ser avaliada e, posteriormente, lançada para consulta pública, e depois de recolhidas as opiniões através da consulta pública, o FSS vai submeter, com a maior rapidez possível, a proposta ao Conselho Permanente de Concertação Social para ser discutida, e, paralelamente, iniciar os trabalhos legislativos sobre a lei sobre o regime de previdência central não obrigatório e os outros regulamentos sobre as regras da aplicação de verba, fiscalização e funcionamento.

Finalmente, é de salientar que o sistema de protecção de vida dos idosos, preconizado pelo Governo da RAEM, é um regime constituído por vários suportes, ou seja, dentro do sistema, há a assistência social de carácter de benefício social, sem pagamento de contribuições, para assegurar a protecção mínima de vida, os seguros sociais e a pensão para idosos, em forma de contas individuais, com pagamento de contribuições. Além disso, a poupança e investimento individuais, a prestação de outros serviços sociais, a concessão em espécie e os apoios de família também são indispensáveis para a protecção pós-aposentação de indivíduos. Através de apoio mútuo entre os suportes, cria-se um

sistema de segurança social e de protecção de vida dos idosos, no sentido de garantir aos residentes uma protecção pós-aposentação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigada, Sr. Presidente.

No plenário para interpelações orais realizado em 4 e 5 de Julho de 2012, o Sr. Presidente Ip Peng Kun disse na AL: “Acabámos de prometer que, no 3º trimestre vamos entregar, para debate pelo Conselho Permanente de Concertação Social a proposta de lei sobre o Regime de Previdência Central e iremos proceder à sua regulamentação, de acordo com o resultado do debate; nós temos já uma calendarização que é, nos finais deste ano ou no próximo ano, iremos entregar um anteprojecto à consideração do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e a seguir entregar à AL, através do Conselho Executivo. Quando? Tendo em conta as questões técnico-jurídicas, termos jurídicos, não me é fácil controlar. Se for preciso fazer mais ajustamentos, a calendarização será atrasada”.

Já fez um ano e hoje, um ano depois, bateu na mesma tecla? Deixe lá as mentiras bonitas, deve olhar para a realidade com pragmatismo. Na minha interpelação levantei todas as questões e o Sr. Presidente repetiu as minhas questões. Quem não saberia que é importante preparar-se para adversidades nos tempos bons? Quem não saberia como será a situação apontada pelos dados e os inquéritos sobre o envelhecimento da população da sociedade de Macau? Apresentamos estas questões porque estamos preocupados! Para que serve repetir os meus dados? A Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos já divulgou todos estes dados. A minha primeira pergunta foi: os idosos com 60 anos de idade estão a auferir o valor do risco social em proporção e antecipadamente, como é que isso acelerou o envelhecimento da população? Esta é uma evolução natural da sociedade, um ambiente irreversível! Para garantir a vida dos idosos, será possível permitir que os idosos possam auferir da pensão a cem por cento? O Sr. Presidente respondeu que há dificuldades com dinheiro. Quem não saberia que há dificuldades com dinheiro? Portanto, coloquei a segunda questão! Poderá aumentar a percentagem de dotação das receitas do jogo para o Fundo de Segurança Social? Aumentar a dotação das receitas não quer dizer: injectar 37 mil milhões de patacas e quando este montante estiver esgotado, não há mais nada. Propus ao Governo a criação de um fundo específico para pensão para idosos. Respondeu-me? Tendo o fundo específico constituído, o Governo teria um mecanismo permanente para atribuir pensão para idosos. Não me respondeu! O Sr. Presidente deve achar isso muito chato, não sendo possível consegui-lo.

Sem ter respondido à minha 2ª questão, criou um terceiro problema! O problema criado foi a regulamentação. Quanto à regulamentação da protecção do 2º nível, a proposta da Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade” foi divulgada em Novembro de 2008. Esperou-se três anos, após três anos, até quando? Até as pessoas de meia-idade ficarem velhas? Ainda não conseguiram a proposta da reforma, então consultaram o quê? Foi feita a consulta pública? Especialistas e académicos apresentaram opiniões? Porque ainda é preciso realizar consulta pública? Consultas mais consultas, é um desperdício do dinheiro público! Obtiveram efectivamente benefícios? Quando terá lugar a regulamentação? Diga-me uma calendarização. Outro assunto é sobre... esgotou-se o meu tempo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Presidente Chan.

Presidente substituta do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social, Chan Pou Wan: Sim.

Quanto à criação do Regime de Previdência Central Não Obrigatório, antes já foi referido que é um projecto bastante grande. É preciso ter-se em conta os fundos de pensão particulares e consultar os exemplos dos outros. No ano passado, foi elaborado um anteprojecto e foram ouvidos os Srs. Deputados. Entre Abril e Maio, iremos efectuar visitas de intercâmbios às entidades representativas, incluindo os representantes das associações laborais e patronais, escolas, empresas com concessões, sector financeiro e sector do jogo, tendo por objectivo aperfeiçoar o anteprojecto preliminar. Na realidade, o anteprojecto está basicamente concluído. Iremos realizar, no 4º trimestre, uma consulta pública. E de acordo com o resultado desta nova consulta pública, iremos acompanhar o trabalho legislativo.

Falou-se na questão da atribuição da pensão antecipada. A tendência de envelhecimento populacional é um problema encarado agora por muitos países, incluindo Macau. Tendo por objectivo garantir o desenvolvimento sustentável do regime, em termos de encargos financeiros. Em muitos países aplicam-se medidas que visam adiar a idade de acesso à pensão para idosos. Por exemplo, em 2012, no Canadá, os idosos tinham acesso à pensão para idosos aos 65 anos, mas foi depois planeada a alteração para 67 anos, nos anos de 2033 a 2039. Na Coreia do Sul, um país asiático, a partir de 2013 a idade de reforma passou de 60 anos para 61 e depois, em cada cinco anos, aumentar-se-á um ano de idade, até ao ano de 2033, quando a idade para reforma será de 65 anos de idade. Achamos que as políticas de outros países merecem ser referenciadas por Macau. Acreditamos que devemos ponderar com prudência quanto ao impacto sobre a economia e a sociedade.

É verdade que em 2008 foi feito um levantamento de dados que propuseram a dotação de recitas para as contas do regime de previdência e que a atribuição fosse feita com proporções diferentes. As proporções propostas foram três, havendo uma diferença de dobro entre a primeira e a segunda. Ou seja, os que tiverem 64 anos de idade, recebiam o triplo; os que tiverem 65 anos de idade recebiam o dobro. Acreditamos que esta diferença tão grande poderia causar controvérsia na sociedade. Por isso, por enquanto, a atribuição é feita com um montante fixo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: A lentidão no progresso na matéria da pensão para idosos desapontou muitos idosos que estiveram no meu escritório. Hoje levanto apenas questões, não podendo manifestar o meu desapontamento. Quero saber se o Governo deu atenção aos seguintes pontos.

Primeiro, nesta protecção de dois níveis, incluindo a protecção da pensão para idosos, há obviamente uma diferença entre a saída e entrada de liquidez. Um dos dois níveis desta protecção tem um fardo deixado pela história. Porque o Governo da Administração Portuguesa criou, de boa-fé, o Fundo de Segurança Social. Mas como não tinha capacidade financeira, a participação da sociedade era fraca e o montante de contribuições era extremamente baixo, deu como resultado que a protecção da velhice era completamente insuficiente. Neste contexto, a protecção da velhice só é mantida a um nível racional graças à injeção de verbas pelo Governo, enquanto este tiver capacidade. Outro nível de protecção foi criado

pelo Governo da RAEM, que é o Regime de Previdência Central com verbas transferidas pelo Regime de Poupança Central. Aproveitando o momento em que a nossa economia está próspera, este regime foi criado para dar maior protecção às gerações de meia-idade e aos jovens, alimentado pelas contribuições pagas pelas partes laboral, patronal e governamental. Portanto, estes dois níveis são totalmente diferentes. Nesta situação, o Governo chegou a estudar, a dar atenção e tomar alguma decisão para movimentar recursos públicos suficientes para assumir o fardo deixado pela história, ao nível da segurança social? Assim, os idosos teriam uma protecção da velhice, com um valor indexado ao valor do risco social. Para atingir este objectivo, é preciso explorar mais fontes de recursos. Além das receitas ilíquidas do sector do jogo, foi repetidamente sugerido que, da dotação de um valor gigantesco a atribuir à Fundação Macau, seja transferida uma parte para o FSS, destinada a cobrir o pagamento do fardo deixado pela história.

Por sua vez, quanto ao nível do Regime de Previdência Central, deve aproveitar-se esta oportunidade para uma decisão pioneira que integre os fundos de previdência dos trabalhadores das seis empresas do jogo; e a seguir, devem integrar-se também os fundos de previdência dos profissionais, incluindo docentes, assistentes sociais, pessoal médico; devem também integrar-se os fundos de previdência dos empregados das empresas com concessões e companhias de autocarros. E depois disso, no 2º nível da protecção, ou seja, o regime de previdência central poderá a vir contar com maior participação da sociedade para assumir o futuro. Mas para estes trabalhos, parece que o Governo anda lentamente, ficámos muito desapontados. Aqui não posso deixar de manifestar o meu desapontamento. No entanto, o Governo deve ter-se em conta a saída e entrada da liquidez destes dois níveis. Portanto, as diferentes políticas devem ser tomadas com firmeza.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Presidente Chan Pou Wan.

Presidente substituta do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social, Chan Pou Wan: Sim.

Foi levantada a questão sobre a protecção de dois níveis no âmbito da segurança social. Quanto ao 1º nível, sim, estamos de acordo. O Governo tem determinação para reforçar a injeção de verbas mas, como já realçamos muitas vezes, para além da injeção de verbas pelo Governo da RAEM, o mais importante é que o fundo tenha um funcionamento estável e saudável. Assim, nos finais do ano passado, o FSS apresentou uma proposta para aumentar o montante de contribuições ao debate do Conselho Permanente de Concertação Social. O nosso objectivo é ter um regime assegurado por três partes: laboral, patronal e governamental.

Presidente: Terminou esta interpelação oral. Agora passemos para a 5ª interpelação oral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo:

Esta é a interpelação oral em nome do Sr. Deputado Chan Meng Kam e em meu nome.

Os crimes relacionados com a droga são um grande perigo para a sociedade, prejudicam a saúde física e mental e acarretam inúmeras

consequências negativas. Se a droga entrar nas escolas e prejudicar os adolescentes, será um perigo para a formação de pessoal qualificado e para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade. Para além disso, também não sabemos quantas famílias e descendentes serão lesados. Como é evidente, são necessárias medidas abrangentes para combate aos crimes relacionados com a droga e para a garantia do desenvolvimento saudável dos adolescentes, devendo para o efeito serem reforçados a divulgação e a sensibilização no âmbito da prevenção, assim como o respectivo combate. Na realidade, em vários países e territórios do mundo as penas aplicadas aos crimes relacionados com a droga são pesadas, por exemplo, na China e em Taiwan é a pena de morte, ou seja, a pena máxima é pena de morte, e no território vizinho é a prisão perpétua. Olhando para a política criminal de Macau no respeitante ao combate à droga, não sei se a pena máxima é de 16 ou 21 anos de prisão, não estou certo... Portanto, os respectivos efeitos dissuasores merecem uma avaliação. O Ministério Público, enquanto responsável pela investigação e combate aos crimes, apelou para que se estudasse sobre a conveniência das penas do Código Penal aplicáveis a este tipo de crime, a situação real de Macau e a tendência internacional. Na opinião do Procurador, Dr. Ho Chio Meng, pode estudar-se a agravação das penas aplicáveis aos crimes envolvendo grandes quantidades da droga e às pessoas que induzam adolescentes à prática deste tipo de crime.

Estamos sempre preocupados com o crescimento saudável dos jovens e estamos, basicamente, de acordo, com o apoio a prestar-lhes. Contudo, é com muita pena que, na resposta à minha interpelação, refere-se que: “estamos a rever as actuais políticas referentes aos crimes relacionados com a droga e também à sua prevenção, e estamos também a avaliar os resultados da aplicação das leis actuais e do desempenho judicial, entre outras questões”. Estas são as “respostas tipo” dos dirigentes dos serviços, nas quais não se vislumbra qualquer sombra de responsabilidade ou efeito prático. Não passam de palha! Também nada se vê quanto a planos para alteração da legislação em vigor, e se continuarmos por este caminho, aumentará o trabalho mas não se vai conseguir resolver os problemas, prejudicando assim as gerações vindouras.

Nestes termos, interpelamos o Governo sobre o seguinte:

1. O Ministério Público e a sociedade sugerem a alteração da legislação em vigor, com vista a aumentar a intimidação no que respeita à prática de crimes relacionados com a droga, mas se o Governo insistir na sua resposta - “estamos a rever as actuais políticas referentes aos crimes relacionados com a droga e também à sua prevenção, e estamos também a avaliar os resultados da aplicação das leis actuais e do desempenho judicial, entre outras questões” - não vai conseguir resolver nada. Pelo exposto, com vista a prevenir e a combater os crimes relacionados com a droga, qual é a posição do Governo quanto à alteração das referidas leis? Mais, para aumentar a intimidação de quem pratica crimes relacionados com a droga e, com o objectivo de aumentar a eficácia do seu combate, evitando que Macau se transforme num interposto para o tráfico de droga, pondo assim em causa a segurança, quando é que o Governo vai avançar com os trabalhos de consulta pública sobre a alteração da Lei n.º 17/2009 - “Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas” e de outras leis afins?

2. A toxicodependência entre os jovens é um problema de natureza colectiva, secreta e recorrente. O que é que o Governo pensa em relação a este problema? Na resposta a uma interpelação

escrita, as autoridades apresentaram um conjunto de dados, claro que estes dados mostram os esforços desenvolvidos pela PJ e pela PSP, mas visto de uma outra perspectiva, se a eficácia das acções de combate fosse menor, os referidos números seriam ainda mais baixos, então, isto significa que a situação é boa? Na primeira sessão plenária de 2013 da Comissão de Luta Contra Droga, refere-se que se registou “*um aumento contínuo do consumo de droga em casa (pelos jovens)*”, o que demonstra uma maior complexidade do problema da toxicod dependência juvenil. O Governo está atento a este problema? Como é que as autoridades vão reforçar os mecanismos, redistribuir os meios e reajustar as estratégias de combate, de forma a conjugar, eficazmente, as medidas de prevenção com as referidas estratégias, para protecção dos jovens e para que estes possam crescer num ambiente saudável? Nomeadamente... há que combater a fonte de origem das drogas, e se a lei vigente não for revista, a diferença de punições entre Macau e as outras regiões vizinhas é grande. A situação em nada vai ser melhorada, os polícias, os assistentes sociais e as pessoas que se dedicam à educação só vão ver o trabalho a aumentar continuamente, os Deputados só podem manifestar o seu ressentimento, e a sociedade vai ter muito que lamentar. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Wong.

Director da Polícia Judiciária, Wong Sio Chak: V. Exa. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na interpelação oral do Sr. Deputado Ung Choi Kun, para os dois casos referidos foram citadas as palavras da PJ. Por isso, respondo eu primeiro e a seguir outros serviços competentes, para prestar uma achega.

Em primeiro lugar, agradeço aos Srs. Deputados Chan Meng Kam e Ung Choi Kun pela atenção e fiscalização sobre o trabalho da PJ.

Em segundo lugar, quero responder às respectivas questões. O Sr. Deputado Ung Choi Kun apresentou em 21 de Março uma interpelação escrita sobre um assunto dos interesses públicos, na qual foram levantadas 3 perguntas: primeira, se as autoridades vão rever a política criminal que regula o combate aos crimes relacionados com a droga bem como rever a respectiva lei; segunda, se as autoridades vão avaliar a situação em que os crimes relacionados com a droga sejam praticados por intermédio de menores; terceiro, como reforçar as campanhas de sensibilização contra a droga.

Em 5 de Abril, a PJ recebeu a referida interpelação. Após levantamento de dados e análise realizada, enviámos a resposta ao Gabinete do Secretário para a Segurança que deu, a 15 de Maio, uma resposta integrada, tendo em conta os dados fornecidos pela PJ e por outros serviços competentes. Na resposta do Gabinete do Secretário para a Segurança, foram usados todos os dados relativos à prevenção e ao combate a crimes relacionados com a droga, fornecidos pela PJ.

Os respectivos dados abrangem seis aspectos. Nos primeiros cinco, apresentámos o balanço do trabalho da PJ, incluindo os números comparativos dos crimes relacionados com a droga praticados por menores; segundo, apresentámos os crimes transfronteiriços investigados e os seus resultados; terceiro, apresentámos o trabalho de recolha de informações sobre crimes relacionados com a droga, com iniciativa junto de todos os sectores sociais, dos moradores dos edifícios, escolas, trabalhadores dos

hotéis, bem como o trabalho de aplicação da lei nos locais nocturnos; terceiro, apresentámos as actividades de educação e sensibilização, bem como os seus resultados; quinto, apresentámos o balanço da execução do Acordo de Cooperação, entre as Subunidades de Combate à Droga das Polícias da Província de Guangdong e de Macau para a Entrega em Macau de Indivíduos Residentes, Consumidores de Estupefacientes, Detidos na Província de Guangdong”; sexto, referimos que esta matéria não é do nosso âmbito de atribuições, no entanto apontámos que o fenómeno de consumo e de tráfico de estupefacientes por parte dos adolescentes é uma questão complicada para a sociedade, a qual necessita de uma consideração conjunta e uma solução conjunta da sociedade, para a prevenção e combate pela polícia, da atenção do Governo e de todos os sectores sociais, educação e sensibilização, coordenação das respectivas forças, revisão da política criminal vigente relativa à prevenção e combate a crimes relacionados com a droga, avaliação dos resultados da aplicação da lei vigente e a eficiência judicial.

Através do ponto seis acima referido, verifica-se que duas frases do Sr. Deputado Ung Choi Kun foram matérias alheias ao âmbito das atribuições da PJ. No entanto, na interpelação oral dos dois Srs. Deputados foram citadas as duas frases contidas na resposta do Gabinete do Secretário para a Segurança. Primeira: revisão da política criminal vigente relativa à prevenção e combate a crimes relacionados com a droga, avaliação dos resultados da aplicação da lei vigente e a eficiência judicial; segunda, o número de infractores jovens de crimes relacionados com a droga vem diminuindo nos últimos três anos. A resposta do executivo foi criticada como sendo “chapa cinco”, sem nada de substancial nem sentido de responsabilidade, sendo ridícula a conclusão.

Bom, qual é a nossa atitude? Compreendemos muito bem a preocupação dos dois Srs. Deputados com os adolescentes, incluindo a tendência dos alunos envolvidos na droga nas escolas, bem como a sua reivindicação veemente sobre a revisão da política criminal vigente que regula o combate a crimes relacionados com a droga e o respectivo regime jurídico. Isto reflecte as reivindicações veementes dos dois Srs. Deputados quanto à estabilidade social, desenvolvimento do primado do Direito e sentido de responsabilidade. No entanto, sendo um órgão de polícia criminal no âmbito da prevenção e combate a crimes relacionados com a droga, a PJ tem aplicado medidas eficazes. Tendo como base a recolha de informações, detecção precoce de crimes, investigação eficaz de crimes, movimentação da população para dizer não à droga, tendo como objectivo estimular a população a colaborar na investigação dos crimes relacionados com a droga, realizámos operações de combate em todos os aspectos aos crimes relacionados com a droga, bem como a sua prevenção. Além das medidas acima mencionadas, temos forças de investigação criminal para apreender droga nos postos fronteiriços e ali foram instalados aparelhos de raios X para detecção de estupefacientes no corpo humano; através da troca de informações regional e internacional, realizamos operações conjuntas no combate aos crimes transfronteiriços relacionados com a droga; divulgamos atempadamente informações sobre o consumo da droga para chamar mais a atenção da sociedade; realizamos acções de educação e sensibilização de várias formas, junto de todos os sectores sociais incluindo os alunos e docentes. Como se vê, estas medidas são eficazes, tendo conseguido efectivamente prevenir e combater os crimes relacionados com a droga.

Por sua vez, sendo um órgão de polícia criminal, a PJ sabe melhor do que qualquer serviço público, qualquer cidadão, como é importante e necessário ter instrumentos legais que permitam aplicar

a lei com rigor e racionalidade. Mas sendo órgão de polícia criminal, a PJ limita-se a pronunciar-se sobre a revisão da política criminal e produção jurídica. De acordo com as suas atribuições legais, o trabalho em causa não é conduzido pela PJ. De notar que qualquer produção jurídica requer consenso social. Nos cinco pontos da resposta da PJ refere-se o trabalho alheio ao âmbito das nossas atribuições; no ponto 6, apresentámos a opinião de que além dos esforços dos serviços aplicadores de lei para combater a delinquência juvenil, é preciso que toda a sociedade venha a assumir essa responsabilidade.

Na verdade, no debate entre 2004 a 2009 sobre a revisão da lei que regula o combate à droga, a PJ apelou veementemente, em várias ocasiões, para aumentar as penas pelo tráfico da droga, reforçar meios de investigação de droga, por exemplo, fazer testes de urina, criar punição adicional para aumentar os efeitos dissuasórios, por exemplo, tratamento obrigatório de toxic dependência. Acontece que as nossas sugestões não obtiveram consenso social, não tendo sido adoptadas. É muito lamentável.

Analisando o contexto, podem perceber que a afirmação de que a nossa resposta foi “chapa cinco”, sem nada de substancial, nem sentido de responsabilidade, acho que não corresponde à realidade. Não estou de acordo. Os dados divulgados dos crimes relacionados com a droga praticados pelos adolescentes nos últimos três anos mostram o reforço da transparência do nosso trabalho, satisfação do direito à informação do público, e também uma revisão do trabalho relativo aos crimes relacionados com a droga praticados por adolescentes. Quando a PJ entregou os dados ao Gabinete do Secretário para a Segurança em 23 de Abril, ainda não tinham acontecido os dois casos invocando preocupação pública, com o envolvimento de vários alunos que consumiram e traficaram droga. Estes dois casos foram desmantelados em 29 de Abril e 23 de Maio, mas a PJ respondeu em 13 de Maio à interpelação escrita apresentada em 13 de Abril pelo Sr. Deputado Mak Soi Kun. Na nossa resposta, apontámos que, nos últimos 4 meses, a situação tinha começado a agravar-se. Houve 4 alunos que traficaram droga na escola, o que é uma situação preocupante. Isto demonstra que os dados dos crimes relacionados com a droga que fornecemos não foram para fazer *show-off* do nosso trabalho. Antes pelo contrário, em Julho de 2011, no Dia da Polícia Judiciária, tendo em conta os crimes relacionados com a droga na altura, declaramos à sociedade: há indícios apontando que Macau já se tornou um entreposto do tráfico da droga.

Sabe-se que esta declaração foi inédita, quase como fosse um suicídio. O nosso objectivo não foi para fazer *show-off*, mas sim exigir à sociedade que dê mais atenção e enfrente este problema conosco! Isto mostra o sentido de responsabilidade assumido com ousadia pela PJ quanto ao combate aos crimes relacionados com a droga. Na realidade, após a nossa declaração séria, foram produzidos efeitos dissuasórios. Graças aos aparelhos de detecção montados nos postos fronteiriços, operações intensivas de combate à droga e atenção e esforços de todos os cidadãos de Macau, os crimes relacionados com a droga usando Macau como entreposto diminuíram consideravelmente. Registaram-se 16 casos, em 2010; 3 casos em 2012, 1 caso apenas este ano.

Na verdade, no sentido criminal, a polícia tem imensas dificuldades em investigar qualquer denúncia de crimes relacionados com a droga praticados por acusados, pois essa investigação requer explorar com iniciativa novos canais de informações, aperfeiçoar constantemente a rede de recolha de informações, recolher

informações, para descobrir com exactidão os indícios do crime, detectar com eficácia actividades criminosas, maximizar a intercepção de entrada e saída da droga.

Ao longo de anos, o princípio e o modelo de trabalho da nossa actuação foi sempre combater com rigor, prevenir com intensidade, reforçar constantemente a prevenção e combate aos crimes relacionados com a droga. Por isso, discordamos da conclusão tirada pelos dois Srs. Deputados: a nossa actuação é ridícula. De qualquer forma, a nossa atitude é: se cometemos erros, corrigimo-los, se não cometemos erros, as críticas servem-nos de alerta. Na realidade, não há aplicação perfeita das leis. Apesar de obter resultados no combate à droga, temos a certeza que há ainda muito por melhorar. Continuamos a trabalhar como este princípio.

Para terminar, agradeço muito aos dois Srs. Deputados pela interpelação oral, graças à qual tivemos oportunidade de apresentar aos Srs. Deputados na AL o nosso princípio e atitude em matéria de aplicação das leis. Tal como de costume, continuamos a aceitar atenciosamente a vossa fiscalização e críticas.

Obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Ouvi a resposta detalhada e substancial do Sr. Director Wong à interpelação oral apresentada em nome do Sr. Deputado Chan Meng Kam e em meu nome. Isso demonstrou que tem sentido de responsabilidade.

Qual o essencial contido na nossa interpelação oral? Do passado até ao presente, em Macau, vê-se em muitas ocasiões que a PJ manifestou respeito pela aplicação das leis, pela investigação de crimes incluindo combate aos crimes relacionados com a droga. Isto é verdade. Mas por que razão apresentámos ainda esta interpelação oral? Porque na realidade, se algumas palavras tivessem pouca importância, se não tivessem provocado reacções... pois, cada um tem reacções diferentes. Vimos de facto que, aparentemente, houve uma tendência decrescente dos casos relacionados com a droga que foram investigados e combatidos. Mas tal como o Sr. Director disse muitas vezes: se este problema fosse ignorado pela sociedade...por exemplo, o caso ocorrido em Abril foi grave; o caso ocorrido em Maio foi o maior de todos, pois o valor da droga apreendida, que entrou em Macau, foi no valor de 200 milhões de patacas. Na nossa opinião, se todos não derem mais atenção e cooperação na matéria relativa ao tráfico da droga por adolescentes... como todos têm filhos, este é um assunto comum. Portanto, apresentámos com muita seriedade esta interpelação oral. Esperamos que sejam aplicadas medidas com mão pesada pela PSP e pelos serviços aplicadores da lei. Porque se não fosse revista a política criminal nem a lei que regula o combate aos crimes relacionados com a droga, por mais que se trabalhe, nada se adiantava. Em 2005, o Sr. Deputado Chan Meng Kam e eu sugerimos já rever a lei reguladora do combate aos crimes relacionados com a droga, sendo preciso apresentar uma proposta de lei. E depois no mesmo período, as autoridades apresentaram uma proposta de lei para a revisão da respectiva lei. A droga faz com que a sociedade, incluindo as próximas gerações... se não efectuar a revisão da lei, a partir da origem... hoje em dia, em todo o mundo, ser traficante e passar tempo na cadeia tornou-se uma profissão. Qual é o essencial da nossa interpelação oral? A nossa citação das palavras do Sr. Director, do Ministério Público e dos problemas

sociais tem por objectivo chamar a atenção para efectuar a revisão da lei. Portanto, quero saber quando é que as autoridades vão efectuar a revisão da lei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Wong. Qual de vocês?

Director da Polícia Judiciária, Wong Sio Chak: O que preocupa o Sr. Deputado Ung é também o que nos preocupa.

Antes já tinha dito que, nos anos de 2004 a 2009, realçámos constantemente, em ocasiões diferentes que combater os crimes relacionados com a droga requer a atenção de toda a sociedade. O Sr. Deputado Ung também falou nisto. No ponto 6 da nossa resposta, deixámos muito claro que isto é uma responsabilidade a assumir por toda a sociedade, e não apenas pelos serviços aplicadores da lei. Em relação à revisão da lei, sendo um serviço aplicador da lei, damos todo o nosso apoio e articulação. E esperamos que a revisão seja feita com eficácia.

Quero ainda dizer mais, combater os crimes relacionados com a droga é um trabalho muito ingrato. Por exemplo, se conseguimos combater muitos crimes, dizem: porque houve mais crimes, por isso, conseguiram mais. Nunca elogiam: graças aos esforços da PJ, foram desmantelados tantos casos. Mas se os números dos casos foram menos, dizem: a PJ não fez nada. Ou seja, quando os números dos casos são menos, dizem logo: estamos a esquivar-nos à nossa responsabilidade. Portanto, acho que para a parte da polícia, este é um trabalho ingrato. Mas qual é a nossa atitude? Mesmo que haja apenas um caso, temos igualmente responsabilidade, fazemos o nosso trabalho e damos toda a articulação e apoio à revisão da lei.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Directores,

Caros Colegas:

Em relação à questão da droga, temos de ver com calma qual é a origem. Acho que isto é um problema social. O Governo da RAEM chegou verdadeiramente a estudar quais os motivos que levaram ao consumo da droga pelos adolescentes? A questão é muito simples, falei com adolescentes: eles não têm oportunidades de praticar actividades saudáveis na escola, porque há falta de campos de futebol. É muito importante haver campos de futebol. No meu tempo, havia mais campos de futebol, onde passávamos tempos livres. Independentemente de ser um problema social, os adolescentes têm falta de oportunidade de passar os seus tempos livres. Assim, torna-se mais fácil ficar seduzido para consumir droga.

Há escolas que, tomando conhecimento da existência dos problemas, ficam com braços cruzados, pois querem manter o seu nome. Assim, quando sucedem problemas, é necessária a intervenção da PJ e PSP, mas já é tarde. Qual a decisão mais fácil para as escolas? Expulsar os alunos infractores da escola. Sendo expulsos, os alunos ficam sem escola para os acolher, tornando-se um problema social.

Terceira questão. Quero perguntar aos Srs. Directores: por que razão os menores são autorizados a passar sozinhos fronteira para ir

ao interior da China? Porquê? Vi isto com os meus olhos! Outra questão, no aeroporto foi instalado um aparelho de raios-x, mas acho que onde há maior urgência de instalar um aparelho raios-x é no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e a seguir no Terminal Marítimo do Porto Exterior. Agora a droga é transportada para Macau de forma intensiva para vender aos jovens. Ouvi dizer que muitas pessoas idosas fazem este “trabalho”. Portanto, acho que esta medida é muito eficaz, devendo instalar o mais cedo possível um aparelho de raios-x no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco.

Para terminar, as pessoas já viciadas em droga trocam entre si seringas, o que é de facto um problema. Quanto a isso, apesar de as opiniões na sociedade divergirem, este problema tem de ser resolvidos. Como garantir a não transmissão da SIDA, trazendo mais problemas à sociedade? Espero obter...

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo:

Em relação aos malefícios causados pela droga aos adolescentes, estou completamente de acordo com a afirmação de que, além dos esforços dos serviços aplicadores da lei, toda a sociedade deve assumir a responsabilidade, tendo cada um de desempenhar as suas funções, assumir a sua responsabilidade.

Na AL muitos colegas mostraram-se preocupados com o crescimento dos adolescentes, por serem o nosso futuro. Admitamos que nos últimos anos, devido ao desenvolvimento económico acentuado de Macau, o jogo e a droga nascem com se fossem gémeos. Ao longo de anos, o sector educativo tem andado muito atento. Quanto a isso, acho que se deve rever o mais cedo possível a lei da droga. Sei que a Comissão de Luta contra a Droga tem debatido esta matéria, e manifestou também já ter chegado a um consenso, especialmente aumentar a pena ao instigador. Porque muitos adolescentes são instigados a traficar a droga. Quanto a isso, que ideia tem o Governo?

Por sua vez, acho que é importante a cooperação entre a polícia e a escola, entre a escola e as famílias, ou seja, isto não é apenas com os serviços aplicadores da lei. Um colega meu disse que as escolas não se preocupam em realizar actividades para os menores. Mas nos últimos anos, graças ao Fundo de Desenvolvimento Educativo criado pela DSEJ, as escolas organizam muitas actividades extra-escolares com apoio de muitos coordenadores das actividades extra-escolares. No entanto, temos de admitir que a sociedade mudou, o sentido do valor dos adolescentes está distorcido. Há também muitas famílias onde os pais trabalham, chegando casa à noite e assim os menores não têm ninguém para cuidar deles. Deste modo, ficam vulneráveis à influência dos amigos. Este problema deve ser resolvido por toda a sociedade. Antigamente era enviado o grupo de acompanhamento de menores às escolas para intensificar a comunicação e ligação. Mas, segundo as escolas, nos últimos anos o tal grupo não tem ido às escolas e até este ano, em que se descobriram alguns alunos traficando droga, é que o referido grupo voltou a contactar imediatamente as escolas, uma atitude de “só cavar o poço quando sentir sede”. Por que razão não estabeleciam um mecanismo permanente? Segundo algumas escolas, há alunos que consomem ou traficam droga, mas as escolas desconhecem, talvez seja por causa de...

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Srs. membros do Governo:

Vi hoje que o Governo dá imensa atenção a este problema, porque sobre este tema, desta vez estão presentes mais directores: IAS, DSEJ, PJ, PSP e DSAJ. Isto significa que o Governo dá muita atenção. Por isso, quero perguntar ao Governo: qual a sua atitude, quanto à revisão da lei? Actualmente as penas são mais leves comparadas com o território vizinho: um pouco mais de dez anos de prisão. Quanto a isso, que ideias tem o Governo? Ou seja, pensou em rever o Código Penal? Esta é a primeira questão.

Segunda questão. O seguimento que quero dar é: agora descobriram... o Governo já descobriu casos em que se consome droga em casa. Ou seja, a droga é consumida nos edifícios, sendo muito difícil detectar-se. De que medidas dispõe o respectivo serviço? Porque não se pode bater a porta das residências particulares, e então como fazer? Esta é a segunda questão.

Por sua vez, os jornais noticiaram que alguns alunos consumiram e traficaram a droga numa escola. A escola em questão comunicou à DSEJ, de que medidas a DSEJ dispõe para orientar o director da escola a lidar com o assunto, ou a DSEJ participou directamente à polícia? Gostava de saber quais os métodos que ensinaram à escola para lidar com o problema.

Agora em cada escola, o número de assistentes sociais é reduzido. Pensou em contratar mais assistentes sociais? Cada escola tem um assistente social para centenas de alunos, isto é muito difícil para o assistente social. Pensou o Governo dar mais apoio aos assistentes sociais? Além de contratar mais assistentes sociais, de que medidas dispõe para apoiar os assistentes sociais? Como é que o Governo vai dar apoio às associações que realizam actividades de luta contra a droga? De que medidas dispõe para apoiar assistentes sociais que prestam um serviço extensivo ao exterior? Quanto a isso, gostava de ouvir opiniões do Governo sobre isto.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas,

Srs. membros do Governo:

Quando não há nem um ladrão, não se pode censurar a polícia por não ter detido ninguém, nem por ser incompetente. Mas quando há ladrões em todo o lado, e ninguém é detido, não se pode provar que a polícia é eficaz. Os dados servem para espelhar muitos problemas, mas o mais importante é a realidade da sociedade que prova melhor os problemas.

Quanto a isso, acho que o Governo dá bastante importância. Em 4 de Junho, recebemos a resposta à interpelação do nosso colega Deputado, enviado pelo Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança, Wong Chun Fat à AL, na qual se refere que a produção e

o tráfico da droga são punidos com a pena máxima de 16 anos. Quanto aos infractores, ou seja os menores cometendo crimes relacionados com a droga são punidos com a pena máxima de 21 anos. Acredito que o Sr. Director sabe bem a resposta.

Quero perguntar sobre a pena máxima. Quais os dados? Ou seja, quantos casos é que foram condenados à pena de prisão de 16 ou 21 anos, para produzir efeitos dissuasórios? Ou será que ninguém foi condenado à pena de prisão de 16 ou 21 anos? Quero saber se a situação é grave ou não através dos dados sobre casos condenados.

Segunda questão é sobre impedir adolescentes de consumir droga ou de transportar a droga para Macau, a partir da origem. A carga de trabalho dos agentes policiais é bem pesada: passar multas, bloquear vias públicas. Sei que os agentes policiais da linha da frente andam muito ocupados, especialmente, como o Sr. Deputado Pereira Coutinho referiu, nas Portas do Cerco, Gongbei, maior fronteira de Macau. Passo frequentemente pela fronteira, mas não sei se foi por incidência ou não... perguntei ao comandante-geral Lei Sio Peng: porque é tão raro ver cães farejadores? Não sei se não calhou ou não. Na fronteira há de facto muitos passageiros, os funcionários dos Serviços de Alfândega fazem controlo aleatório. Quanto a isso, o comandante-geral, Sr. Lei, disse haver falta de espaço para cães farejadores, explicou isso ou aquilo sobre os cães farejadores. Espero que o Sr. Comandante-geral Lei venha a aproveitar cães farejadores para dar articulação ao trabalho dos Serviços de Alfândega. Pode primeiro instalar aparelhos de raios-x no posto fronteiriço das Portas do Cerco?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Directores,

Srs. membros do Governo:

Quero dar seguimento a umas questões.

Primeira questão. Actualmente a maioria da droga é importada. O Sr. Director acabou de dizer que Macau se tinha tornado num entreposto. Assim parece que o tráfico da droga transfronteiriço tem-se tornado grave, nos últimos anos. Quero abordar esta questão do ponto de vista da prevenção contra crimes. Como é que a polícia vai reforçar a recolha de informações? Este é um meio importante, tal como referiu o Sr. Director. Como foi o Director Wong que respondeu a esta questão, então quero perguntar à PJ: pode adiantar mais sobre como vão reforçar esse trabalho? Porque interessa-nos saber que trabalho a PJ tem feito. Acho isto muito importante.

Segunda questão. Quero perguntar: actualmente, as pessoas traficam e consomem a droga em casa, não sei se repararam que há agora um chamado “cantinho da droga” ou seja, há tendência de consumir droga nos bairros comunitários. Recentemente tive contactos com residentes da zona norte, segundo eles, deixaram-se, nas travessas ou becos, objectos para consumir droga. Por isso, ficaram preocupados: iriam transformar-se, aquelas travessas e becos, num “cantinho da droga”? Que problemas vai trazer? Sendo polícia, o que pode fazer, na vertente de mão-de-obra? Por sua vez, diz-se que a polícia está equipada e é gerida com ciência e tecnologia, então pode recorrer a vídeo-vigilância? Na realidade, já falei nisto muitas vezes: deve instalar-se vídeo-vigilância nas travessas e becos, por serem “locais negros” da segurança. Mas parece que os serviços

públicos competentes andam a adiar a sua instalação. Gostava de saber como está o andamento de instalação de vídeo-vigilância, pois disseram que, no 3º trimestre, a instalação de vídeo-vigilância nas “locais negros” da segurança seria feita em 3 fases. Na 1ª fase, foram instalados alguns; na 2ª fase, foram instalados nas artérias principais. Na 1ª fase a instalação foi nos postos fronteiriços, acredito que está em curso essa instalação. O que mais preocupa os residentes são os “locais negros” da segurança, especialmente nas travessas e becos. Gostava de saber do seu andamento e a calendarização.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Caros Colegas:

Ouvi as questões colocadas pelos vários colegas sobre as penas aplicadas aos consumidores de droga. As penas em Macau são de facto mais leves face ao território vizinho. É preciso aumentar as penas para produzir efeito dissuasório. A revisão da lei vigente é morosa, mas como garantir que os adolescentes fiquem livres da droga? No nosso tempo, era impossível haver alunos consumindo droga na escola; era impossível imaginar que alguém transportasse droga do interior da China para Macau, porque seria condenado à morte. Este problema envolve várias vertentes. Exactamente por causa disso, o Governo dá imensa atenção, pois estão presentes aqui representantes de muitos serviços públicos, incluindo os do IAS. Quanto a isso, devemos proceder à sua análise em várias vertentes, tal como referiram os nossos colegas.

Cresci na Rua da Praia do Manduco, o que se via era apenas toxicodependentes em heroína que eram caracterizados por ter os pescoços muito sujos. Então os pais diziam aos filhos: não aprendam com aqueles toxicodependentes. A isso se chama educação familiar. Agora, a sociedade mudou. Há muitas famílias onde os pais trabalham por turnos e eles acham que não há problema, porque dão dinheiro aos filhos e dizem: vão brincar fora, não façam barulho, portem-se bem. Os pais acham que assim já assumem a responsabilidade enquanto pais. A sociedade mudou, esta mudança fez mudar também a forma como são educados os adolescentes. Os docentes e os assistentes sociais devem também mudar o seu pensamento. Porque é que isso sucedeu na escola? Conversei com assistentes sociais, eles disseram que é muito difícil para eles proceder ao acompanhamento, pois hoje em dia os adolescentes consomem droga no interior da China. Por isso, quanto a isso, proponho ao Governo que este problema seja acompanhado juntamente pelos assistentes sociais e pela polícia. Acho demorado, fazer a revisão da lei. Temos de agradecer à polícia, porque se o caso do tráfico da droga não fosse desmantelado, se entrasse em Macau, quantas vítimas causaria? Por isso, agradeço que vocês façam um bom controlo. De qualquer forma, vocês são especializados na matéria, a próxima geração depende de vocês. Deve acelerar-se o andamento da revisão da lei, porque os dados falam por si. Quanto aos assistentes sociais, devem trabalhar de forma interserviços. Discordo da afirmação: não se consegue acompanhar os menores quando os mesmos consomem droga no interior da China. Porque a polícia pode trabalhar de forma interserviços com assistentes sociais em cooperação com o interior da China para aprofundar o conhecimento dos males da droga junto dos menores. Os cantores

exercem também influência sobre os menores, porque os cantores...

Presidente: Temos 15 minutos. Os Srs. Deputados levantaram várias questões. Pode respondê-las de forma resumida?

Tem a palavra o Sr. Comandante Lei Siu Peng:

Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, Lei Siu Peng: V. Exa. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os crimes relacionados com a droga produzem males profundos à sociedade, nomeadamente aos menores. Na fase de crescimento, os menores ainda são imaturos, a sua capacidade para identificar o errado do certo é fraca, são vulneráveis à tentação, de forma que se viciam na droga. Portanto, combater crimes relacionados com a droga é uma das metas da PSP.

Para combater o tráfico da droga deve começar-se a partir da origem. A actuação da PSP é implacável. Nas vertentes de prevenção e combate aos crimes relacionados com a droga, tendo por objectivo prevenir que criminosos tragam droga para Macau, enviamos agentes da Unidade Tática de Intervenção da Polícia com cães farejadores de drogas, estacionados permanentemente nos postos fronteiriços, juntamente com os Serviços de Alfândega, para exercer funções de combate ao tráfico de droga, inspeccionando bagagens, encomendas, mercadoria e indivíduos suspeitos. Além dos postos fronteiriços, enviámos também agentes aos correios para inspeccionar encomendas, de forma a prevenir a entrada da droga em Macau. Desde 2012, a nossa Equipa de busca de drogas do Pelotão Cinotécnico fez 6.194 operações em cooperação com os Serviços de Alfândega, tendo detectado 19 casos, dos quais 18 no Posto de Fronteira das Portas do Cerco e 1 no Aeroporto Internacional de Macau. Nestas operações foram apreendidas drogas de diferentes tipos. Entre Janeiro e Junho deste ano, foram realizadas 3.586 operações de combate à droga. Em cooperação com os Serviços de Alfândega foram detectados 6 casos de posse de droga.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi disse não ter visto cães farejadores de drogas. Já fiz a apresentação: no ano passado, foram desencadeadas mais de 6.000 operações; 3.500 no primeiro trimestre deste ano. Porque não tem visto cães farejadores de drogas? Porque o nosso trabalho concentra-se nas bagagens, encomendas, mercadorias e indivíduos suspeitos. Por outras palavras, os cães farejadores de drogas não são colocados nas vias de acesso dos passageiros nos postos de fronteiras, a detecção é feita de forma aleatória. Houve um período em que os cães farejadores de drogas fizeram detecção junto dos passageiros, mas recebemos muitas queixas: Temos muito medo dos cães! Face às queixas e opiniões, a PSP fez melhorias do seu trabalho, tendo adoptado a forma aleatória para detecção de drogas. Portanto, não é estranho que o Sr. Deputado Chan Wai Chi não tenha visto cães farejadores de drogas, porque não foi escolhido aleatoriamente. Se for escolhido aleatoriamente, espero que não fique assustado com os cães farejadores de drogas.

Sendo um serviço competente para combater crimes relacionados com drogas, a actuação da PSP foi sempre implacável. Especialmente no que diz respeito ao tráfico de droga por menores, dispomos de muitos agentes policiais para patrulhar locais mais frequentados por menores, tais como ciber-cafés, centro de jogos, karaoke, salas de bilhar, campos de basquetebol, jardins. No ano passado, realizámos 1.300 patrulhas aos locais mais frequentados por menores incluindo bares, karaoke, centros de jogos, ciber-café etc. Os indivíduos que eram suspeitos de traficar ou consumir droga,

independentemente de serem menores ou adultos foram entregues ao órgão judicial. No período da saída dos alunos das escolas, enviamos também agentes para vigiar as redondezas das escolas, com vista a prevenir que os malfeitores seduzam alunos para consumir droga.

De forma a prevenir que os adolescentes cometam crimes, achamos que o mais importante deve ser a educação. A realização de palestras nas escolas, é para introduzir conhecimentos de prevenção dos crimes, para que, no crescimento, os adolescentes tenham valores de vida correctos. A PSP fica a par da situação nas escolas, através do mecanismo de comunicação, com vista a prevenir que os malfeitores aproveitem oportunidades para “invadir” as escolas. Entretanto, recolhemos informações sobre adolescentes, através do mecanismo de ligação do policiamento comunitário, das reuniões periódicas com as associações de todos os bairros, das comissões de gestão dos condomínios. Através de palestras como meios de sensibilização, é introduzido aos adolescentes conhecimento dos males do tráfico e consumo de droga, criando um sentido de valores correctos; face aos problemas, estudamos melhorar os métodos, no sentido de intensificar a sensibilização e educação sobre a prevenção da toxicod dependência, bem como combater crimes relacionados com drogas.

Por sua vez, as nossas unidades de policiamento e a nossa equipa de busca de drogas do pelotão cinotécnico realizam aleatoriamente operações anti-crime nos locais de diversões, tais como bares e ciber-cafés, nas quais verificamos a identidade de alguns adolescentes e damos-lhes conselhos; entretanto, alguns indivíduos cuja identidade seja suspeita são convidados a deslocar-se à PSP para uma investigação, especialmente os adolescentes que vadiam nas vias públicas a altas horas da noite, de forma a prevenir a prática de actos ilegais; os pais ou tutores de menores são notificados para comparecer na PSP onde são persuadidos a disciplinar com rigor os seus filhos, para não prejudicar os seus estudos e saúde. Tendo em conta que os meses de Junho a Agosto são férias de Verão, enviamos agentes para patrulhar com maior rigor os locais onde os adolescentes costumam permanecer e passar o seu tempo livre, para realizar trabalho de prevenção, sensibilização e educação e combater o tráfico e consumo de droga por parte de adolescentes, nos locais acima referidos. Para prevenir eficazmente o consumo de droga pelos adolescentes, além de reforçar a aplicação das leis e interceptar a origem da droga, é muito importante a educação na escola e em casa. Estamos totalmente de acordo com a afirmação da Sra. Deputada Ho Sio Kam: cada um cumpre os seus deveres. Esperamos que a PSP, a escola e os pais possam esforçar-se, de mãos dadas, para educar a próxima geração, criando melhores condições para o seu crescimento saudável.

Obrigado.

Presidente: Tem algo a acrescentar?

Chefe do Departamento de Produção Jurídica da DSAJ, Hoi Lai Fong: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Obrigada.

A lei da droga foi produzida pela DSAJ. Vários Srs. Deputados mostraram-se atentos à revisão da lei da droga. De referir que quando apresentámos a proposta de lei “lei n.º 17/2009”, o essencial era a “agravação das penas”. Na altura, a DSAJ, a PJ, PSP, IAS, SS tentaram conseguir o agravamento das penas, mas a proposta de lei que foi aprovada no final prevê que quem produzir droga ou traficar

a droga é punido com pena de prisão máxima de 16 anos. Quanto aos crimes relacionados com drogas praticados por menores, incluindo o crime de instigação a menores, referido pela Sra. Deputada Ho Sio Kam, ou a entrega de drogas a menores, a pena de prisão máxima é de 21 anos e 4 meses. Todas estas penas já foram agravadas, face às penas de prisão previstas no Decreto-Lei n.º 5/91/M. Nos termos do Código Penal vigente, a pena de prisão é de 25 anos e, em situações excepcionais, a pena de prisão é de 30 anos. Por exemplo, para o crime de homicídio, a pena de prisão máxima é de 20 anos; para o homicídio qualificado, a pena de prisão máxima é de 25 anos. De acordo com a lei da droga, depois da agravação, a pena de prisão é de 21 anos e 4 meses. No momento da aprovação da lei da droga, em 2009, a AL teve em consideração a coordenação entre as penas de prisão previstas na lei da droga e no Código Penal. No momento da aprovação da lei da droga, o parecer da comissão disse: agravação das penas pode produzir efeitos de prevenção e repressão dos crimes, mas deve evitar causar desequilíbrio ao Código Penal vigente. Por isso, na opinião da comissão, precisava de ser ponderado com prudência, se fossem agravadas as penas de prisão dos crimes de uma determinada área, era necessário manter especialmente o equilíbrio entre a importância da condenação dos crimes relacionados com drogas e os princípios do Código Penal da RAEM. Estas foram as opiniões da comissão à AL. Portanto, face aos crimes relacionados com drogas, se pretender proceder à revisão da lei da droga agravando as penas de prisão, será necessário rever o mais cedo possível a política penal vigente da RAEM, nomeadamente ter-se em conta o Código Penal. A revisão do Código Penal excede já as atribuições da DSAJ, mas iremos dar articulação aos serviços competentes para a revisão do Código Penal quando for revista a lei da droga.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente Iong.

Presidente do Instituto de Acção Social, Iong Kong Io: Com ainda temos tempo, gostava de apresentar o trabalho feito pelo IAS contra a infiltração da droga nas escolas. Recentemente, a PJ desmantelou o maior caso de droga de sempre em Macau, o que nos chamou mais atenção, por isso, juntamente com os serviços competentes, tomámos as medidas para o problema.

Entre Maio e Julho deste ano, em cooperação com a PJ, este Instituto realizou palestras para ensinar docentes a identificar drogas, e foram distribuídas orientações às escolas para lidar com casos do tráfico e abuso da droga ocorridos nas escolas. Foram 18 escolas inscritas na participação das palestras; foram realizadas 19 palestras contando com 1.630 docentes. Além disso, o Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Problemática da Droga dos Jovens, dependente da Comissão de Luta contra a Droga reuniu-se em Maio, face ao caso de consumo e tráfico da droga ocorrido recentemente numa escola e foram apresentadas as seguintes medidas a curto, médio e longo prazo:

1. Reforçar a sensibilização e serviço de apoio às escolas;
2. Rever a lei vigente e o mecanismo de encaminhamento;
3. Dar mais atenção à educação dos adolescentes no aspecto desportivo e artístico.

Quanto à prevenção da toxicod dependência, através do Sistema de Registo Central dos Toxicod dependentes de Macau, da análise dos

relatórios dos assistentes sociais da linha da frente que prestam o serviço extensivo ao exterior, nota-se que a toxicod dependência dos adolescentes tornou-se cada vez mais encoberta. Especialmente há mais toxicod dependentes que consomem drogas em casa, quebrando a ideia tradicional, ficando em casa, estar seguro em casa. Assim, através dos média, apelamos aos pais para ficar bem alerta, dando mais atenção aos adolescentes em casa. Na vertente prática, desde a mudança da equipa do serviço extensivo ao exterior para a Ilha Verde, as suas instalações foram ampliadas, foram contratados mais assistentes sociais. Espera-se que o serviço extensivo ao exterior obtenha mais apoio da sociedade e que sejam formados mais assistentes sociais dedicados ao serviço extensivo ao exterior, para ensinar aos adolescentes que vadiam fora de casa as técnicas necessárias à prevenção da toxicod dependência, reduzindo o risco de ficarem expostos à tentação dos traficantes. Através do “workshop” de micro-filmes de combate à droga, os pais e indivíduos ficaram a conhecer a situação do consumo de droga por adolescentes em casa; organizámos também encontros para os pais dialogarem abertamente com jovens que deixaram de ser toxicod dependentes, o cenário foi emocional e convincente. Nos últimos anos, foram realizadas mais de 40 sessões de partilha de experiências, contando com mais de 1.500 pais participantes. O respectivo trabalho vai continuando e esperamos divulgar este trabalho nos serviços públicos. Realizámos também sessões na AL para que os pais tomem melhor conhecimento sobre toxicod dependência dos adolescentes.

Quanto às actividades de combate à droga direccionadas aos adolescentes, em Março deste ano, foi apresentado um teatro com temas de combate à droga muito interessante, contando com a participação de mais de 2.000 alunos e docentes. Entre Junho e Agosto deste ano, em cooperação com instituições cívicas, foram realizadas mais de 30 actividades subordinadas ao tema do combate à droga. Recentemente foi realizado o concurso para micro-filmes de combate à droga que recebeu apoio dos jovens e associações. O trabalho dos participantes do concurso está disponível no Youtube e no Facebook. Com um número elevado de visualizações, atingiu o resultado previsto que era contar com a participação dos jovens, por sua iniciativa, e divulgar a mensagem de combate à droga. Em 9 de Julho foi realizada a cerimónia da entrega de prémios.

Para terminar, tal como de costume, o IAS continuará a fazer com empenho o trabalho de prevenção do consumo de droga por adolescentes e o seu tratamento, através de meios flexíveis. Entretanto, agradeço aos Srs. Deputados Chan Meng Kam e Ung Choi Kun pela atenção dada ao trabalho do combate à droga em Macau. São bem-vindos a participar e dar opiniões nas matérias de actividades de combate à droga organizadas pelo IAS.

Como ainda tenho algum tempo, vou apresentar a questão das seringas. Tendo em conta que em 2004 o número de doentes com SIDA subiu subitamente, aplicámos uma série de medidas, das quais, algumas foram para tratar do problema das seringas. O plano de recolha de seringas nos bairros e nas vias públicas foi feito pelas instituições cívicas subsidiadas pelo IAS. Agora, o número de seringas recolhidas mensalmente é de 4.000. Desde 2008, o número acumulado de seringa recolhidas foi de 190 mil. Devido a este plano e ao plano de tratamento com metadona, o número dos toxicod dependentes e dos novos infectados com SIDA tem diminuído nos últimos anos. Ou seja, dos 18 em 2004 desceu para 4; a percentagem do uso comum de seringas desceu de 22,7% para 4%; o número do uso repetitivo de seringas desceu de 66,8% para 16%.

V. Exa. Sr. Presidente:

Tenho dito.

Obrigado.

Presidente: Bom, agradeço aos Srs. membros do Governo pela presença nesta reunião plenária para aceitar interpelações dos Srs. Deputados, bem como responder às perguntas dos mesmos. Concluímos as 5 interpelações. Amanhã, às 3 horas, continuamos com outras 4 interpelações.

Declaro encerrada a reunião plenária.

(Interrupção)

(Sessão de 4 de Julho)

Presidente: Sr. Director Lei, Srs. membros do Governo, Srs. Deputados:

Vamos dar início à reunião.

Na sequência das 5 interpelações orais concluídas ontem, hoje passemos para a 6ª interpelação oral. Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Na recente resposta à minha interpelação, os Serviços de Saúde salientam que: “*Devido à dimensão populacional e à natureza profissional do curso de medicina, actualmente, Macau não possui condições suficientes para a criação de uma Faculdade de Medicina*”. Isto significa que teremos de continuar a depender da importação de pessoal qualificado na área da medicina, e de aguardar o regresso dos nossos residentes depois da conclusão dos seus cursos de medicina no estrangeiro. Mas são inúmeras as faculdades de medicina espalhadas pelo Mundo, e diferentes os regimes e critérios que adoptam, assim sendo, é natural que, para a população, a garantia da qualidade e capacidade profissional do pessoal médico não possa apenas depender do reconhecimento das habilitações académicas, e que seja indispensável a criação de um regime de credenciação profissional, para se conseguir garantir a capacidade profissional dessas pessoas formadas nas mais diferentes regiões.

Segundo a legislação vigente, neste momento a profissão de médico pode ser exercida no sector privado e no sector público, e são distintos os regimes que se lhes aplicam. Para o exercício da profissão no sector privado, exige-se a licenciatura em medicina e a respectiva licença emitida pelos Serviços de Saúde. No caso do sector público, o médico “passa primeiro por um concurso público ao qual se segue um período de formação”. Porém, não existe nenhum regime de credenciação para o exercício da profissão em ambos os sectores, nem critérios uniformizados, e neste momento, os critérios para a emissão de licenças são pouco exigentes na perspectiva das seguradoras, portanto, é difícil para os médicos a compra de seguros ou serem segurados por apólices de capitais seguros elevados. E também está ainda em branco o regime de credenciação das outras profissões ligadas à medicina, como por

exemplo, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, etc.. A sociedade já solicitou, várias vezes, ao Governo, para que aperfeiçoe, quanto antes, o regime de licenciamento dos médicos, a fim de se poder avaliar e reconhecer as respectivas qualificações.

Face ao exposto, interpele sobre o seguinte:

1. No relatório das Linhas de Acção Governativa para o corrente ano refere-se que: “*continuaremos a promover a criação de regimes de qualificação profissional de diversos sectores, designadamente os do pessoal das áreas da acção social, da construção civil e da saúde*”. Os dados facultados pelo Governo no passado referiam que cabia, principalmente, ao “Conselho Médico”, a credenciação profissional do pessoal da área da saúde, no entanto, o respectivo regulamento administrativo tem-se vindo a arrastar no tempo e, até ao momento, ainda nada se vislumbra. Qual é o ponto da situação dos respectivos trabalhos? Quanto à criação e concretização do regime de credenciação profissional para o pessoal da área da saúde, existe alguma calendarização?

2. Alguns cidadãos estão preocupados com a actual insuficiência de pessoal na área da saúde, insuficiência essa que vai aumentar à medida que vai sendo concluída a construção de novos centros de saúde nos complexos de habitação pública, o que vai levar ao aumento do tempo de espera para consultas e à redução da qualidade dos serviços. Apesar de os Serviços de Saúde terem reiterado que iam agir no sentido de formar e de aumentar, por via da contratação, o pessoal médico, o certo é que com o incessante aumento da procura de serviços de saúde em Macau, receia-se que tudo não passe de uma situação do tipo “apagar incêndios com um copo de água”. Os serviços competentes dispõem de algum pacote de planos a longo prazo no que respeita ao quadro de pessoal da área da saúde em Macau? Obrigado.

Presidente: Obrigado. Tem a palavra o Sr. Director Lei.

Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion: Obrigado Sr. Presidente, obrigado ao Sr. Deputado Ho pelas questões.

A composição e as competências do Conselho para os Assuntos Médicos concentram grande atenção dos operadores do sector, portanto, os Serviços de Saúde, durante a fase de produção do regulamento administrativo, tiveram de ponderar e avaliar os mais diversos factores, bem como manter o diálogo com o sector e proceder a uma boa auscultação, a fim de conseguirem o apoio e reconhecimento do sector. Foi por isso que a produção do regulamento administrativo levou mais de três anos. O Governo da RAEM realizou várias reuniões internas e sessões de auscultação, para recolha das opiniões do sector, as associações representativas do sector manifestaram a sua concordância e apoio à elaboração do diploma, e entretanto, no passado dia 21 de Junho, o Conselho Executivo aprovou o regulamento sobre o Conselho para os Assuntos Médicos.

Segundo o artigo 129.º da “Lei Básica”, “*o Governo da RAEM determina, por si próprio, o sistema relativo às profissões e define, com base no princípio da imparcialidade e da razoabilidade, os regulamentos respeitantes à avaliação e à atribuição de qualificação profissional nas várias profissões e de qualificação para o seu exercício*”, ou seja, o Governo da RAEM tem de definir, segundo a lei e por si próprio, os regulamentos respeitantes à avaliação e à atribuição da qualificação profissional nas várias profissões e da qualificação para o seu exercício. Assim sendo, a Direcção dos

Serviços de Saúde é, neste momento, responsável pela atribuição, nos termos da lei, da qualificação profissional para as várias profissões da área da saúde e da qualificação para o seu exercício, bem como pela respectiva avaliação, incluindo médicos, odontologistas, médicos de medicina chinesa, médicos dentistas, mestres de medicina chinesa, massagistas, acupuncturistas, terapeutas, técnicos-adjuntos de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros, farmacêuticos e ajudantes técnicos de farmácia. A comissão técnica criada pela Direcção dos Serviços de Saúde, avalia, nos termos da lei e com seriedade, todos os pedidos e recorre, em caso de necessidade, às instâncias competentes da China Continental, Hong Kong e outros países e territórios para comprovação das habilitações dos requerentes.

Vou apresentar aqui os dados: entre 2010 e 2012, os Serviços de Saúde avaliaram e autorizaram 871 requerentes de qualificação profissional, só não foram autorizados 103 requerentes, isto é, 8,5% do total. Os Serviços de Saúde concordam com a necessidade de criação de um regime de avaliação da qualificação profissional mais rigoroso, e de estabelecer, de novo, o regime de registo dos profissionais de saúde das entidades públicas e privadas, com vista a assegurar a qualidade das práticas e a aumentar a sua aceitabilidade. Assim sendo, podem garantir-se melhor os direitos e interesses dos utentes dos serviços de saúde. Depois da sua criação, pode o Conselho para os Assuntos Médicos avançar de imediato com a discussão sobre o regime de registo dos profissionais de saúde, em conformidade com as suas competências.

Quanto à aplicação de mais recursos no recrutamento e formação para dar resposta às necessidades de cuidados de saúde, com a construção de novas instalações e alargamento do leque de serviços, os Serviços de Saúde estabeleceram objectivos de curto, médio e longo prazos no âmbito da formação de médicos locais e do recrutamento de mais pessoal da área da saúde. Por exemplo, o número de médicos necessários é estimado com base no número de camas, ou seja, entre 2011 e 2020, é necessário formar e recrutar 400 médicos.

No curto prazo, os Serviços de Saúde vão continuar a reforçar as acções de formação e de recrutamento de pessoal, com vista a apoiar o aumento das admissões nas duas escolas de enfermagem. Entre 2010 e 2012, foram contratados 167 médicos (no internato geral e internato complementar de especialidade), 240 enfermeiros e 41 auxiliares de enfermagem. Além disso, este ano vão ser recrutados mais de 200 enfermeiros e mais de 70 auxiliares de enfermagem, e os farmacêuticos, técnicos superiores de saúde e técnicos de diagnóstico a contratar vão ultrapassar as 60 pessoas, tudo isto com vista a responder às reais necessidades.

Os Serviços de Saúde têm desempenhado um papel muito importante na formação do pessoal médico dos três hospitais - Hospital Conde São Januário, Hospital Kiang Wu e Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau - através da realização de cursos teóricos e práticos. Actualmente, são mais de 200 licenciados em medicina que se encontram a frequentar esses cursos.

Para além disso, já estão concluídos os trabalhos preparatórios para a revisão do regime de médico estagiário, que se encontra agora na fase de discussão e auscultação de opiniões dos serviços competentes da área da justiça, prevendo-se para breve a sua entrada no respectivo processo legislativo.

Numa perspectiva de médio e longo prazos, os SS já reservaram espaço no complexo hospitalar das ilhas para a construção de um centro de formação e escola de enfermagem, com vista a reforçar a formação de enfermeiros. Com a futura aprovação e implementação do regime de formação de médicos, os SS vão proceder, com base nos planos, à organização de acções de formação destinadas aos médicos, no sentido de salvaguardar a qualidade dos serviços de saúde de Macau. Obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director:

Fiquei desapontado com a sua resposta. Por quê? Porque aquilo que respondeu tinha sido noticiado nos jornais. O Conselho para os Assuntos Médicos passou a ser um organismo consultivo. O Conselho para os Assuntos Médicos passou a ser um organismo consultivo e reparei nas insuficiências do mesmo, mais logo, quero saber qual será a resposta do Sr. Director. Quais insuficiências? Segundo o plano inicial, o desenvolvimento da actividade profissional de saúde é assegurado pela cooperação entre o Governo e as associações especializadas, mas na realidade é o Governo a liderar. Acredito que isto pode tirar a iniciativa do sector de saúde, em termos de participação, e o seu trabalho não teria credibilidade.

Qual é a segunda insuficiência? O que o Conselho para os Assuntos Médicos tem em falta? Tem em falta a competência para reconhecer qualificação profissional. Não há datas para a elaboração do regime de reconhecimento de qualificação profissional de saúde, porque não ouvi nada disso na resposta do Sr. Director. Esta falta é desfavorável para o desenvolvimento da saúde e planeamento uniformizado dos recursos humanos. Estas são as insuficiências, na minha opinião. Qual é outra insuficiência? A fiscalização do cumprimento dos códigos deontológicos e o tratamento de litígios entre o médico e o paciente são da competência do CAM, mas agora continua a ser exercida pelos Serviços de Saúde. Acredito que a sua eficiência, a sua credibilidade não estão de acordo com as exigências dos residentes. O Sr. Director acabou de apresentar a competência do CAM, mas a meu ver, parece que o Sr. Director não quis deixar essa competência. O CAM passou a ser apenas um conselho consultivo. O Governo não respondeu às questões sobre estas todas as insuficiências. Por sua vez, na resposta do Sr. Director, há uma falta de planeamento concreto e completo a longo prazo para o reconhecimento da qualificação dos profissionais de saúde. Agradeço que o Sr. Director me dê essas suas informações, uma vez que gostava de acompanhar esse planeamento com dados, para analisar se reúne ou não condições de ser executado e funcionar. Está bem?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Lei.

Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion: Obrigado ao Sr. Deputado pelas questões.

Quanto ao CAM, na altura de elaboração do seu projecto, no início, tínhamos proposto que no âmbito das competências do CAM fosse criado um regime de provas e fiscalizado o cumprimento dos códigos deontológicos dos profissionais de saúde. Mas durante a elaboração, recebemos parecer jurídico e tivemos em conta o

disposto no artigo 129º da Lei Básica: O Governo da Região Administrativa Especial de Macau determina, por si próprio, o sistema relativo às profissões. Temos de cumprir a Lei Básica, ou seja, os Serviços de Saúde devem proceder à atribuição de qualificação profissional nas várias profissões e de qualificação para o seu exercício, nos termos da Lei Básica. Com a criação do CAM, iremos passar a matéria relativa ao regime de registo dos profissionais de saúde para debate do CAM. Quando o regime de registo for aprovado, lá deverá estar previsto como efectuar o registo e fazer provas por profissionais das áreas diferentes. Actualmente as provas são feitas por avaliação documental. Mas com o regime de registo a entrar em vigor, os profissionais sujeitar-se-ão às provas para obter qualificação profissional. Portanto, quem realiza provas é o pessoal qualificado. Ou seja, para qualificação do médico, as provas são realizadas pelos médicos, para a qualificação do enfermeiro, as provas são realizadas pelos técnicos. Embora seja o Governo a liderar, as provas e a avaliação são realizadas pelos profissionais de saúde.

Quanto ao plano de formação e de contratação de pessoal, vou passar estes dados detalhados ao Sr. Deputados Ho, embora os mesmos já tenham sido publicados.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director:

Fiquei satisfeito com que o facto de o CAM ir ser criado brevemente. Embora as suas competências não respondam às expectativas, acho que uma longa viagem começa por um passo, é positivo. Antes de mais, manifesto o meu apoio. O CAM integra profissionais de saúde similar do regime de credenciação do território, é positivo, porque excluiu a hipótese de pessoas fora da área mandarem nos profissionais. Dou todo o meu apoio. Quero perguntar ao Sr. Director, poderá publicar com antecedência qual a qualificação exigida para ser responsáveis pela realização do exame das provas para profissionais de saúde? Porque em Macau há muitas associações, se estes responsáveis forem escolhidos das associações, gerava este problema: não sou daquela associação. Como fazer isso com imparcialidade? A escolha seria como as eleições: nomeação, sufrágio indirecto, sufrágio directo? Com a qualificação exigida publicada, quem pretender ser membro, servir a sociedade e tiver curso da Medicina, poderá recomendar-se para integrar o CAM? Esta é a primeira questão.

Segunda questão. O que nos preocupa mais não são os números, mas sim quando vamos ter médicos suficientes no sistema de saúde? Fiz recentemente uma visita à Federação de Médico e Saúde de Macau. Os especialistas, académicos e médicos, contaram-me: o Governo não abriu mais concurso para contratação de pessoal, mas há umas centenas de licenciados em Medicina que não conseguiram ser admitidos. Não sendo admitidos, eles têm de trabalhar noutras áreas, o que causou perda de pessoas qualificadas e as pessoas qualificadas não são correctamente aproveitadas. Há universidades que asseguram formação de médicos de medicina tradicional chinesa; quanto aos médicos de medicina ocidental, quando temos...ainda não temos um instituto de Medicina, como podemos formar profissionais de saúde de forma sistemática? Sob estas duas premissas, afigura-se ser necessário definir a qualificação dos

membros do CAM. Há muitos médicos que pretendem servir a sociedade, integrando o CAM, para se pronunciarem sobre as matérias relativas, não sendo uma participação política. Para as personalidades da sociedade, qual a qualificação para fazer parte do CAM? Com a qualificação publicada, a aceitação e a credibilidade do CAM, será mais fácil chegar a um consenso, reduzindo a contradição social, promovendo a reforma do sistema de saúde.

O exposto que apresentei hoje foram as opiniões proferidas pela Federação de Médicos e Saúde de Macau. Quando está pronto o novo hospital? Atrasos e mais atrasos, mas quando vai abrir concurso para a empreitada? Quando está pronto? Porque a falta de um suporte, como dar formação aos médicos? Seria tardio formar médicos só quando o hospital ficar pronto. Então como? Gostava de ouvir a sua opinião.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Sim, obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director:

Não é só o Sr. Deputado Ho Ion Sang que queria ter esses dados, mas sim outros Srs. Deputados também queriam ter. Por isso, espero que esses dados possam ser fornecidos a todos os Srs. Deputados. Solicito ao Sr. Presidente que, quando seja apresentada uma interpelação oral por escrito, exija ao Governo que nos entregue a resposta escrita, no momento de responder a interpelações orais, com o objectivo de evitar que tenhamos de solicitar ao Governo dados por escrito todas as vezes.

Acho ser necessário acompanhar as duas questões colocadas pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang. Uma das questões é sobre o regime de credenciação. Quando será criado o regime de credenciação? Há uma calendarização? Quanto a isso, o Sr. Director não disse nada a este respeito na sua resposta. O CAM é apenas um organismo consultivo, com o CAM em funcionamento, que regime vai adoptar para fazer a credenciação? Agora, quanto à credenciação, não sabemos se é o Governo a liderar ou os profissionais a liderar. Isto é muito importante, não podendo deixar este relacionamento ambíguo, embora os governantes sejam também profissionais. O artigo 129º da Lei Básica diz: O Governo da Região Administrativa Especial de Macau determina, por si próprio, o sistema relativo às profissões. Mas não tem de ser o Governo a liderar a sua elaboração. Não deve entender desta forma a Lei Básica, acredito eu. O direito à interpretação da Lei Básica não é da nossa competência, mas sim da competência do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, mas para quem saiba chinês deve perceber que este disposto define apenas os métodos da sua elaboração. Por isso, espero obter uma resposta: se o CAM passou a ser um organismo consultivo, então na prática, no futuro, quais os métodos a usar para definir o regime de credenciação? Quando tem uma calendarização da criação do regime de credenciação, permitindo a conclusão do regime de credenciação de qualificação profissional de saúde? Esta é primeira questão.

Na segunda questão do Sr. Deputado Ho Ion Sang, referiu que, com a entrada em funcionamento dos centros de saúde, será preciso mais pessoal. O Sr. Director respondeu com uma série de acções de formação. O que me interessa saber é quando dão fruto essas acções de formação? Por exemplo, no Seac Pai Van, é criado um centro de

saúde, onde se presta serviço primário. Então, quando tiver mais pessoal, o serviço a prestar poderá ser ampliado? Gostava de saber mais a este respeito. Naquela zona não há médicos particulares, os residentes que trabalham não vão poder ter acesso à assistência médica nocturna, quando precisarem. Poderá disponibilizar assistência médica nocturna no complexo das habitações públicas de Seac Pai Van, para dar facilidades aos residentes da zona?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi... tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Srs. membros do Governo:

Em relação à interpelação oral do Sr. Deputado Ho Ion Sang, tenho umas questões a levantar. Primeira questão. Vai o Governo da RAEM ponderar usar o modelo da Associação dos Advogados de Macau para realizar a credenciação? Porque o modelo que a AAM usa funciona bem. O modelo pode servir de referência. Esta é a primeira questão. Segunda questão. Os meus colegas já perguntaram sobre a calendarização, acho importante dizer-nos a calendarização para saber quando temos o regime pronto.

Outra questão. No final da interpelação oral, o Sr. Deputado Ho perguntou que plano tem para colmatar a falta de pessoal de saúde? Na altura do retorno à Pátria, o orçamento dos Serviços de Saúde era no valor de 11 mil milhões de patacas, mas, agora passou para 50 mil milhões. O dinheiro foi gasto, mas o serviço ainda deixa a desejar. Apesar dos esforços, os médicos, os enfermeiros e os auxiliares não têm mãos a medir. Temos de estudar se há falhas na gestão. O Sr. Director não respondeu à última pergunta do Sr. Deputado Ho, fiquei muito desapontado! O Sr. Director referiu haver dezenas ou centenas de internatos de Medicina Geral no estabelecimento hospitalar. Gostava de saber como está a situação dos mesmos. Pode fazer uma apresentação sobre, por exemplo, a duração do horário de trabalho, salários, entre outros? Porque o dinheiro foi gasto, mas o resultado é zero. Há quem diga: eles são explorados com estes salários. Gostava que o Sr. Director esclarecesse este assunto. Porque muitos médicos falaram comigo e estou a recolher informações sobre este assunto. Aproveitando a questão do Sr. Deputado Ho sobre o plano dos assuntos médicos do futuro CAM para melhorar a qualidade de saúde, gostava de aceder a mais informações deste aspecto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Srs. membros do Governo:

Finalmente vai criar-se o Conselho para os Assuntos Médicos. Mas a meu ver, há ainda uma grande distância para chegar às expectativas da sociedade. Primeira questão que vou colocar é: quem vai integrar o CAM? Esta é primeira questão. Segunda questão. O Sr. Director disse que a credenciação dos médicos é feita pela comissão

de avaliação. O CAM é apenas um organismo consultivo, e vai fazer também a avaliação de qualificação para os Serviços de Saúde. Então, pergunto: qual é a diferença? Ou seja, qual a diferença entre essa avaliação e o futuro regime de credenciação? Vai haver também credenciação de médicos de especialidade? Gostava que o Sr. Director nos esclarecesse.

Terceira questão. No território vizinho, nos casos de erro médico, intervém o conselho para os assuntos médicos que suspende o exercício das funções do médico em questão. Neste caso, quero perguntar quem vai executar isto? Será o Sr. Director ou o CAM? Esta é a terceira questão.

Quarta questão. O Sr. Director disse contratar muitos médicos e enfermeiros para o novo estabelecimento hospitalar e aumentar as vagas dos profissionais de saúde a contratar. Então, quero perguntar: em relação ao aumento de vagas, dispõe actualmente de instalações para dar formação a profissionais de saúde? Mesmo que haja as instalações, dispõe de docentes que assegurem a formação dos profissionais de saúde? Última questão. Agora quer contratar centenas de médicos, mas o tempo é suficiente para dar formação aos 400 médicos a contratar?

Obrigada.

Presidente: Pode devolvê-lo, obrigado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

A questão a que quero dar seguimento é sobre a credenciação, porque na interpelação oral foi referido o CAM. Fiquei um pouco preocupada. Primeiro, antes de anunciar os membros a compor o CAM, a sociedade tem expectativa de que os membros do CAM venham a assumir a responsabilidade de credenciação dos profissionais de saúde. Não digo agora se o CAM é ou não apenas um organismo consultivo, o que me preocupa mais é, devido ao desenvolvimento da sociedade de Macau, todos desejavam haver credenciação da qualificação dos profissionais. Trata-se de uma necessidade substancial derivada do desenvolvimento social. Quanto à credenciação dos profissionais de saúde, acho que é necessária actuar com prudência. Porque não se trata apenas de assuntos técnicos, não sendo tão simples como outros. Ou seja, esta credenciação está relacionada com a vida e a saúde dos residentes. O que estamos a pensar é, para a credenciação dos profissionais de saúde, o Governo deve avançar mais um passo. Mas quem é qualificado para a credenciação dos profissionais de saúde? Em Macau há falta de um instituto de Medicina, ou de um serviço que possa dar apoio, além do estabelecimento hospitalar público que tem um mecanismo de avaliação. Devido às exigências resultantes do desenvolvimento social, gostava que nos revelasse um pouco mais sobre a credenciação dos profissionais: quais são as vossas ideias? Não vou acompanhar o CAM. Em relação às vossas ideias, vai o Governo dar confiança aos residentes de Macau, vai o Governo fazer um bom trabalho em termos de credenciação dos profissionais de saúde?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Srs. membros do Governo:

A interpelação oral do Sr. Deputado Ho foca os assuntos médicos e o CAM. Na minha opinião, com o desenvolvimento económico de Macau, desde o retorno à Pátria, os recursos administrativos aplicados nos assuntos médicos são elevados. Mas na prática, a população não ficou nada satisfeita com os cuidados de saúde, porque quando se está doente, o tempo de espera é muito para aceder à assistência médica. Este é um facto objectivo. Na opinião geral, os cuidados de saúde foram melhorados. No entanto, não se deve contentar com a situação actual. Acho que as autoridades devem divulgar, o mais cedo possível, informações sobre o plano de construção do futuro estabelecimento hospitalar e a construção do edifício dos serviços de urgência que está em curso. Tendo o direito à informação e havendo transparência, a população apoiará melhor o trabalho do Governo. De qualquer forma, com o futuro envelhecimento da população de Macau, por um lado, as necessidades de cuidados de saúde aumentarão, mas por outro lado, há falta de recursos humanos. Por isso, o Sr. Director deve trabalhar mais nisto, especialmente na credenciação profissional, tema mais debatido hoje. A credenciação profissional não se limita à sua área de saúde. Quando o Chefe do Executivo esteve presente na AL, levantei uma questão sobre a credenciação profissional. A credenciação profissional pode ajudar a sociedade a progredir, permitir que os jovens qualificados tenham ascensão na área de saúde. Estas são questões essenciais. Por isso, agradeço que fale mais na credenciação profissional de saúde, de forma mais concreta. Porque na realidade, há farmacêuticos e outros da área de saúde que regressam a Macau depois da conclusão dos cursos, mas não foram admitidos. Embora seja necessário fazer estágio clínico, com a credenciação profissional, há um limiar para pessoas qualificadas. Por isso, é preciso haver uma credenciação profissional. Quanto a isso, gostava que o Sr. Director revelasse mais.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo:

Falando nos cuidados de saúde, na interpelação oral do Sr. Deputado Ho Ion Sang referem-se os médicos e enfermeiros, mas além disso, ainda há o pessoal técnico e auxiliar. Qual deles faz mais falta? Esta é a primeira questão. Segunda questão, todos ficaram atentos com a questão da credenciação. No estabelecimento hospitalar, temos médicos de especialidade, nos bairros, temos médicos de clínica geral. No passado, o Governo subsidiou com dinheiro públicos o treinamento de médicos particulares para serem médicos de família. Quando os médicos acabarem estudo de medicina familiar, como vai dar-lhes acompanhamento? Como enraizar a medicina familiar nos bairros? Estas são as questões a que quero dar seguimento. Temos médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares, em qual destes grupos há mais falta de profissionais? Como fará no futuro? Segunda questão. Foi criado o regime de médicos de família, qual a falta é mais sentida em Macau? Gostava que o Sr. Director desse a sua opinião.

Presidente: Vários Srs. Deputados levantaram as questões, tem a

palavra o Sr. Director Lei.

Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Mak perguntou quem assume a avaliação da qualificação dos profissionais. Tal como disse há pouco, são os profissionais de cada área que assumem a avaliação, não sendo por pessoas fora dessa área. Na área da Saúde, a especialização é dividida detalhadamente, ou seja, mesmo que seja uma especialidade grande, é dividida em: Médicos, dentistas, médicos de medicina tradicional chinesa, massagistas, acupunturistas ou farmacêuticos, técnicos de farmácia, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais. No futuro, os médicos especialistas terão de se sujeitar à avaliação. Os médicos especialistas são divididos em: medicina interna, cirurgia, pediatria, ginecologia, cirurgia cardíaca, cirurgia cardiotorácica, cirurgia vascular. Esta avaliação só pode ser feita por médicos muito experientes. Nos Serviços de Saúde, muitos médicos especialistas de diferentes especialidades estão a receber formação. Para compor um júri, precisamos de convidar médicos especialistas de Hong Kong para se encarregar da avaliação. Presentemente, em cooperação com a “Hong Kong Academy of Medicine, para cada exame de especialidade, a “*Hong Kong Academy of Medicine*” envia os seus médicos especialistas para proceder à avaliação. Quando estiver o regime de credenciação em vigor, para ser imparcial, a avaliação será feita pelos profissionais de saúde especialistas locais, incluindo não só os médicos, mas sim também, enfermeiros, técnicos, farmacêuticos, juntamente com pessoas especialistas convidadas do exterior.

Qual a qualificação necessária para integrar o CAM? Tal como referi há pouco, na preparação da criação do CAM, muitas associações especializadas de Saúde foram ouvidas. Na realidade, em Macau as associações da área de Saúde são muitas. Segundo os dados estatísticos, são 65 associações da área de Saúde especializada; 127 associações da área de Saúde de carácter académico; 26 de carácter de promoção de intercâmbio. Em suma, totalizam 218 associações registadas na área da Saúde. Devido à criação do CAM, estas associações da área de Saúde especializada foram ouvidas. Há associações que não são de uma única área especializada, mas sim uma federação composta por várias áreas especializadas. Os representantes da federação estão espalhados por diversas associações e foram também ouvidos. No futuro, destas associações serão escolhidos representantes para integrar o CAM, tendo em conta o número dos associados de cada sector. Quanto aos sectores, o regulamento administrativo que aprova o CAM diz: o CAM é composto por 29 elementos, a saber, médicos de medicina ocidental; médicos de medicina tradicional chinesa; médicos dentistas; farmacêuticos; técnicos superiores de saúde das áreas funcionais laboratorial, radiológica, de reabilitação e dietética; enfermeiros; técnicos de diagnóstico e terapêutica das áreas funcionais laboratorial, farmacêutica. Os representantes são de sete áreas e escolhidos de acordo com a proporção do número dos profissionais de cada sector. Portanto, totalizam 29 representantes. Estamos a preparar o regime de registo dos profissionais de saúde, do qual consta o registo de médicos especializados. O regime de registo a elaborar vai incluir disposições que regulam a disciplina e códigos deontológicos dos profissionais de saúde. Quanto aos erros, a Lei do Erro Médico prevê disposições para avaliar o erro médico. Portanto, o erro será regulado pela lei do erro médico.

No que diz respeito às acções de formação dos profissionais de saúde, as acções são planeadas de acordo com as necessidades dos

cuidados de saúde. Antes já tínhamos um plano a curto, médio e longo prazo. Mais logo, vou distribuir estas informações aos Srs. Deputados. Quanto às instalações destinadas à realização de acções de formação, temos três estabelecimentos hospitalares cujas instalações são insuficientes para formação de médicos e enfermeiros. Ao longo dos anos, convidamos médicos especialistas ou peritos do exterior para serem responsáveis pela formação de médicos especialistas em Macau; ou enviamos o pessoal para o interior da China, HK, Portugal ou Singapura para receber formação. Isto quer dizer que temos falta de instalações para assegurar acções de formação. Por exemplo, enfermeiros, sim, damos apoio às duas escolas de enfermagem para admitir mais alunos, mas a maior dor de cabeça é a falta de instalações para fazer estágio. Antigamente os enfermeiros faziam estágio começando a partir da manhã, mas agora o estágio é dividido em duas turmas, sendo uma de manhã e outra de tarde. Alguns enfermeiros têm de se deslocar aos hospitais do interior da China para receber formação, porque para algumas disciplinas, os enfermeiros têm de receber formação nos hospitais do interior da China.

Face ao regime actual, terá algo diferente o regime de registo dos profissionais de saúde que estamos a preparar? Tal como apresentei há pouco, actualmente o regime de registo é feito por meio de avaliação documental. A avaliação documental é feita pelos profissionais da respectiva especialidade, por exemplo, médicos, enfermeiros, farmacêuticos. Por exemplo, os farmacêuticos são avaliados pelos farmacêuticos. O futuro regime de registo abrangerá os profissionais de saúde quer do sector privado, quer do sector público. A maior diferença entre os dois regimes de registo é: além da avaliação documental, ainda terá que fazer provas. Por exemplo, o regime de registo actual, por exemplo, é apenas um registo de médicos de clínica geral, mas o futuro regime de registo abrangerá também médicos especialistas. Quanto aos enfermeiros, agora o regime de registo actual abrange só enfermeiros gerais, mas no futuro no regime de registo pode haver registo de enfermeiros especialistas.

O Sr. Deputado Lam levantou uma questão sobre a falta de pessoal técnico ou de profissionais de saúde. Bem, a falta mais acentuada é de enfermeiros. Esta é uma falta sentida em todo o mundo. Além de dar mais apoio a duas escolas de enfermagem para admitir mais alunos, de dar articulação aos estágios, a partir do ano passado começámos a cooperar com o IAS. No âmbito desta cooperação, são contratados enfermeiros do interior da China para trabalhar no lar para idosos do IAS. A falta de enfermeiros não se verifica apenas em Macau, mas sim em todo o mundo. Estamos a trabalhar com esforços para encontrar uma solução. Por exemplo, aumentar remunerações, alterar a carreira de enfermeiro, para atrair mais pessoas a serem enfermeiros.

Quanto à calendarização do regime de registo dos profissionais de saúde, tal como referi antes, mal seja criado o CAM, a primeira tarefa será debater o regime de registo. Será debatido o regime de registo, findo o debate, o regime de registo será submetido à apreciação da AL. Por enquanto, é de facto difícil prever o andamento, dado que o âmbito envolvido é muito amplo; como as especialidades são muitas, precisamos de mais tempo para a sua elaboração.

Temos cursos de formação na área da medicina familiar. Quanto à medicina familiar, no fundo são médicos especialistas que trabalham na clínica geral. Os Serviços de Saúde dispõem destes médicos que exercem funções nos centros de saúde. Embora se chame clínica

geral, no fundo são médicos especialistas em medicina familiar. Para aceder a médicos especialistas, é preciso frequentar curso de formação com duração de 3 anos a tempo inteiro. Há anos, em cooperação com as associações na área de saúde, realizámos cursos de formação destinados aos médicos privados. Mas com o referido curso, aos seus formados era dado o conhecimento da medicina familiar. Findo o curso, não quer dizer que os formados passem a ser médicos especialistas em medicina familiar. Por exemplo, agora o curso de formação na área da medicina familiar é de 3 anos, no futuro passará para 6 anos. Assim sendo, será suficiente o tempo para fazer formação de médicos especialistas. Estamos a ministrar cursos de formação de médicos, porque está em curso a alteração do regime de formação de médicos. Antes desta alteração, estamos a ministrar acções de formação. Por exemplo, referi há pouco que estamos a realizar dois cursos. Um deles é o “Curso de Aperfeiçoamento do Conhecimento Clínico” destinado aos médicos internos que regressaram a Macau, com carga horária de 200 horas. Este curso é destinado aos médicos recém-graduados, sendo um curso de apoio, em colaboração com a MUST e a *Hong Kong Academy of Medicine*, com o objectivo de aperfeiçoar o seu conhecimento clínico. Outro curso é o “Curso Avançado de Prática em Medicina Clínica”, este é um curso de estágio em clínica geral. Porque agora nós...

Presidente: O tempo está esgotado.

Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion: Não posso continuar?

Presidente: Não pode continuar.

Bom, está terminada esta interpelação oral. Agradeço ao Sr. Director Lei e aos vários Srs. membros do Governo pela presença nesta reunião plenária.

Aguardem um minuto, passemos para a próxima interpelação oral.

(Saída do hemiciclo do Director do SS Lei Chin Ion e entrada no hemiciclo do Director dos SE, Sou Tim Peng)

Presidente: Sr. Director Sou:

Boa tarde.

Passemos agora para a 7ª interpelação oral. Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo:

O actual modelo de consumo é complexo e variável, verificando-se algumas irregularidades nas vendas, por exemplo, com os preços dos quartos, que oscilam como os do marisco nos feriados prolongados e nas épocas altas, com os preços da hortaliça e da fruta, que aumentam exponencialmente nas épocas de tufão e chuvas, a adulteração dos pesos da hortaliça nas diversas fases de venda por grosso, a cobrança de custos adicionais pelos estabelecimentos de restauração nos dias festivos, etc.. Estas situações são frequentes e vêm-se mantendo ao longo dos anos, sem nunca chegarem a ser resolvidas. Isto demonstra que a actual legislação de salvaguarda dos

consumidores já não produz os devidos efeitos, por isso, é necessário proceder à sua revisão e aperfeiçoamento, em tempo oportuno.

Veja-se o exemplo da cobrança de custos adicionais pelos estabelecimentos de restauração nos dias festivos, com o pretexto de que têm de pagar o triplo do salário diário aos seus trabalhadores, situação que está a agravar-se, porque antigamente cobravam taxas adicionais de 10% que, agora, passaram para 30% ou até 50%, o que equivale a “aproveitamento da vulnerabilidade dos clientes para os roubar”. Este abuso acontece porque não existe regulamentação e, assim, dá azo à criação de um vício de más práticas. Isto também afecta a imagem de Macau enquanto centro internacional de turismo e de lazer, e perturba o equilíbrio do mercado, levando ao agravamento da inflação, situação que não agrada, de todo, aos residentes.

Por outro lado, o pagamento antecipado é cada vez mais vulgar em Macau, forma que é também utilizada por muitas empresas comerciais na venda dos seus produtos e serviços, através desta modalidade as empresas recebem antecipadamente uma importância bastante considerável, e assim podem praticar preços mais baixos para atrair os consumidores que, entretanto, ficam presos durante um determinado tempo. Mas também é frequente a situação de não correspondência entre os bens vendidos e as respectivas amostras, situação que prejudica bastante os consumidores. Caso as empresas fechem, os consumidores dificilmente poderão ser indemnizados. Se Macau quer ser um centro mundial de turismo e lazer, os direitos dos consumidores têm de ser protegidos.

Sendo assim, interpele sobre o seguinte:

1. As actuais formas de consumo são complicadas e estão sempre a mudar, e algumas delas revestem-se de irregularidades que prejudicam, desnecessariamente, os consumidores. O Governo dispõe de algum plano para avaliar e aperfeiçoar a legislação relativa à garantia dos direitos dos consumidores? Existe alguma calendarização para o efeito?

2. Uma das formas de consumo que está na moda é a antecipação do pagamento, praticada em vários sectores de actividade e no dia a dia. O Governo vai estudar sobre a definição de regras de fiscalização, no sentido de reforçar as garantias dos consumidores? Vai, por exemplo, definir um limite máximo para o montante da referida antecipação de pagamento, assim como um prazo de validade?

3. As lojas certificadas foram ganhando fama ao longo dos anos. No entanto, essa certificação não passa de uma mera promessa de honestidade e qualidade no fornecimento de serviços aos consumidores, não havendo lugar a qualquer efeito jurídico, pois nem existem regras concretas. Assim sendo, é difícil garantir os direitos dos consumidores. O Governo vai aperfeiçoar e reforçar a certificação das referidas lojas? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Sou.

Director dos Serviços de Economia, Sou Tim Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Caros Deputados:

Posto que a concorrência entre empresas no mercado comercial é muito forte, os fornecedores de bens ou serviços usam diferentes instrumentos de venda para atrair clientes a fim de obterem mais negócio. Por sua vez, os consumidores têm o direito de considerar globalmente os preços, a qualidade e a forma de pagamento dos bens e serviços prestados pelos fornecedores, bem como a duração dos serviços prestados e riscos que possam surgir, para escolherem o modo de consumo mais favorável e inteligente.

O trabalho relativo à defesa do consumidor que actualmente Macau está a realizar, é fundamentado na Lei n.º 12/88/M (defesa dos consumidores). Além disso, outros mecanismos da defesa dos consumidores encontram-se plasmados em legislações de outras áreas, nomeadamente, nos termos do artigo 12.º (Defesa do consumidor) da Lei n.º 7/89/M, que regula as actividades publicitárias, especifica o não dever das empresas em causarem quaisquer prejuízos morais, mentais ou físicos ao consumidor, determinando que a mensagem publicitária não pode enganar o consumidor quanto às condições de aquisição: É ainda estipulado, no artigo 10.º (Publicidade enganosa) da mesma legislação, a proibição da utilização, pelos fornecedores, de formas publicitárias que, directa ou indirectamente, por inveracidade, omissão, exagero ou ambiguidade, induzam o consumidor em erro quanto às características do bem ou do serviço. O Decreto-lei n.º 50/92/M, que regula a rotulagem dos géneros alimentícios, e o Regulamento Administrativo n.º 17/2008, que estabelece o Regime Geral da Segurança dos Produtos, defendem, respectivamente, os consumidores com base na garantia do direito à informação sobre os géneros alimentícios que pretendem comprar e a garantia da segurança na utilização dos produtos.

Relativamente aos conflitos de consumo pré-pago surgidos nos últimos anos, os consumidores afectados podem recorrer ao processo de pequenas causas cíveis, através do pedido ao Tribunal de Pequenas Causas para obter a indemnização devida, caso o montante reclamado for inferior a 50,000 patacas. As entidades competentes do Governo da RAEM vão acompanhar de perto a dinâmica de desenvolvimento do mercado, utilizando instrumentos e medidas do actual ordenamento jurídico, para reprimir diferentes actos irregulares que possam existir, como a fraude ou indução. A par disso, vai ainda tomar como referência as experiências das regiões vizinhas, na produção legislativa, execução da lei ou de outras experiências relativas às mesmas questões, tendo em conta as necessidades de Macau e a situação real, bem como verificar os assuntos jurídicos e os pareceres profissionais das entidades competentes de outras áreas, âmbitos e técnicas, estudar, aperfeiçoar, actualizar ou estabelecer conjuntamente a legislação vigente, de modo a que, a par de impulsionar o desenvolvimento estável das empresas comerciais e industriais, possa defender eficazmente os justos direitos e interesses dos consumidores. Contudo, é de salientar que os modelos de operação das empresas são variadíssimos, pelo que a Administração não tem intenção de exigir às empresas a utilização de modelos de operação específicos. A prioridade, na execução da lei pela Administração de determinar a existência, ou não, de violações da lei em relação aos modelos de operação das empresas, podendo, assim, proceder à fiscalização de forma adequada e eficaz.

Quanto à optimização dos diplomas legais na área da defesa dos consumidores e alargamento do âmbito da defesa do consumo, o Governo vai alargar a consulta e recolha das opiniões dos

diversos sectores e da população, procurando consensos e rumos sociais adequados. Previamente, o Governo irá divulgar através de vários meios, e reforçar a sensibilização do público sobre os direitos e interesses de consumo, divulgando o conceito de consumo inteligente e racional, e, especialmente alertar os consumidores, para que, antes de tomarem as suas decisões, devam considerá-las prudentemente; quando as informações estiverem incompletas, não deverão tomá-las sem ponderação, devendo em primeiro lugar, reconsiderar, no sentido de evitar propostas de consumo não fiáveis.

Obrigado. Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente, Wong Hon Neng.

Presidente do Conselho de Consumidores de Macau, Wong Hon Neng: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Quanto à questão sobre o consumo através de pré-pagamento, este é um modelo de vendas surgido nos últimos anos em todo o mundo, porque as empresas podem aumentar a liquidez através deste meio de venda, com o objectivo de ampliar o desenvolvimento da sua actividade, favorável para planear a produção; os consumidores podem também combater a inflação através deste modelo de pré-pagamento ou obter benefícios oferecidos pelas empresas.

De acordo com o Código Civil de Macau, é cumprido o princípio da liberdade contratual. O consumo através de pré-pagamento é uma forma de pagamento adoptado com acordo entre as partes visadas. Portanto, presentemente esta é uma forma de venda considerada normal em Macau. Os litígios resultantes disto são tratados como conflitos contratuais, a não ser que estejam envolvidos crimes. O *Consumers International* e a *China Consumer Association* já chamaram o alerta para a existência de riscos deste modelo de pré-pagamento para consumidores. Assim, ambas as organizações apelaram para aperfeiçoar as medidas de protecção dos direitos e interesse dos consumidores. O Conselho de Consumidores de Macau tem vindo a reforçar a sensibilização e educação sobre a venda por modelo de pré-pagamento, junto dos consumidores. Desde Junho de 2010, colocámos anúncios na nossa página, na TV local, slogans na Rádio e nos supermercados, para lembrar aos consumidores que devem dar mais atenção ao risco do consumo em pré-pagamento. O consumidor deve pensar primeiro nas suas próprias necessidades, evitar comprar serviços de longa duração, evitar pagar previamente montantes elevados para reduzir riscos.

Além disso, realizámos estudos sobre os eventuais vícios resultantes do modelo de consumo em pré-pagamento. Por exemplo, em Setembro de 2011, participámos no “Seminário sobre mecanismos de prevenção contra risco resultante do consumo em pré-pagamento nos dois Estreitos” organizado pela Associação de Consumidores da Província de Jiangsu; em Outubro de 2011, na reunião preparatória do “Fórum Anual da União das Cidades para a Protecção dos Direitos do Consumidor” realizada em 2010 em Macau, o nosso conselho apresentou opiniões académicas preliminares. O objectivo é, através dos meios legais ou administrativos, reduzir o risco resultante do consumo em pré-pagamento, para proteger consumidores que estão sempre numa posição frágil. As nossas opiniões foram também publicadas na revista n.º 218 do Conselho de Consumidores de Macau. São bem-vindos a consultar as nossas opiniões e a fazer os vossos

comentários.

Por sua vez, o Sr. Deputado Lee Chong Cheng levantou uma questão sobre as lojas certificadas na sua interpelação. Quanto a isso, presto um esclarecimento. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 7º do Regulamento do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Macau, as lojas podem declarar, previamente, por escrito, que aderem ao regime de regulação por arbitragem dos conflitos de consumo; o n.º 5 diz: “O direito à utilização do símbolo cessa quando o interessado revogue a sua declaração de adesão”. Em suma, é de carácter voluntário a adesão e cessação do mecanismo de arbitragem do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Macau. De acordo com o resultado de avaliação das lojas certificadas em 2012, a 1.045 lojas foi atribuído o símbolo de “loja certificada” de 2013; 14 lojas não passaram na avaliação. Os dados indicam que cerca de 1,1% das lojas não alcançaram os critérios de “Loja certificada”, sendo uma minoria. Ou seja, as lojas que não passaram na avaliação para “loja certificada” são também obrigadas a submeter a julgamento do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Macau todos os eventuais conflitos de consumo em que sejam parte. Portanto, os consumidores continuam a ser protegidos. Quando as lojas certificadas sejam parte dos conflitos de consumo são obrigadas a submeter a julgamento do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Macau, uma vez que essas lojas já declararam por escrito a adesão ao regime da arbitragem. De acordo com as normas e compromissos assumidos pelas lojas certificadas, em relação ao tratamento das queixas apresentadas pelos consumidores, as lojas são obrigadas a acordar com o consumidor, no prazo de 14 dias a contar do recebimento da queixa, a devolução da quantia, a troca do produto comprado ou submissão do conflito ao julgamento arbitral. As lojas que tenham revogado a adesão são obrigadas também a submeter a julgamento arbitral todos os conflitos de consumo ocorridos antes dessa revogação. No caso de se recusar a submeter conflitos de consumo a julgamento arbitral, temos o direito de divulgar o seu nome ao público.

Este conselho efectua anualmente a avaliação das lojas aderentes, incluindo o ambiente das lojas, qualidade do serviço, política de vendas, execução dos códigos deontológicos. Efectuamos a avaliação tendo em conta as queixas recebidas por outros serviços. Atingidos os critérios, às lojas é atribuída a qualidade de “loja certificada” para o próximo ano, com o objectivo de garantir o cumprimento cabal das normas e códigos deontológicos pelas lojas. De qualquer forma, na opinião do Conselho de Consumidores, é bom regulamentar a forma como as lojas operam as suas actividades, para salvaguardar os direitos e interesses dos consumidores.

Tenho dito.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado.

Quando levantei as questões, não estava calmo, mas depois de assistir à resposta do Sr. Director, fiquei muito calmo, muito calmo quanto ao consumo, e muito calmo a levantar-lhe as questões. Segundo a sua resposta, temos o enquadramento legal para proteger os consumidores: a legislação sobre Rotulagem de Produtos Alimentares, a lei que estabelece o regime geral da actividade publicitária. Parece ter uma protecção completa. Então, os problemas que apontei não existem em Macau? Será que as leis são suficientes

para resolver todos os conflitos de consumo? Parece estar tudo perfeito, segundo a sua resposta. Para a protecção dos consumidores, temos um enquadramento legal. Então, quero perguntar: quais as sanções? São praticáveis? Sem operacionalidade nem sanções, não sei o que fizeram, nem sei o que foi multado. Como é a aplicação das leis? Não sei, pode fazer a sua apresentação?

Na sua resposta, disse: o Chefe do Executivo não tem intenção de exigir, por meios administrativos, que as empresas usem de certas formas para operar as suas actividades. Está bem. Mas o Chefe do Executivo referiu as necessidades de fazer revisão das leis e regulamentos de protecção de consumidores, porque é preciso aumentar a protecção. Quero perguntar: decorridos meses, como está o andamento dos trabalhos legislativos quanto à redacção e recolha de opiniões? Quais as opiniões recolhidas? Em que fase se encontra? Qual a calendarização? O Sr. Director não respondeu directamente às minhas questões. Quero saber mais.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Sou.

Director dos Serviços de Economia, Sou Tim Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação às questões do Sr. Deputado Lee Chong Cheng, respondendo-as em duas vertentes. Primeira, o Governo da RAEM trata, com imensa atenção, dos assuntos relativos à protecção dos direitos e interesse do consumidor. Temos leis e regulamentos que regulam o consumo em pré-pagamento. Temos também mecanismos para conflitos de consumo. Os mecanismos que acabei de apresentar constam nas leis e regulamentos, e também expliquei há pouco a sua aplicação. No tocante ao consumo em pré-pagamento, actualmente, não há uma lei específica que regule o consumo em pré-pagamento, uma vez que isto implica uma das formas como uma empresa opera as suas actividades. Compreendemos que, numa sociedade comercial, as empresas procuram, através desta forma, obter uma maior fatia dos negócios nas suas actividades. Por isso, as empresas oferecem ao consumidor benefícios através desta forma. Damos imensa atenção a esta matéria. No que diz respeito ao consumo em pré-pagamento, no passado, os serviços do Governo da RAEM realizaram campanhas de sensibilização e educação para o consumidor ficar melhor informado e pensar bem sobre o risco a correr se optar pelo consumo em pré-pagamento. Penso que o consumidor deve pensar bem nisto, tendo em conta os seus próprios direitos e interesse. Segundo o nosso conhecimento, do modelo de consumo em pré-pagamento resultam muitos conflitos de forma genérica e grave. Estamos muito atentos a estes problemas. Será preciso elaborar uma lei específica para regulamentar esta matéria? Para já, estamos a recolher opiniões, estamos a recolher opiniões sobre isto. Vamos acompanhar a tendência de evolução do modelo de consumo em pré-pagamento; continuamos a recolher opiniões de todos os sectores da sociedade. Damos também seguimento aos problemas que afectam os consumidores. Por enquanto, por enquanto, não vimos a urgência de produzir uma lei específica para regulamentar o modelo de consumo em pré-pagamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Directores,

Srs. Presidentes:

Partilho a opinião do Sr. Deputado Lee Chong Cheng, são protegidos verdadeiramente os direitos e interesse do consumidor pelo sistema vigente? Ou seja, é justo para os consumidores? Isto pode prejudicar a transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Por exemplo, mas antes de mais, quero elogiar o Conselho de Consumidores, porque a todos os casos que lhe sejam apresentados, o CC não falhou em responder por escrito. Mas é lamentável, no uso da palavra no período de antes da Ordem do Dia, eu apresentei um caso relativo à Smartone: o serviço de telecomunicações de um consumidor foi suspenso no 2º dia do novo ano lunar chinês. Para poder aceder, o consumidor teve de pagar despesas em HKD. Apresentei o caso à Autoridade Monetária de Macau, para lhe aplicar sanções. A AMM também disse que a empresa não tinha razão, não devendo cobrar despesas em HKD. Mas até agora, ainda não me deu resposta oficialmente: como vai aplicar-lhe a multa? A Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações também não lhe aplicou multa. Do ano novo chinês até agora fez meio ano, o consumidor em questão está ausente de Macau encontrando-se no estrangeiro. Neste caso, como reclamar? Iria falar mal de Macau, não é? O Conselho de Consumidores respondeu sempre aos casos por escrito dentro do prazo. Mas para o último caso de que falei, a resposta do CC foi aconselhar o consumidor em causa a recorrer a julgamento arbitral. Acontece que nada se pode fazer se a outra parte recusar recorrer ao julgamento arbitral. Verificando o contrato, afinal a Smartone não tinha razão, porque suspendeu o serviço sem justa causa, não sendo justo para o consumidor. Até agora, a outra parte recusou recorrer ao julgamento arbitral e agora como fazer? Há leis em vigor, mas importa o seu desempenho. Quando se verificam problemas, se nada se pode fazer, então, é preciso rever as leis. A competência do Conselho de Consumidores deve ser aumentada, na vertente da aplicação de multas a comerciantes infractores. Se não, como seria garantida a protecção? É verdade! Penso que o caso de que falei ainda está nas suas mãos. Não faz sentido cobrar despesas em HKD, ao consumidor em causa foi pedido que pagasse as despesas, em troca de reabrir a ligação. Como, então? Ajudámos o cidadão em causa batendo à porta em todos os lados, mas não ficou resolvido. E agora diz-se: vão recorrer ao julgamento arbitral. É verdade que a Smartone não tinha razão em cobrar HKD. A empresa não quis recorrer a julgamento arbitral, e nada se pode fazer. Neste caso, como é que os direitos e interesse ficam protegidos? Acho que todos nós devemos discutir o desempenho das leis e regulamentos, não bastando saber quantos artigos ou quantos mecanismos têm. Antes, houve um colega que levantou a questão sobre o pagamento em HKD: porque as lojas cobram em HKD? É um facto: expor o preço de HKD num telemóvel à venda. Pode ser assim em Macau? Não há sanções? Fiz muitas vezes esta pergunta, mas ninguém me respondeu. Diga lá, como é que os consumidores ficarão satisfeitos? O caso em questão sucedeu há meio ano. Citei este exemplo para dizer que é muito mais difícil recuperar o dinheiro no caso de consumo em pré-pagamento! Porque as dificuldades já são tantas, com os casos de consumo que ainda não foi pago previamente. Um colega à AL explicou um caso dele no seu Facebook, perguntei-lhe, mas não me respondeu claramente se o problema foi resolvido ou não. Agradeço que o colega em causa explique se o problema foi ou não resolvido.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

A questão principal da interpelação oral do Sr. Deputado Lee Chong Cheng é como salvaguardar os direitos e interesses do consumidor. Há pouco, os dois Srs. Directores e o Sr. Presidente deram já uma resposta. Acho que hoje seria melhor se estivesse presente na AL o Secretário. Porquê? Vocês não conseguem resolver os problemas devido à falta das devidas competências. Porque disse isto? Primeiro, está em causa uma questão jurídica. A lei n.º 12/88/M que salvaguarda os consumidores entrou em vigor há 20 anos, tal como referiram antes. O disposto nesta lei encontra-se desactualizado, tal como referiu o Sr. Director. Sabe-se que actualmente as actividades comerciais em Macau são cada vez mais, os produtos comerciais são variáveis, o modelo de consumo dos consumidores é versátil. Não obstante, nas disposições da lei que salvaguarda o consumidor, há uma falta. O quê? Falta prever a fiscalização do modelo do consumo em pré-pagamento, e o modelo de consumo na Internet. Nos últimos anos, têm acontecido burlas no consumo na Internet, causando prejuízos de montantes diferentes aos consumidores. Sendo uma cidade de turismo e lazer, acredito que os visitantes falam mal de Macau como cidade de turismo e lazer, depois de regressar a casa. Já falei muitas vezes sobre esta omissão na lei, mas o Sr. Director ainda não sentiu a importância da sua revisão. Voltando ao Conselho de Consumidores de Macau, sempre achei que o CC é um tigre sem dentes, tem boa vontade mas não tem competência. Porque disse isto? Recebidas as queixas dos consumidores, que papel o CC desempenha? Aconselhar ou encaminhar as queixas para outros serviços a resolver. Não consegue mesmo proteger os direitos e interesse dos consumidores. A questão que vou levantar é sobre as atribuições e competência do CC. Se calhar não vão conseguir responder. Porque é que esta questão já foi colocada por muitas vezes, mas os governantes de alto nível ainda não nos responderam? Sucederam problemas uns atrás de outros e ainda não foram resolvidos.

Por sua vez, afigura-se urgente rever a lei que salvaguarda os consumidores. Espero que os dois Srs. membros do Governo transmitam esta mensagem à sua tutela para que, quando estiverem outra vez presentes na AL, os problemas possam ser resolvidos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Srs. membros do Governo:

Em muitos países, o consumo em pré-pagamento é praticado com um período de reflexão de compra. Ou seja, depois da compra do serviço por contrato, num prazo indicado, o consumidor pode dissolver o contrato sem que seja necessário pagar alguma coisa, tendo por objectivo evitar causar prejuízos ao consumidor. Em

Macau muitos serviços incluindo tratamentos de beleza, emagrecimento, fitness, yoga, são de consumo em pré-pagamento por contrato. Vai pensar definir um regime de período de reflexão de compra, à semelhança do território vizinho, para aumentar a protecção do consumidor? Agora, muitas empresas de Hong Kong tentam vender aos residentes de Macau livros, assinatura de revistas ou adesão, por via Internet ou telefónica e os residentes de Macau compram o serviço com cartão de crédito, em consumo em pré-pagamento. Nos casos de conflitos de consumo, os consumidores de Macau não têm meio de apresentar queixas, devido ao problema regional. Quero perguntar ao executivo: este tipo de consumo em pré-pagamento de forma interregional, dispõe de medidas preventivas? Criaram mecanismos de cooperação interregional? O Sr. Director acabou de dizer que quando for oportuno, vai regulamentar esta matéria, tendo em conta o exemplo do território vizinho. Tem uma calendarização?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo:

Dando seguimento à interpelação oral do Sr. Deputado Lee Chong Cheng, levanto umas questões sobre a resposta do Sr. Director.

Primeira questão. Os conflitos comerciais ou conflitos de venda e compra mencionados pelo Sr. Director tiveram origem em umas palavras. Quais? Chama-se informação assimétrica. Sendo entidade de controlo, como conseguir uma informação simétrica? O que foi feito através de instrumentos legais ou da aplicação das leis? Quais as dificuldades? Foram as dificuldades resultantes das leis ou da falta de recursos humanos que levaram à impossibilidade de obter informação simétrica?

Segunda questão. O Sr. Director já referiu: estamos em busca de um consenso da sociedade e do rumo a seguir. Hoje as leis referidas pelo Sr. Director são todas leis com mais de 20 anos, com excepção do regulamento administrativo. Quero perguntar: já passaram 20 anos, quanto a esta matéria de protecção dos consumidores, o que é que falta para chegar a um consenso da sociedade? Em que aspecto não se consegue atingir um consenso, ficando em pólos opostos?

Outra questão. Das leis enumeradas hoje falta mencionar uma – se não me engano – que é a lei n.º 6/96 que regula crimes económicos. Quais os serviços competentes para lidar com este tipo de problemas? Para terminar, o consumidor deve ter calma. Sim, o consumidor queria ficar calmo! Mas se já foi enganado, caindo numa armadilha, como pode? Seria preciso experimentar a toda a vida? Chega cair numa armadilha só uma vez. Mas há sempre quem fique enganado e depois? Não é? Quais as dificuldades a nível legal? O que urge resolver agora? Falou-se no consenso da sociedade, então gostava de saber, o que foi feito para a protecção dos consumidores? O que está a complicar? Onde está a dificuldade para chegar ao consenso da sociedade? Não é? Em termos de aplicação das leis, para conseguir um bom controlo, o que faz falta? Gostava que o Sr. Director nos esclarecesse tudo isto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director,

Caros Colegas:

Não estava no meu plano levantar questões, no entanto, na sequência da sua resposta sobre a compra de serviço pelo consumidor ao fornecedor que é feita por contrato celebrado de livre vontade, quero manifestar as minhas opiniões e ouvir a resposta do Governo.

Sim, há celebração de contrato, celebrado de livre vontade. Acho que o contrato celebrado de livre vontade ou o regime tradicional previsto no Código Civil ajudam pouco a proteger os consumidores. Depois de uma lei produzida, a sociedade vai-se desenvolvendo, tal como muitos colegas repararam: há muitos anos, as leis não foram actualizadas. Já passaram umas décadas, desde os finais do último século e o início deste século. Nestes anos, a protecção do consumidor passou a ser um valor reconhecido amplamente em todo o mundo. Não era preciso perguntar se há ou não necessidade de protecção do consumidor, pois há já consenso em todo o mundo: é precisa a protecção. Exactamente por causa disso, está aqui presente V. Exa. Sr. Presidente do Conselho de Consumidores de Macau. Disseram que o trabalho feito pelo CC não foi nada mau. Mas, para ter ferramentas, é precisa a regulamentação; para fazer alguma coisa, é precisa competência. Primeiro, é precisa a regulamentação, através da qual se tem competência. Se dependesse apenas de contrato celebrado de livre vontade, não seria precisa a lei laboral, não era? Assim chegava o contrato celebrado de livre vontade, não precisava de regulamentar nada, bastava negociar entre as partes interessadas. Mas não pode ser assim. Quero corrigir o seguinte: a lei que protege o consumidor não entrou em vigor há dias, mas sim há mais de 20 anos; a Lei - “Regime jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção” é igualmente uma lei que protege o consumidor. Mas estas leis não são suficientes, não são suficientes, com toda a certeza são insuficientes e há muito ainda por fazer. Por exemplo, consumo em pré-pagamento, contrato-tipo, consumo na Internet, consumo com cartão de crédito são matérias que estão à espera que o Governo venha a submeter propostas de lei à AL, para melhorar, de forma a que os cidadãos possam ficar a par do progresso desta sociedade de consumo. É preciso pensar-se todos os dias em regulamentar as matérias, é isto que justifica porque estamos aqui na AL.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Director:

Em relação à interpelação oral apresentada hoje pelo Sr. Deputado Lee Chong Cheng, na minha opinião, é lamentável não estar presente o Secretário na AL, hoje. Porque os problemas apontados pelo Sr. Deputado Lee Chong Cheng foram uma ponta do iceberg. Tal como referiu o Sr. Deputado Lam, a nossa legislação que protege o consumidor está atrasada. Antes, vários colegas já indicaram que a competência do CC é limitada. É verdade, quem está numa posição frágil é o consumidor. Há matérias que mostram a fraca protecção dos residentes de Macau e dos visitantes. Quero colocar uma questão, levem-na convosco para se informarem e no

futuro próximo venham-nos dizer: quando é que se vai publicar uma lei que proteja o consumidor, com o mesmo nível do território vizinho e dos países ocidentais, e aumentar a competência do CC? Tal como os meus colegas disseram, acho sinceramente que em Macau o julgamento arbitral voluntário funciona mal, porque se as duas partes envolvidas não estiverem de acordo, não há lugar ao julgamento arbitral. Portanto, a parte frágil é o consumidor, ficando sem protecção dos seus direitos e interesse. Há pouco, disse que os problemas foram apenas uma ponta do iceberg, por exemplo, protecção da nossa moeda, há um problema muito grave sobre o uso da pataca. Obriga-se ao uso de HKD em compra de bilhete para viagens de barco, lojas, rendas. O Sr. Director disse existirem leis, regimes. Então onde está o problema? Não seria insuficiente a fiscalização? Há falta de mão-de-obra? Se estes problemas não forem resolvidos nos termos da legislação vigente, estes problemas tornam-se cada vez mais graves, prejudicando o nome de Macau perante turistas. Porque os turistas não têm protecção quando fazem compras em Macau. Seriam inúteis as campanhas promocionais feitas pelos Serviços de Turismo. Nestes casos, espero que num futuro próximo, entre em vigor uma lei que proteja o consumidor.

Obrigado.

Presidente: Vários Srs. Deputados levantaram as questões. Tem a palavra o Sr. Director Sou ou o Sr. Presidente Wong. Tem 15 minutos.

Director dos Serviços de Economia, Sou Tim Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Há pouco, vários Srs. Deputados apresentaram opiniões valiosas sobre o consumo em pré-pagamento e levantaram questões. Vou prestar um esclarecimento a essas questões levantadas.

Houve Srs. Deputados que falaram num caso recente, referindo que o julgamento arbitral não consegue proteger o consumidor. Sim, o julgamento arbitral produz efeito só quando as duas partes estiverem de acordo. Mas além do julgamento arbitral, temos ainda outros mecanismos. Tal como referi na minha apresentação, pode-se apresentar uma acção ao Juízo de Pequenas Causas Cíveis, desde que o montante seja inferior a 50 mil patacas. Vários Srs. Deputados referiram alguns casos, incluindo o problema do uso da moeda. Bem, estes problemas já excedem as competências da DSE e do CC. Vou transmitir a outros serviços competentes estes problemas do uso da moeda.

Manifestaram dúvidas se a legislação vigente consegue proteger bem os direitos e interesse dos consumidores. Com anos de prática, estamos constantemente a procurar proteger os direitos e interesses do consumidor através das leis e regulamentos vigentes. Houve Srs. Deputados que referiram a fraude mercantil. Embora não tenha referido aquela lei na minha resposta, mas esta lei está em vigor. Há pouco um Sr. Deputado falou na lei n.º 6/96/M – a fraude mercantil está prevista no artigo 28º, onde se prevêem as penas de prisão ou multas. Ao longo dos anos, temos aplicado esta lei para fiscalizar esta matéria.

Propuseram consultar os exemplos do território vizinho, para legislar a matéria do consumo em pré-pagamento. Temos andado atentos ao território vizinho para ver como se protegem os consumidores, especialmente como regulamentar e proteger os consumidores em matéria do consumo em pré-pagamento. Temos andado muito atentos, tendo reparado que durante o processo

legislativo, houve divergências sobre como proteger os consumidores em matéria do consumo em pré-pagamento. Reparámos também que propuseram criar um período de reflexão de compra, no âmbito de consumo em pré-pagamento. Reparámos também que nestas reivindicações, há questões controversas por resolver, incluindo o quê? Fizemos levantamento dos dados do território vizinho, incluindo dados sobre o período de reflexão de compra. Será este período de reflexão de compra aplicável de forma uniforme a todos tipos de serviços e mercadorias? Durante o período de reflexão de compra, poderá o consumidor desfrutar das mercadorias e serviços? E se já desfrutou da mercadoria ou do serviço no período de reflexão de compra, o consumidor quer cancelar o negócio, terá o mesmo que pagar despesas pelo consumo? Como definir essas despesas? Foram estas as questões surgidas. Temos andado a acompanhar o trabalho legislativo do território vizinho. Se quisermos aplicar o período de reflexão de compra, teremos de encarar estas questões controversas. Iremos continuar a acompanhar e dar atenção a este progresso.

Houve também Srs. Deputados que referiram o problema relativo às informações. Através dos serviços públicos competentes, incluindo o Conselho de Consumidores, será reforçada a divulgação e promoção das respectivas informações, para que os consumidores tenham melhor noção sobre o eventual risco a correr, nas compras. Os serviços competentes irão divulgar mais informações aos consumidores, minimizando informações assimétricas. Este trabalho será feito pelos serviços públicos competentes.

Quanto à legislação, como referiram, há algumas leis que entraram em vigor há bastante tempo. De notar que não paramos de fazer o trabalho neste âmbito, fazemos este trabalho sem parar. Antes da revisão da lei em causa, antes de produzir nova lei, ou antes de definir como fazer, temos de recolher opiniões com o objectivo de nos inteirar qual a forma melhor a adoptar para melhor proteger os consumidores nos casos de consumo em pré-pagamento. Estamos a acompanhar o assunto com muita atenção, incluindo estudo sobre os casos locais controversos, experiências legislativas desta área no território vizinho. Estes são os trabalhos que estamos a fazer. Por enquanto, continuamos a fazer estes trabalhos.

Falaram em recorrer aos meios administrativos, julgamento arbitral ou acção para resolver conflitos de consumo, protegendo os seus direitos e interesses dos consumidores.

Sr. Presidente, vou convidar o Sr. Presidente Wong Hon Neng a fazer uma apresentação das lojas certificadas ou lojas aderentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente Wong.

Presidente do Conselho de Consumidores, Wong Hon Neng: Está bem, obrigado.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Apresento alguns dados para vossa referência. Primeiro, de acordo com a lei n.º 4/95/M, uma das atribuições do Conselho de Consumidores é proporcionar mecanismos de conciliação, mediação e arbitragem para pequenos litígios surgidos no âmbito da aquisição de bens e serviços de consumo corrente. Em relação ao caso referido

pelo Sr. Deputado Mak Soi Kun, quando não há possibilidade de recorrer a julgamento arbitral, nós recomendámos ao visado que apresentasse uma acção no Juízo de Pequenas Causas Cíveis. Consultámos os exemplos das regiões vizinhas, incluindo Interior da China, HK e Taiwan, onde ainda não há regulamento específico para consumo em pré-pagamento. Vejamos as queixas contra consumo em pré-pagamento nos últimos cinco anos, por ano recebemos 16 queixas deste género. Estas queixas não chegam a ocupar 1% das queixas recebidas pelo CC. Com o desenvolvimento de Macau, existe este problema, mas não é muito grave. Das queixas apresentadas nos últimos cinco anos, o caso mais especial e importante foi o caso da Viva Air em 2010. Naquela altura, recebemos 2.600 queixas; outro caso foi em 2009 sobre um centro de Yoga que foi à falência, nesse caso, recebemos 220 queixas; outro caso foi em 2012 sobre um ginásio que fechou as suas portas, estamos a acompanhar este caso. Estes foram os casos especiais. De um modo geral, de 2008 a 2012, as queixas resultantes do consumo em pré-pagamento não foram graves.

O Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Macau foi criado em 1988. Os casos instruídos pelo referido centro são 473, dos quais 272 foram resolvidos por conciliação, 198 por julgamento, um caso foi interrompido por acordo entre as duas partes.

Acabei a minha apresentação.

Obrigado.

Presidente: Tem algo a acrescentar? Bom, terminou esta interpelação oral. Aguardem um pouco, passemos para a 8ª interpelação oral.

(Saída do hemiciclo do director do SE Sou Tim Peng e entrada no hemiciclo do Director do SAEP, José Chu)

Presidente: A 8ª interpelação oral é apresentada pelo Sr. Deputado Pereira Coutinho. Tem a palavra o Sr. Deputado Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente; Sr. Director; Sr. Subdirector;

A segurança e a estabilidade dos trabalhadores da Administração Pública são pilares basilares de uma administração pública que pugna pela qualidade de Serviços Públicos prestados aos cidadãos.

Há vários anos que tenho vindo a interpelar o Governo, sendo que da última vez foi no dia 24 de Maio de 2010 que interpelei por escrito as razões do não pagamento de horas extraordinárias aos condutores que trabalham para além das 300 horas anuais. Muitos desses condutores queixam que a partir de Junho de cada ano começam a trabalhar de forma grátis, sem qualquer tipo de compensação muitos atingindo 700 horas anuais.

Alguns serviços públicos continuam a exigir aos trabalhadores contratados para exercerem funções administrativas e similares para conduzirem motociclos e automóveis sem qualquer tipo de compensação. Muitos motoristas queixaram que são obrigados a conduzir as viaturas oficiais para deslocarem para as compras no mercado.

Para além desses abusos muitos condutores queixam que são obrigados a comparecer meia hora antes do início do horário normal

do trabalho e quase sempre terminam as jornadas de trabalho para além do definido nos termos legais sem qualquer tipo de contrapartidas.

Nos dias de tufão, devido à falta de transportes públicos, muitos trabalhadores são obrigados a deslocar dos seus locais de trabalho nas suas motas e viaturas particulares sem qualquer tipo de seguro pessoal e danos que venham a sofrer devido às inundações e à queda de objecto, tais como reclamos e outros objectos pesados.

Em suma, estes são alguns dos muitos e principais problemas que têm contribuído para a desmoralização e desmotivação dos trabalhadores ao longo dos últimos treze anos da RAEM.

Assim, pergunto:

Quando vai o Governo começar a por pagar as horas excedentes de trabalho dos condutores dos serviços públicos que muitos deles chegam a atingir cerca de 700 horas anuais em igualdade de circunstâncias com os seus colegas que trabalham nos gabinetes dos titulares dos principais cargos?

Vai o Governo ponderar a instituição do estatuto dos condutores das viaturas públicas com a finalidade de diminuir os abusos acima referidos, que neste momento têm a tendência de aumentar?

Que medidas serão adoptadas para que os trabalhadores, incluindo os condutores, possam ficar protegidos nos dias de tufão e inundações?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director José Chu.

Director dos Serviços de Administração e Função Pública, José Chu: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa,

Exmos. Srs. Deputados:

Relativamente à interpretação oral apresentada pelo Deputado da Assembleia Legislativa, Sr. Pereira Coutinho, vou, agora, apresentar a respectiva resposta.

O Governo da RAEM tem tratado, nos termos da lei, os assuntos relativos ao trabalho extraordinário prestado pelos trabalhadores da Função Pública, equilibrando, tanto quanto possível, o interesse público, os direitos e interesses dos trabalhadores da Função Pública bem como tem promovido uma gestão humanizada.

Nos termos do artigo 194.º e do n.º 1 do artigo 195.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (ETAPM), a prestação de trabalho extraordinário é determinada superiormente e admitida quando as necessidades do serviço o exigirem, em virtude da acumulação anormal de trabalho ou da urgência na realização de trabalhos especiais, podendo ser prestado fora do período normal de trabalho, em dias de descanso semanal ou complementar e feriados e fora do período de turno, se o regime de trabalho for por turnos.

A prestação de trabalho extraordinário é feita em virtude das necessidades concretas do funcionamento do serviço, para melhor cumprir as suas atribuições e para prestar um serviço à população. Os trabalhadores da Função Pública, após a prestação de trabalho extraordinário, nos termos do n.º 1 do Artigo 196.º do ETAPM, são

compensados, ou por acréscimo de remuneração, ou por dedução no horário normal de trabalho.

Atento ao facto da prestação, por um longo período de tempo, de trabalho extraordinário pode afectar a saúde física e psicológica dos trabalhadores da Função Pública, o n.º 5 do artigo 195.º do ETAPM fixa os limites da prestação de trabalho extraordinário em cinquenta e duas horas mensais e trezentas horas anuais, com o objectivo de garantir que os trabalhadores da Função Pública tenham tempo suficiente para descansar e evitar o cansaço excessivo. Por isso, os limites fixados pela legislação vigente são adequados.

Cumprе salientar que a “compensação pelo trabalho extraordinário” refere-se apenas às disposições relativas às formas de compensar o trabalho extraordinário, e “os limites da prestação de trabalho extraordinário” referem-se às disposições relativas aos limites da prestação de trabalho extraordinário, sendo dois assuntos, por isso, distintos.

Com o desenvolvimento rápido da sociedade, a expectativa, por parte dos cidadãos, sobre os serviços públicos tem aumentado cada vez mais, de modo que as exigências em termos de quantidade e qualidade do trabalho dos serviços públicos se tornem, também, cada vez mais rigorosas. Em face desta situação, os serviços públicos precisam que os trabalhadores prestem trabalho extraordinário, e não são raros os casos em que, para assegurar o interesse público, o trabalho extraordinário prestado ultrapassa os limites fixados.

Do ponto de vista de gestão pública e humanizada, somos do entendimento de que, quando a prestação de trabalho extraordinário ultrapassar os limites fixados e for prolongada, para além de afectar o horário normal de descanso do pessoal envolvido, pode comprometer ainda a gestão de recursos humanos e de trabalho. Os serviços públicos devem, em primeiro lugar, tomar medidas de gestão de recursos humanos como, por exemplo, mobilizar de forma adequada o pessoal, melhorar a organização dos turnos, ou recrutar mais trabalhadores para satisfazer o aumento do trabalho.

Se, devido à necessidade de assegurar o interesse público ou por motivos de urgência de trabalho, a prestação de trabalho extraordinário dos trabalhadores da Função Pública ultrapassar os limites fixados, deve-se discutir com o pessoal envolvido para encontrar uma forma adequada de organizar o trabalho e compensá-lo, por exemplo, por dedução no horário normal de trabalho, sob a condição prévia de não afectar o trabalho diário normal.

De facto, as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia determinam que o pessoal de direcção e chefia é responsável pela avaliação do desenvolvimento dos trabalhos do respectivo serviço, a mobilização e o recrutamento de trabalhadores tendo em consideração a situação concreta.

O Governo da RAEM tem implementado um modelo de gestão científica e humanizada, e ao garantir um bom funcionamento e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos, o Governo não deixa de assegurar os direitos e interesses dos trabalhadores da Função Pública e promover, activamente, a gestão centralizada de pessoal no sentido de elevar, de forma contínua, o nível de gestão de pessoal.

Como foi exposto, o ETAPM prescreve as formas de prestação de trabalho extraordinário e os respectivos limites, representando uma regulamentação completa, capaz de equilibrar as necessidades de

trabalho e a questão do descanso do pessoal.

Relativamente ao trabalho prestado por motoristas de alguns serviços públicos que tem ultrapassado os limites fixados, já recolhemos informações junto dos diversos serviços públicos para tomarmos conhecimento da situação. Procederemos à análise da questão e da situação e estudaremos, tendo em conta a situação concreta, as respectivas medidas de resolução.

Quanto às queixas apresentadas por alguns motoristas, sobre os casos em que se vêem obrigados a conduzir os veículos de entidades públicas para fins particulares de funcionários públicos, o artigo 8.º da Lei n.º 7/2002 prevê o seguinte: as entidades do Governo da RAEM que têm o direito a veículo de uso pessoal para satisfação das necessidades de deslocação de natureza particular e os princípios a observar, prescrevendo, sobretudo, que os veículos só podem ser conduzidos pelo titular do direito e a afectação para fins particulares não pode prejudicar a afectação às necessidades do serviço. Os motoristas, tendo conhecimento de casos de uso não adequado de veículos das entidades públicas ou que tenham sido obrigados, por abuso de poder, a tratar dos assuntos de natureza particular, podem denunciar estas ilegalidades aos respectivos serviços ou ao Comissariado contra a Corrupção.

No que concerne à questão das garantias dos trabalhadores durante a época de tufões e inundações, nos termos do artigo 110.º ao artigo 120.º do ETAPM, os trabalhadores da Função Pública lesados por causa de acidente em serviço têm direitos à falta e à assistência médica aprovados pelo Governo da RAEM, pelo que os trabalhadores da Função Pública, tanto no trabalho diário, como na situação em que, devido à necessidade de trabalho, necessitam de trabalhar na ocorrência de tufão e inundações, estão protegidos pelo regime jurídico da função pública. Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Sr. Director Chu:

Fiquei outra vez desapontado consigo. Os condutores do tribunal tiveram os mesmos problemas mas viram os seus problemas resolvidos em tribunal, evitando ser explorados. Porque é que os condutores do tribunal vieram os seus problemas resolvidos se são também da função pública? O SAFP que o Sr. Director lidera já tem três subdirectores, vocês só querem aumentar o pessoal, mas nada foi feito. Porque é que o tribunal conseguiu resolver os problemas? Digo-lhe o porquê: nos termos da lei laboral, os condutores têm direito à compensação, independentemente do número das horas extraordinárias, você tem de lhes pagar! Se quer que eles trabalhem nas horas extraordinária, então pague-lhes! Não tem vergonha de fazer isso? Como era possível dar-me essa resposta?! Deve pagar-lhes pelas horas extraordinárias! Porque é que só os condutores do gabinete do Chefe do Executivo, dos Secretários e do tribunal recebem compensação pelas horas extraordinárias e os outros não? Isto é ridículo! O tempo mudou, muita legislação já se encontra desactualizada. Você tem poder discricionário, consegue resolver estes problemas. Também consegui mandar instalar fibra-óptica em sua casa, mas qual a lei que prevê que você pode mandar instalar fibra-óptica em sua casa? Qual? Diga-nos, qual a lei que permite isso. Por isso, fiquei muito desapontado com a sua resposta dada hoje. Foi apenas para me dar a volta..

Os funcionários que trabalham por turnos não têm garantia, nos feriados legais. A Lei Laboral prevê que o trabalho prestado nos

feriados legais é pago por três vezes o valor das remunerações. Está muito bem estipulado. Mas os funcionários que trabalham por turnos não têm esse direito. Nada, porque não alteravam? Para que serve estar aí o Sr. Director? Não se interessa em alterar a lei, deixando que os funcionários que trabalhem por turnos não tenham direito à compensação quando trabalham nos feriados legais. Eles auferem compensação pelo trabalho por turnos, mas não auferem compensação pelo trabalho nos feriados legais. Porque não alteravam a lei? Está à espera até quando? Até o próximo Chefe do Executivo? Não é admissível!

Ora bem, nos dias de tufão ou inundações, os funcionários têm de trabalhar por turnos, conduzindo o seu carro, eles são obrigados a correr riscos. Você experimentou isto? Muitos funcionários têm de ir ao local de trabalho na sua mota ou carro! Porque não há autocarros e sem isso, como vão trabalhar? Pensou na segurança deles? Há seguro subscrito para eles? Não há! Não há nada! Nada foi feito para eles. Fiquei mesmo desapontado com a sua resposta tão ridícula, dada na AL. Porque os condutores do tribunal viram os seus problemas resolvidos? Porque actuaram de acordo com a lei, porque assumiram a responsabilidade. No fundo, tudo isto é a falta de responsabilização! Deu voltas e voltas e não sei que lei é essa! Os problemas não foram resolvidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Chu.

Director dos Serviços de Administração e Função Pública, José Chu: Discordo das palavras do Sr. Deputado Pereira Coutinho. Primeiro, a Administração Pública tem base legal para compensar o trabalho extraordinário que é feito em duas formas, sendo a primeira, a compensação é feita de acordo com as horas do trabalho extraordinário; segunda, dedução das horas do trabalho extraordinário como dispensa.

Na minha resposta referi que a prestação de trabalho extraordinário tem o limite de trezentas horas. Ou seja, o trabalho extraordinário prestado dentro das 300 horas é compensado nos termos legais, com remuneração ou dispensa. A lei diz também que o trabalho extraordinário fora das 300 horas não pode ser compensado com remunerações, mas não impede dispensa como compensação pela dedução das horas.

De acordo com os dados, no ano passado, 64 condutores provenientes de 18 serviços públicos tiveram trabalho extraordinário fora das 300 horas, que não pode ser compensado com remunerações. Mas para este problema, há várias alternativas, incluindo através de gestão e mobilidade dos recursos humanos, controla-se a ultrapassagem do limite das horas ou compensa-se o trabalho extraordinário com dispensa, através de dedução das horas. Os problemas que você apresentou em 2012 já foram resolvidos, nos serviços públicos.

Os exemplos que apresentou foram muito especiais. Sabemos que há de facto serviços públicos que ainda não adoptaram as formas acima referidas, mas são exemplos muito, muito raros. Não se pode dizer que não existam.

Os 64 condutores que ultrapassaram as 300 horas do trabalho extraordinário de que falei tiveram os seus problemas resolvidos através de outras formas. Mas há um reduzido número de condutores que não podem ser compensados com dispensa através de dedução

das horas, nem remunerações, e também não podem ser substituídos. Por exemplo, um serviço público tem apenas um condutor, este é apenas um exemplo. O Governo da RAEM está muito atento e dá imensa atenção a estes problemas. Reunimos já com os serviços públicos para encontrar uma solução, tendo em conta os dados. A solução encontrada foi: todos devem ser compensados, mas nos termos legais, não podem ser compensados com remunerações, mas sim com dispensa.

Relativamente às questões sobre a prestação de trabalho nos dias de tufão ou inundações, durante a passagem de um tufão, todos os serviços públicos têm as suas próprias situações ou, alguns trabalhadores indicados têm de executar trabalho específico, por força maior. Por exemplo, os trabalhadores responsáveis pela protecção civil. Normalmente, outros trabalhadores não têm de trabalhar nos dias de tufão. Quando é içado o tufão nº 8 há situações especiais que os obrigam a trabalhar. Já pensámos numa hipótese depois de falar com os serviços públicos: os trabalhadores que têm de trabalhar são levados com veículos públicos para o local de trabalho. No entanto, não é fácil quando os trabalhadores trabalham por três turnos, porque são muitos trabalhadores, ao contrário dos trabalhadores responsáveis pela protecção civil, pois o número dos mesmos é limitado. Segundo os dados facultados pelos respectivos serviços públicos, a este grande número de trabalhadores que têm de trabalhar por turnos foram dadas orientações de trabalho. Por exemplo, aquando da passagem de um tufão nº 8 por Macau, os trabalhadores que têm de trabalhar por turnos não precisam de regressar ao posto de trabalho, ao passo que os trabalhadores que estejam em serviço não precisam de deixar o posto de trabalho. Ou seja, continuam a prolongar o seu trabalho. Só quando passar o tufão, é que outros trabalhadores os substituem no turno. Os serviços públicos alugaram, com dinheiro público, salas de descanso ou quartos do hotel de um casino para os respectivos trabalhadores descansarem. Estas são as medidas adoptadas pelo Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas,

Srs. membros do Governo:

Relativamente à ultrapassagem do limite das horas do trabalho extraordinário dos condutores da Função Pública, já apresentei antes uma interpelação escrita. O Sr. Director Chu citou o ETAPM. Mas o ETAPM prevê que estes limites não se aplicam, designadamente, aos motoristas dos Serviços de Apoio aos Gabinetes do Governador e dos Secretários-Adjuntos. Ou seja, estes motoristas não se sujeitam ao limite máximo das horas do trabalho extraordinário, todas as horas do trabalho extraordinário podem ser compensadas com remunerações. Portanto, há excepções entre os motoristas nos serviços públicos. Quero perguntar ao Sr. Director Chu, chegou a estudar sobre dar o mesmo tratamento aos que exercem as mesmas funções, sem discriminação nem diferença?

Segunda questão. Quanto ao excesso das horas do trabalho extraordinário dos motoristas na Função Pública, há três anos atrás, houve já deputados interpelando o Governo sobre este problema. O Sr. Director Chu acabou de referir que está em curso um estudo. Apesar de a maior parte dos motoristas poderem ser compensados

com dispensa através de dedução das horas, o Sr. Director Chu admitiu que ainda há alguns serviços públicos que têm falta de recursos humanos, de forma que não é possível proceder a uma mobilidade humana, portanto, o problema não ficou resolvido.

Face a esta situação, o Governo admitiu a existência desta situação. Como atribuir uma compensação racional como garantia aos motoristas que não podem deduzir as horas para ter dispensa? Acho que esta é uma responsabilidade a que o Governo não se pode esquivar, devendo resolvê-lo. O Sr. Director Chu disse: devido à falta de motoristas em alguns serviços públicos, não há possibilidade de proceder à sua mobilidade. Por isso, o limite das horas é ultrapassado já depois de Julho ou Agosto, mas não pode deixar de se lhes pedir para fazer trabalho extraordinário. Acontece que estando excedidas as horas do trabalho extraordinário, eles não podem ser compensados com dispensa. Acho que é preciso encontrar uma solução para a gestão dos recursos humanos administrativos, não podendo deixar andar. Quero saber se o Sr. Director Chu consegue ou não ainda este ano resolver o problema dos motoristas de diferentes serviços públicos que tenham excedido o limite das horas do trabalho extraordinário, bem como compensar adequadamente os que já tenham excedido o limite das horas do trabalho extraordinário, mas que não tenham recebido uma compensação racional.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Director:

Em relação à interpelação oral do Sr. Deputado Pereira Coutinho, quero saber quantos motoristas é que excederam o limite das 300 horas. Ou seja, qual a percentagem? Esta é a primeira questão. Quero saber também, se chegou a apurar se só em determinados serviços públicos os motoristas excedem permanentemente o limite das 300 horas? Caso estes serviços públicos mantenham permanente esta situação, pensou em aumentar os recursos humanos ou aumentar mais motoristas? O Sr. Director tutela todos os funcionários. Quero saber: nesta estrutura da Administração, quando vai examinar a situação dos funcionários de base? Sempre que eles tenham queixas a apresentar, terão sempre de pedir ajuda aos deputados? Poderá ter alguém que seja capaz de ajudar a resolver os problemas? Como está o mecanismo de queixas? Será que os problemas deles só ficam resolvidos na AL? Gostava de obter uma resposta do Sr. Director.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Director:

Na interpelação oral do Sr. Deputado Pereira Coutinho referiu-se um número, que é 700 horas. Quero saber: houve mesmo motoristas dos serviços públicos que atingiram 700 horas do trabalho extraordinário? Muito exagerado, porque depois das 300 horas, ainda trabalharam outras 700 horas? Quantos motoristas estiveram nesta situação? Segunda questão. Desde o retorno à Pátria, aconteceram sempre problemas com funcionários públicos por causa do trabalho

extraordinário. Agora o que as pessoas vêem... porque há limite para os motoristas, mas não é fácil saber se prestaram ou não trabalho extraordinário. Por exemplo, um serviço público tinha uma reunião, em princípio, a hora de saída é 17h45, mas a reunião começou às 18h00. Então? Neste caso, como se deve conceber o regime de gestão na Função Pública, tendo em conta o desempenho do pessoal? O que quer dizer trabalho extraordinário? Não é? Porque para os motoristas, os problemas são graves, porque há serviços públicos cujos dirigentes andam muito ocupados na vida social, pelo que precisam mesmo dos seus motoristas. Para isso, podia abrir uma excepção, centralizando o trabalho: enviar motoristas para prestar o trabalho extraordinário mediante um pedido por escrito. Pode resolver estes problemas? Porque sobre estes problemas são feitas interpelações com frequência: então, resolveram já os problemas? Não, foi esta a vossa resposta. Então, não ficaram satisfeitos com a vossa resposta e voltaram a interpelar-vos. Então como? Não era? Em relação a este caso, gostava muito de saber a verdade, porquê 700 horas? Foi muito exagerado, não foi? Se calhar os serviços em causa têm um trabalho muito especial. O mecanismo da protecção civil é um mecanismo muito especial. Este mecanismo integra muitas entidades públicas e privadas, não é? As companhias privadas são companhias de autocarros, companhia de electricidade de Macau, SAAM, que são de utilidade pública pertencente à área da protecção civil. Nos tempos maus, nos dias de inundações, tufão, os seus trabalhadores têm de trabalhar. Se não fosse assim como funcionava? Portanto, estes problemas carecem de ser resolvidos. Poderá resolvê-los de forma radical, a partir do regime? Pergunte à sua tutela, porque não ficaram satisfeitos com o seu esclarecimento.

Obrigado.

Presidente: Bom, é a vez do Sr. Director Chu para responder.

Director dos Serviços da Administração e Função Pública, José Chu: A Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi perguntou quantos motoristas é que atingem, por ano, o limite máximo de 300 horas. Segundo os nossos dados, em 2012, houve 64 pessoas provenientes de 18 serviços públicos que atingiram o limite máximo de 300 horas. O Governo da RAEM tem 895 motoristas. Alguns serviços públicos que têm motoristas que atingem 300 horas têm dificuldades de mobilizar a sua mão-de-obra ou dificuldades em compensá-los. Estamos muito atentos a estes problemas. Em relação a estes números referidos nas interpelações apresentadas pelos Srs. Deputados no passado, o Governo anda muito atento a estes problemas que estão a ser tratados.

Nesta fase, na minha resposta dada há pouco, referi que é da responsabilidade do pessoal de chefia e de direcção dos respectivos serviços tratar destes problemas, prevenindo que os motoristas prestem trabalho extraordinário sem limite de 300 horas para outras centenas de horas mais. Já abordámos estes problemas com os dirigentes daqueles serviços públicos, porque os problemas devem ser resolvidos.

A primeira solução: mobilizar os recursos humanos para que não tenham de fazer o trabalho extraordinário permanentemente; segunda, quando fizerem o trabalho extraordinário obrigatoriamente, os mesmos motoristas devem ser compensados. Esta compensação é a dispensa através de dedução das horas de trabalho extraordinário. Isto é permitido nos termos legais, é viável. Quanto ao exemplo citado pelo Sr. Deputado, estamos a procurar na medida do possível uma solução para esse problema pontual.

Quanto ao tratamento a nível de regime, a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi falou no mecanismo de queixas. Não recebemos queixas horas através do mecanismo de queixas, por terem feito trabalho extraordinário de 700. Temos muitos canais de queixas, mas não recebemos essa. Também não temos dados sobre motoristas que prestaram o trabalho extraordinário por mais de 300 horas e que não foram completamente compensados, nem com remunerações, nem com dispensa. Mas sabemos que esta situação existe e estamos a tratá-la.

Esta matéria tem a ver com todo o mecanismo, porque há sector ou tipo de trabalho requerendo a prestação de trabalho nos dias de tufão. Os funcionários públicos têm este dever, têm esta obrigação. Então, quando é obrigatória esta prestação de trabalho, o que temos de fazer é garantir a sua segurança, mas não se pode dispensar esse trabalho, paciência. Na realidade, em todos os sectores, quer funcionários públicos, quer funcionários não públicos, todos têm os seus deveres no trabalho.

Os Srs. Deputados deram boas ideias incluindo como resolver estes problemas a partir do regime, como ajustar melhor as horas de trabalho extraordinário etc. O Governo vai ponderar de forma integral as vossas ideias. Na realidade, o Governo da RAEM já recebeu os responsáveis da Associação de Motoristas do IACM, eles deram também ao Governo da RAEM opiniões valiosas às quais foi dada muita atenção pelo Governo. Estes problemas estão a ser tratados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Bom, aguardem mais um pouco, pois passemos para a 9ª interpelação oral.

Obrigado, Sr. Director Chu.

**(Saída do hemiciclo do director do SAFP José Chu e outros;
entrada no hemiciclo do vice-presidente do Conselho de
Administração do IACM, Lo Veng Tak)**

Presidente: Srs. Presidente Lo. Srs. membros do Governo, Srs. Membros:

Agora, passemos para a última interpelação oral. Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada Sr. Presidente.

Em Julho de 2012, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) lançou o Plano de Reordenamento da Rua da Emenda, o qual incluiu a abertura de uma zona pedonal, desde as 8 até às 21 horas, e a colocação de separadores metálicos nas entradas para esta rua, com pessoal de segurança a vigiar o local, entre outras medidas. Segundo a imprensa e as opiniões que me foram transmitidas pelos proprietários das lojas e vendilhões daquela rua, desde que começou o referido reordenamento, tanto o movimento das pessoas como o negócio têm vindo a ser gravemente afectados, tendo-se registado decréscimos de 50 a 70% no negócio de alguns estabelecimentos comerciais. Alguns dos estabelecimentos tiveram de encerrar, os proprietários venderam as suas lojas e o grande movimento daquela rua desapareceu.

A Rua da Emenda situa-se na zona velha da cidade de Macau, sendo o local onde os residentes iam comprar os seus bens essenciais

e artigos de uso diário. Para proteger este espaço, de que depende a sobrevivência dos vendilhões, e garantir que a população possa dispor de locais mais diversificados para as suas compras, desloquei-me pessoalmente até esta rua para uma visita *in loco*. Além disso, tive encontros com responsáveis do Governo, apresentei uma interpelação escrita e até realizei um inquérito aos moradores, aos proprietários das lojas, assim como aos vendilhões daquela zona, entregando depois os resultados ao IACM. Depois desses trabalhos, o IACM respondeu-me afirmando que “*desde que começou o reordenamento da Rua da Emenda, o projecto contou com o reconhecimento e o apoio da sociedade... registando-se um equilíbrio de todas as partes interessadas...*”. Trata-se de uma afirmação que ignora a opinião da população. Assim, interpele sobre o seguinte:

1. No passado mês de Fevereiro, o meu Gabinete inquiriu 189 comerciantes, e os resultados mostraram que, de entre este número, 153 (isto é 80,9%) acham que o fluxo de pessoas e o volume de negócios diminuiu após o plano de reordenamento, numa média de 41,9%. Posteriormente, entreguei estes dados ao IACM, por escrito, para o Governo poder rever o resultado das medidas implementadas. Mas, em resposta, o IACM referiu que: “para efeitos de revisão da eficácia dos trabalhos do plano de reordenamento,... e para que esta questão possa ser vista pela perspectiva de uma terceira parte, delegámos numa entidade académica a tarefa de fazer uma investigação e uma análise completa ao plano de reordenamento, recolhendo os respectivos dados e informações”. Atendendo ao exposto, os trabalhos da respectiva análise já começaram? Quais foram os resultados? O Governo vai dar a conhecer os dados e os resultados dessa análise?

2. Segundo os resultados dos inquéritos realizados pelo meu Gabinete, os cidadãos, lojistas e vendilhões consideram, em geral, que o horário de funcionamento da zona pedonal, entre as 8 e as 21 horas, é demasiado longo, esperando que o Governo efectue um ajustamento razoável. Mas, seja como for, na resposta à minha interpelação escrita e às sugestões apresentadas, o IACM evitou falar sobre o assunto. Será que os serviços competentes insistem em não introduzir ajustes no horário de funcionamento da referida zona?

3. O IACM afirmou que vai, após a revisão dos resultados dos trabalhos do Plano de Reordenamento da Rua de Emenda, procurar o rumo dos trabalhos de acompanhamento da próxima fase. De facto, essas micro empresas de Macau e os respectivos comerciantes estão a assumir grande peso e pressão na exploração do negócio, por isso é difícil assumir as perdas a longo prazo. Quando é que o Governo vai definir o rumo dos trabalhos de acompanhamento da próxima fase? Qual é o conteúdo concreto dos referidos trabalhos? Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente Lo.

Vice-presidente do Conselho de Administração do IACM, Lo Veng Tak: Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa

Exmos. Srs. Deputados:

Relativamente à interpelação oral apresentada em 27 de Maio do corrente ano, pela Deputada Chan Melinda Mei Yi, cumpre-me responder o seguinte:

Este Instituto adoptou medidas transitórias, em Julho do ano

passado, para realizar uma série de trabalhos de reordenamento e embelezamento de cinco ruas, incluindo a Rua da Emenda. Em paralelo, tem vindo a proceder à recolha, sem interrupção, das opiniões das diversas partes através de diferentes canais. É de referir que o facto de encarregar uma instituição académica de efectuar, de forma faseada e contínua, a recolha de opiniões é apenas uma das vias para estar a par das opiniões, com o objectivo de conhecer no que respeita ao reordenamento, a partir da visão duma entidade independente, as opiniões e sugestões dos cidadãos, compradores e comerciantes. Iremos congregiar as opiniões recolhidas através de diferentes canais tendo em vista a sua análise para melhorar de forma contínua os trabalhos de reordenamento.

A criação duma zona pedonal contribui para resolver a questão de conflito entre peões e veículos da zona em que as referidas vias públicas se inserem, sendo uma das medidas importantes destinada à salvaguarda da segurança dos peões e à redução das emissões dos automóveis, por forma a melhorar o ambiente para compras e circulação pedonal. O horário de funcionamento da zona pedonal em vigor foi estabelecido depois da auscultação das opiniões e solicitações dos interessados daquela zona e mediante o equilíbrio dos interesses. Contudo, iremos continuar a ouvir as opiniões das diversas partes daquela zona para proceder à revisão de forma atempada, no sentido de acompanhar os passos do tempo.

Ademais, continuaremos a coordenar com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego sobre a procura de locais adequados à instalação dos lugares de estacionamento com parquímetros para motociclos, no sentido de facilitar aos cidadãos fazerem compras na mesma zona, para além de dar continuidade à melhoria gradual dos equipamentos físicos das cinco ruas de que a Rua da Emenda faz parte, como por exemplo, colocação de decorações para aumentar a atmosfera festiva e placas indicativas em locais adequados no redor da zona, consoante a situação real.

É com uma atitude aberta que este Instituto ausculta as opiniões e solicitações dos interessados, inclusivamente os cidadãos, compradores, comerciantes e vendilhões. No futuro, continuaremos a seguir o princípio de salvaguardar o interesse público, otimizar de forma contínua o reordenamento e encontrar, tanto quanto possível, um equilíbrio entre os diferentes interesses, sob pressuposto de assegurar a segurança pública. Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Em Fevereiro, preparei um relatório que foi enviado para o IACM e também fui recebida pelo Presidente Tam. Mas como agora o Presidente Tam ficou com as funções suspensas, com as funções suspensas, com as funções suspensas. Na altura, ele prometeu incumbir uma entidade de realizar um estudo. Na sua resposta, também foi referido que foi incumbida uma terceira parte de realizar o estudo. Quero perguntar se pode publicar o nome dessa terceira parte independente. Quando vai incumbir essa entidade? Quando pode publicar os dados? Estas são as respostas que quero ter.

Até presente data, o reordenamento fez quase um ano. Diz-se que é uma obra de imagem. Sim, está certo, a zona ficou mais bonita, porque ninguém passa por ali, é claro que está mais bonita. Só que enquanto pensavam no embelezamento físico e na segurança da zona, pensaram também nas condições de operação das actividades dos vendilhões? Porque não queríamos ver que só quando a zona ficar

deserta, é que o Governo virá planear a revitalização dos bairros antigos, que implicaria elevado montante do dinheiro. Quero perguntar: Decorrido já um ano, qual a vossa avaliação do resultado do plano de reordenamento? Quando farão uma revisão? Há pouco, referiu arranjar lugares de estacionamento para motos. Já fez um ano, quando vai disponibilizar lugares para os residentes estacionarem as suas motos, no sentido de facilitar as compras na zona? Porque se os residentes fizerem compras noutras zonas que tenham maior conveniência, os residentes não voltariam para esta zona. Então quem pagaria estas indemnizações? Se o Governo deixar de ponderar sobre estes factores... agora a situação é muito desfavorável para as pequenas, médias e micro empresas. Quero perguntar: face a estes factores, como vai tratar dos problemas?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente Lo.

Vice-presidente do Conselho de Administração do IACM, Lo Veng Tak: Obrigada, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Chan perguntou outra vez sobre a recolha de opiniões realizada por uma entidade académica. Esta recolha de opiniões teve início em finais de Maio, sendo uma recolha de opiniões continuada e faseada, com o objectivo de recolher as opiniões sobre o reordenamento, das partes interessadas, incluindo os vendilhões, compradores e residentes. Faremos comparação das opiniões recolhidas de forma faseada.

Está em curso a recolha de opiniões, de forma que não é possível publicar o resultado. Perguntou se pensámos nas condições de operação de actividades e qual o rumo do nosso trabalho. Com o início da obra do reordenamento da Rua da Emenda, está em continuação a obra de beneficiação e optimização. A obra de optimização e beneficiação visa transformar-se a rua em causa numa rua onde as pessoas tenham um bom ambiente para fazer as suas compras, os vendilhões tenham um bom ambiente para praticar a sua actividade comercial.

Quanto ao nosso trabalho feito, tal como disse há pouco, continuamos a negociar com a Direcção do Serviços de Assuntos de Tráfego no sentido de disponibilizar espaços para parquímetros de motos. Nas redondezas da Rua da Emenda estão já disponíveis 7 parquímetros de motos e, recentemente perto do Mercado Vermelho, estamos a preparar parquímetros de motos.

Vamos colocar placas de indicação em lugares apropriados, tal como referi antes. Durante o ano novo chinês do ano passado, colocámos iluminações para atrair turistas ou residentes locais para se deslocarem àquela rua para fazer as suas compras. Resumindo e recapitulando, vamos aumentar os suportes de transporte, otimizar as instalações da zona, ordenar as bancas. Através de vários canais, vamos absorver opiniões das partes interessadas que sirvam de base para a realização de obras de beneficiação e optimização.

Obrigado, Sr. Presidente.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Vice-Presidente Lo,

Senhor Ng:

Tivemos contactos por causa dos problemas dos mercados e dos vendilhões. Descobri que vocês são cumpridores, porque nos responderam todas as vezes. Fizeram um bom trabalho. O Sr. Vice-presidente Lo acabou de referir a realização de uma pesquisa sobre a situação da Rua da Emenda, acho que isso é uma condução da acção governativa com critérios científicos. Porque para qualquer regime, importa o seu desempenho e a sua revisão regular. Ouvi também a dizer que, nas festividades, a Rua da Emenda foi embelezada com iluminações. Fizeram isso também na San Ma Lou e noutras zonas. E porque não fazem isso no Mercado Municipal Horta da Mitra? As condições de operação de actividades devem ser iguais, não devendo haver discriminação. Nos fins de semanas e nas festividades, é interdito o acesso de carros à San Ma Lou para a prática de actividades comerciais, tornando as rendas extremamente altas e obrigando as empresas locais a afastarem-se da San Ma Lou. A Rua da Emenda foi reordenada. Por que razão não há passeio para peões no Bairro Horta da Mitra? Há já um ano, ouvi dizer que iriam realizar um estudo, fazer revisão. Eu e os kai fong do Bairro Horta da Mitra deslocá-mo-nos ao IACM há um ano, para lhes solicitar que fizessem um passeio para peões. Até agora, ainda não há data marcada. No mês passado, fomos outra vez ao IACM. Porque fazem discriminação? Não teria violado o disposto no artigo 25º da Lei Básica? É verdade, sabem porquê? Há falta de passeios para peões que dêem acesso aos estabelecimentos comerciais. As condições de operação de actividades...os degraus têm 30 centímetros, como seria se os idosos tivessem caído? Com a falta de passeios para peões, quem sai de casa encontra logo bocas de esgotos. Então como melhorar as condições sanitárias? Há falta de critérios científicos na condução da acção governativa, porque conceberam e planearam assim? Porque é que as bocas de esgotos ficam à saída de casa? Quando chove, a água escoo para zonas mais baixas, então quem sai de casa tem de passar primeiro pela água. Com passeio para peões era diferente, porque as pessoas poderiam andar pelo passeio para peões. Estava certo haver bocas de esgoto ao lado do passeio, mas foram feitos com falta de critérios científicos. Porque é que ninguém vai ver aquela zona, nas festividades? Porque não há ninguém que queira realizar estudos sobre a situação? Há um ano que dizem estar a realizar melhoramentos, mas porque até agora ainda não há data marcada? Acho que a condução da acção governativa com critérios científicos deve ser igual para todos, assim sendo ficariam melhoradas as condições de operação das pequenas empresas. Para as pequenas empresas e vendilhões, é de facto muito difícil operar com mau ambiente sanitário. Os consumidores preferem fazer compras onde haja ar condicionado ligado com decoração de flores e plantas! Não é? Como era possível fazer compras nos estabelecimentos comerciais cuja entrada tenha uma boca de esgoto? Seria impossível de compensar se fossem picados por mosquitos ficando com febre de dengue! Portanto, espero que actuem de forma igual para todos. O senhor é uma pessoa ousada, espero que, acabando de falar, actue logo preparando um passeio para peões. Dávamos-lhe tempo. Quanto à situação sanitária à volta das bocas de esgotos, os vendilhões colocam os seus produtos em cima das bocas de esgotos. Não é impossível proceder à sua limpeza, porque os produtos dos vendilhões são postos em cima das bocas de esgotos, onde geram mosquitos. Também não é possível pedir aos vendilhões que tirassem os seus produtos para ceder lugar à limpeza. Estas foram as opiniões que os residentes da zona me transmitiram, porque me desloco periodicamente àquele mercado para ver como está a situação.

Obrigado.

Presidente: Se não dissesse algo surpreendente, não ficava descansado! A seguir, tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

A pedido do Sr. Presidente - se não dissesse algo surpreendente, não ficava descansado - então dou seguimento à intervenção do Sr. Deputado Mak. Além do problema da Rua da Emenda, quero levantar questões sobre a obra de reordenamento do Jardim Pequeno do Mercado Vermelho. Não me desloco periodicamente aos bairros, mas vou lá ver com frequência. Em 21 de Junho, deveria ter sido concluída a obra da 1ª fase, mas o que vi foi: a obra ainda está em curso. Não é? Sei que este é um facto, mas espero que a obra seja concluída o mais cedo possível, porque o negócio dos vendilhões ficou afectado, os residentes que queriam fazer compras lá ficaram afectados, porque aquela zona tinha um bom ambiente para fazer compras. Antes do reordenamento, a Rua da Emenda estava sempre cheia de multidões, especialmente a Rua do Rebanho, havia tanta gente que era muito difícil passar; nos dias de chuva, ao passar ali caía água sobre os peões, vinda de entre os toldos instalados. Por isso, achava que o IACM devia fazer algo para otimizar o ambiente de compras e do exercício de actividades comerciais. Mas depois desse melhoramento do ambiente, aumentaria o negócio? Este deve ser o objectivo final. A Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi realizou um inquérito demonstrando a queda de fluxo pedonal e dos negócios. Eu não fiz inquérito, mas desloquei-me a pé ao local: é verdade, o fluxo pedonal diminuiu. Penso que também diminuiu o negócio. Especialmente, a Rua do Lu Cao está muito limpa, mas quase vazia. Quanto ao reordenamento, espero que o IACM venha a apresentar mesmo um plano que promova a continuidade da cultura original daquela comunidade e da Rua da Emenda, que seja capaz de aumentar o fluxo pedonal, de automóveis, e de mercadorias para recuperar o brilho que aquela zona tinha, através de reordenamento ou optimização.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto à interpelação oral da Sra. Chan Melinda Mei Yi, sei de que se trata, porque foi a zona onde cresci e vivi durante uns anos. É necessário ter-se em conta os interesses de todas as partes envolvidas: os residentes, lojistas, vendilhões e peões. Ninguém contraria as medidas de segurança para os peões, pois a segurança é muito importante. Mas é verdade que, depois do reordenamento, as lojas fazem menos negócios, há menos peões. Se há menos peões, então as compras também diminuiram. Isto, para as micro-empresas, são de facto dificuldades enormes. Segundo a associação de apoio mútuo dos estabelecimentos comerciais, ficaram muito insatisfeitos: não há negócio, as rendas são altas e foram à falência um atrás de outro. Para estes problemas, para os problemas referidos pelos meus colegas incluindo os problemas mencionados na interpelação oral da Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi, de que estratégia o IACM dispõe para revitalizar aquela zona? Aquela zona tem falta muito grave de lugares de estabelecimento. Um lugar de estabelecimento de carro é vendido por mais de um milhão de patacas. Se quiserem revitalizar aquela zona, incluindo o Mercado Vermelho... as pessoas que fazem entrega de mercadoria parecem fazer algo de mal, porque

quando deixam a mota para entregar mercadoria, apanham logo multa. Portanto, em todos os aspectos vêem-se bem que as lojas têm dificuldades enormes para operar o seu negócio. Neste caso, vocês têm de encontrar uma solução que seja capaz de revitalizar a zona com conveniência, garantindo o interesse de todas as partes. Só assim sendo é que se sobrevivem. Quando mais tempo demorar, mais difícil será a sobrevivência. Se forem à falência, o impacto será grave.

Os 6 ou 7 lugares de estabelecimento de motas são poucos naquela zona, devem encontrar uma solução para tal. Assim, por um lado, facilitava-se a deslocação de pessoas que vão lá fazer compras, e por outro lado, facilitava o funcionamento das lojas. Espero que continuem a esforçar-se em fazer um bom trabalho.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Quero dar seguimento à 2ª questão da Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi que é: segundo o resultado do inquérito que ela fez, os cidadãos, as lojistas e os vendilhões consideram, de forma geral, que o horário de funcionamento da zona pedonal entre as 8 e as 21 horas é demasiado longo. Parece que esta questão não foi respondida. Não deverá fazer agora um balanço em tempo útil? Estou de acordo com a realização de um estudo por terceira parte. As opiniões são diferentes sobre a Rua da Emenda já reordenada. Para os lojistas, o fluxo pedonal diminuiu; os alunos da escola situada na zona gostaram muito, porque na porta principal da escola o passeio foi alargado. Assim, milhares de alunos vão para escola e saem da escola facilmente. O único senão é o facto de vários vendilhões venderem os seus produtos junto às portas laterais da escola na Rua da Emenda. Acontece que, por questão de segurança, a escola não pode ter apenas uma porta aberta, no caso de haver uma evacuação. Portanto, para entrar e sair da escola, os alunos usam portas diferentes. Como acompanhar este problema? Espero que o IACM continue a acompanhar este problema.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente Lo.

Vice-Presidente do Conselho de Administração do IACM, Lo Veng Tak: Sim, obrigado, Sr. Presidente.

Vou abordar com os Srs. Deputados as questões levantadas.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun falou sobre o problema do Bairro Horta da Mitra. Sr. Deputado Mak, não ignorámos esse problema. Já fomos juntos ao bairro Horta da Mitra para ver a situação. Alguns membros do nosso Conselho de Administração estão a tratar do assunto relativo à construção de um passeio. Como a DSSOPT tem de executar obras no referido bairro, por isso, estamos a combinar o ordenamento da obra, uma vez que queremos evitar construir um passeio que venha a ser esburacado devido à obra a executar pela DSSOPT. Este assunto encontra-se em coordenação, não estando a ser ignorado. Por exemplo, podemos alterar a localidade das bocas

de esgoto, se for necessário. Esperamos também melhorar as condições de operação de actividade comercial do bairro dito.

Sr. Deputado Chan Wai Chi, dou-lhe uma boa notícia: a obra do Jardim Pequeno do Mercado Vermelho foi concluída em 26 de Junho. A obra atrasou-se um pouco devido à chuva. Como sabem, choveu muito. A obra foi concluída em 26 de Junho e em 30 de Junho os vendilhões voltaram, começando a operar o seu negócio no Jardim Pequeno do Mercado Vermelho. Os Srs. Deputados Chan Wai Chi e Pereira Coutinho falaram nas condições de operação da actividade comercial, estou de acordo convosco. Ou seja, depois do reordenamento, também esperamos equilibrar os interesses de todas as partes interessadas, sendo este o nosso objectivo: que os peões tenham um bom passeio, que os lojistas e vendilhões tenham boas condições de operar o seu negócio. Tal como referi, temos de disponibilizar mais “hardware”, por exemplo, nas festividades, colocamos iluminações para atrair mais pessoas. O Sr. Deputado Pereira Coutinho disse uma coisa que é muito importante: suportes ao transporte. O IACM e a DSAT continuamos a procurar disponibilizar lugares de estabelecimento de motas, uma vez que há mais pessoas que andam de mota, por ser mais conveniente. Há cinco lugares de estabelecimento para carga e descarga de mercadorias. Ou seja, devido ao reordenamento, após abordagem, o IACM e DSAT disponibilizaram cinco lugares de estacionamento para facilitar a actividade de entrega de mercadorias.

A Sra. Deputada Ho Sio Kam levantou uma questão sobre o horário da zona pedonal. Bem, não é um horário fixo que não possa ser alterado. Tal como referi antes, estamos a continuar a recolher opiniões e se há diferentes propostas, iremos estudar, analisar e discutir. Porque não alteramos, sem pensar bem, o horário da zona pedonal? Porque se encurtasse ou antecipasse este horário, enquanto a actividade comercial ainda se encontrasse em curso, ou seja, ainda estava em curso a venda e compra, se neste momento, fosse autorizado o acesso de carros, colocaria em causa a segurança dos peões. Por isso, temos de pensar nisto com muita prudência. Continuamos a recolher opiniões em busca de um consenso. Assim iremos oportunamente pensar em alterar o horário, se for necessário.

Quanto à escola, a escola tem uma parede que vira para a Rua da Emenda. Continuaremos a acompanhar o assunto para que os alunos possam circular bem naquela zona.

Tenho dito. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Terminou esta interpelação oral.

Agradeço aos dois Srs. membros do Governo pela presença nesta reunião plenária.

Dou por encerrada a reunião.

Encerrada a reunião.

Intérpretes-tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção